

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Juliana Carla Giroto

**EDUCAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE
ALTERNATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM
ESTUDO DE ASSOCIAÇÕES DE CATADORES EM
ERECHIM/RS**

Passo Fundo

2012

Juliana Carla Giroto

**EDUCAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE
ALTERNATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM
ESTUDO DE ASSOCIAÇÕES DE CATADORES EM
ERECHIM/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação da Universidade de Passo Fundo – UPF, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Telmo Marcon.

Passo Fundo
2012

Agradeço imensamente a todos que contribuíram de alguma forma com a concretização desta pesquisa:

A toda minha família pelo amor, compreensão e apoio.

À equipe de educadores e direção do Centro de Educação Popular – CEPO que contribuíram de forma valorosa para a realização deste trabalho.

Aos catadores e catadoras das associações: Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), Associação de Catadores Reciclando pela Vida, Associação de Recicladores Filhos da Natureza pela partilha de saberes realizada durante muitos anos de convivência.

Ao meu orientador, Prof. Telmo Marcon, pela partilha reflexiva na realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Vinícius Lima Lousada, a Prof^ª. Dr.^ª Denize Grzybovski e ao Prof. Dr. Altair Fávero pela contribuição na construção desta pesquisa e pela participação na banca final.

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo pela disposição e apoio.

E, por fim, agradeço a Deus, pela fé e força espiritual para a realização deste projeto e de tantos outros que fazem parte de minha vida.

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo realizar um estudo sobre a Educação Popular e a Economia Solidária tendo como referência empírica a atuação do Centro de Educação Popular (CEPO) junto aos catadores de Erechim/RS, organizados em três entidades: a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), a Associação de Catadores Reciclando pela Vida e a Associação de Recicladores Filhos da Natureza. Discute-se a partir dessas experiências como o CEPO atuou na assessoria ao trabalho de constituição e de desenvolvimento dessas associações, pautando-se por uma perspectiva de Educação Popular e visando ao fortalecimento da economia solidária. O problema de pesquisa foca-se na pedagogia utilizada pelo CEPO na assessoria dos movimentos que resultaram na organização das referidas associações. O eixo norteador do trabalho centra-se na prática educativa que foi acontecendo a partir da reflexão da ação, visando qualificá-la em vista da transformação das relações de opressão, preconceitos e exclusão. O estudo apoia-se em referências bibliográficas e documentais e também na observação participante, registrada em diário de campo. A dissertação está estruturada em quatro capítulos: no primeiro capítulo, “Educação popular e economia solidária: instrumentos históricos de luta e organização”, são analisados alguns conceitos como os de Educação Popular e Economia Solidária; no segundo capítulo, “Concepções teóricas e metodológicas do Centro de Educação Popular”, foi analisado o trabalho desenvolvido pelo CEPO, sua concepção de educação popular e a metodologia utilizada junto aos catadores na organização das associações; no terceiro capítulo, “O surgimento das associações de catadores/catadoras de material reciclável em Erechim e o envolvimento do CEPO no processo educativo”, reconstroem-se as trajetórias de constituição das três associações de catadores de Erechim e destacam-se alguns elementos sobre o processo de organização e o acompanhamento desses grupos; no quarto capítulo, “A constituição de políticas públicas na área da economia solidária e a relação das associações de catadores/catadoras com outros atores sociais”, discutem-se as relações entre catadores, Poder Público e outros atores sociais como fundamentais para fortalecer os empreendimentos de economia solidária nessa área, promovendo ações efetivas de enfrentamento à pobreza e à degradação ambiental. A pesquisa levou a algumas conclusões, entre as quais a necessidade de reconhecer a função pública do catador, envolvendo as associações na gestão dos resíduos sólidos nos municípios, possibilitando maior qualidade de vida a esses trabalhadores. Além disso, é necessário o avanço em políticas públicas nessa área, qualificando as ações ambientais e sociais.

Palavras-chave: educação popular, economia solidária, recicladores, políticas públicas.

ABSTRACT

The research aimed to conduct a study on Popular Education and Economic Solidarity with reference to empirical work at the Center for Popular Education (CEPO) along the pickers Erechim / RS, organized into three entities: “Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN)”, “Associação de Catadores Reciclando pela Vida” and “Associação de Recicladores Filhos da Natureza”. It is argued from these experiences as CEPO acted on advice to job creation and development of these associations, guided by a perspective of Popular Education and aimed at strengthening the solidarity economy. The research problem focuses on pedagogy used by CEPO on the advice of movements that resulted in the organization of the association. The guiding principle of the work focuses on educational practice that was happening from the reflection of the action, in order to qualify it in view of the transformation of relations of oppression, prejudice and exclusion. The study relies on references and documentary and also on participant observation, recorded in the field diary. The dissertation is divided into four chapters: the first chapter, "Education popular and solidarity economy: historical instruments of struggle and organization," discusses some concepts such as Popular Education and Solidarity Economy, in the second chapter, "Conceptions of theoretical and methodological Centre for Popular Education, "was considered the work of CEPO, design and popular education methodology with the scavengers in the organization of associations, in the third chapter," The emergence of associations of collectors / pickers of recyclable material and involvement in Erechim CEPO in the educational process, "to reconstruct the trajectories of incorporation of the three associations pickers Erechim and highlights some elements of the process of organizing and monitoring these groups, in the fourth chapter," The formation of public policy in the area of solidarity economy and the relationship of the associations of collectors / pickers with other social actors ", discusses the relationship between collectors, Government and other social actors as fundamental to strengthen the solidarity economy enterprises in this area, promoting effective action to fight poverty and environmental degradation. The research led to some conclusions, including the need to recognize the public service of the collector, involving associations in solid waste management in municipalities, enabling higher quality of life for the workers. Moreover, it is necessary to advance public policy in this area, describing the environmental and social actions.

Keywords: popular education, social economy, recyclers, public policies

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: INSTRUMENTOS HISTÓRICOS DE LUTA E ORGANIZAÇÃO	11
2.1	A Educação Popular como elemento histórico de organização social	11
2.2	Educação Popular: ação-reflexão-ação	20
2.3	A Economia Solidária como ferramenta para a emancipação dos sujeitos populares.....	24
2.4	A Educação Popular e a Economia Solidária: relação entre duas concepções de organização do trabalho coletivo.....	30
3	CONCEPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR.....	34
3.1	O trabalho do CEPO na perspectiva da Educação Popular.....	35
3.2	O eixo Economia Popular na área urbana	44
3.3	Os desafios que permeiam o trabalho educativo	48
4	O SURGIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES/CATADORAS DE MATERIAL RECICLÁVEL EM ERECHIM E O ENVOLVIMENTO DO CEPO NO PROCESSO EDUCATIVO	52
4.1	A organização e o acompanhamento de grupos de catadores/catadoras.....	52
4.2	O pioneirismo da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN).....	53
4.3	A Associação de Catadores Reciclando pela Vida	61
4.3.1	Os carrinheiros e a origem da Associação de Catadores Reciclando pela Vida ...	61
4.3.2	A organização do trabalho na Associação de Catadores Reciclando pela Vida ...	65
4.3.3	A Educação de Jovens e Adultos como suporte ao trabalho coletivo	66
4.3.4	O Programa de Compra Direta de Produtos da Agricultura Familiar/Fome Zero	70
4.4	Associação de Recicladores Filhos da Natureza: uma nova alternativa para os carrinheiros/carrinheiras do bairro Presidente Vargas	72
5	A CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES	

	DE CATADORES/CATADORAS COM OUTROS ATORES SOCIAIS.....	78
5.1	A gestão dos resíduos sólidos no município de Erechim	78
5.2	O Governo Municipal e o convênio com o CEPO.....	82
5.3	Relações dos catadores/catadoras com o Poder Público e outros atores sociais ...	84
5.4	O avanço das políticas públicas na área da economia solidária.....	88
6	CONCLUSÃO.....	105
	REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua *presença* se vá tornando *convivência*, que seu estar *no contexto* vá virando estar *com* ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como *determinação*. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História* mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar* mas para *mudar*. (FREIRE, 2010a, p.76-77)

Ao reconstruir uma caminhada¹ de muitos anos, refletimos sobre a mudança que esta trajetória provocou em nossa vida, como as experiências vivenciadas foram responsáveis pela modificação de valores e atitudes que nos constituem. Paulo Freire (2011) já afirmava que construímos nosso caminho como homens e mulheres que vivem existindo, e ao fazê-lo, entregamo-nos ao caminho e refazemo-nos novamente histórica, cultural e socialmente.

Neste sentido, ao acompanhar alguns trabalhos de organização coletiva, fazendo parte da equipe de educadores do Centro de Educação Popular (CEPO), período entre o final de 2000 e meados de 2010, fui também construindo-me como educadora popular, revendo constantemente, frente a situações conflituosas e esperançosas, meus conceitos e valores, uma vez que a “minha presença no mundo não se faz no isolamento e tendo a consciência do inacabamento que cerca nossa existência” (FREIRE, 2010b) assumo-me como educadora que atua na esperança, registrando humildemente, a partir de minhas percepções, uma realidade de embates e conquistas.

Neste processo, em meio às problematizações e indagações emanadas da prática como pedagoga e, posteriormente na condição de mestranda, alguns questionamentos apresentavam-

¹ O termo “caminhada”, utilizado em algumas passagens desta pesquisa, retrata o processo percorrido como educadora do Centro de Educação Popular – CEPO, acompanhando a organização de três associações de catadores no município de Erechim. Neste sentido, esta vivência apresenta-se permeada de envolvimento e comprometimento ao exercitar constantemente a relação teoria e prática presente nesta experiência. Na condição de pesquisadora, comungo do pensamento de May (2004, p. 88) ao apontar que o engajamento demandado da pesquisa em ambiente social, elimina os preconceitos que os pesquisadores possam ter e os expõe ao novo, possibilitando uma leitura mais ampla e completa da realidade pesquisada.

se, contribuindo para a delimitação da investigação que seria realizada e encontra-se reconstruída nesta dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação (PPGEDU) da Universidade de Passo Fundo/UPF: Quais os princípios da Educação Popular e da Economia Popular Solidária discutidos atualmente? Quais os princípios da Educação Popular e da Economia Popular Solidária que norteiam o trabalho desenvolvido pelo Centro de Educação Popular (CEPO)? Em que contexto constituíram-se as Associações de Catadores/Catadoras de Erechim? Que políticas públicas existem para dar suporte aos grupos de reciclagem? De que forma essas organizações contribuíram para a formulação de políticas públicas? É necessário avançar na proposição de políticas públicas?

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre alguns princípios da Educação Popular e da Economia Popular Solidária que são discutidos atualmente, bem como sobre a concepção que embasa o trabalho do Centro de Educação Popular (CEPO), delimitando os quefazeres envolvidos na constituição das Associações de Catadores/Catadoras em Erechim/RS. A Educação Popular apresenta-se como eixo norteador, uma vez que a prática educativa acontece a partir da reflexão dela própria, voltando à realidade vivenciada através de uma ação transformadora.

Para contemplar estas questões, estruturei esta dissertação em quatro capítulos, sendo o primeiro “Educação Popular e Economia Solidária: Instrumentos históricos de luta e organização”, o qual aborda alguns elementos históricos e de organização social que perpassam os conceitos de Educação Popular e Economia Popular Solidária. Além disso, expõe brevemente a relação entre as duas concepções para a estruturação do trabalho coletivo.

O segundo capítulo, denominado “Concepções teóricas e metodológicas do Centro de Educação Popular”, analisa a organização do trabalho desenvolvido pelo CEPO através de conceitos teóricos e metodológicos discutidos e estruturados internamente na entidade.

O terceiro capítulo aborda “O surgimento das associações de catadores/catadoras de material reciclável em Erechim e o envolvimento do CEPO no processo educativo”, reconstruindo o trabalho de organização e acompanhamento dos grupos de catadores/catadoras na cidade de Erechim/RS, registrando alguns elementos relevantes na constituição dele. Cito a organização da ARCAN – Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza, uma vez que foi o primeiro grupo criado e enfrentou inúmeros conflitos e incertezas. Abordo também a organização da Associação de Catadores Reciclando pela Vida, sua origem, a partir de um grupo de carrinheiros/carrinheiras, o processo de organização

do grupo, incluindo os Programas de Educação de Jovens e Adultos e de Compra Direta de Produtos da Agricultura Familiar que contribuíram para manter a unidade e a mobilização do grupo. Finalizando o capítulo, relato, brevemente, alguns aspectos da criação da Associação de Recicladores Filhos da Natureza, retratando, através dela, os diversos pequenos grupos que vão se estruturando e buscando espaço para desenvolver o seu trabalho na área da reciclagem.

O quarto capítulo contempla “A constituição de políticas públicas na área da economia solidária e a relação das associações de catadores/catadoras com outros atores sociais”, no qual incluí aspectos sobre a gestão dos resíduos sólidos no município de Erechim/RS, abordei as políticas públicas na área da economia solidária, bem como a relação dos catadores/catadoras com o Poder Público e outros atores sociais.

A pesquisa é de natureza bibliográfica, documental e também observação participante, tendo em vista que acompanhei o processo de organização dos grupos citados, registrando esta experiência em “diários de campo”. A inserção em determinado período do cotidiano dos catadores/catadoras possibilitou a apropriação de aspectos que são significativos no processo de organização de um grupo, deixando transparecer, em algumas atitudes questões, que não são expressas verbalmente.

Apesar de, quando vivenciei esta experiência não ter a consciência de que mais tarde ela pudesse integrar esta pesquisa, identifiquei-me com a observação participante pelo contato direto com os atores sociais, parte do objeto investigado e seu contexto. Além disso, tenho os registros deste período nos “diários de campo”, cadernos que utilizei para sistematizar, de forma abreviada, os encontros, anotar os encaminhamentos de reuniões, além de outras informações do dia-a-dia dos grupos, mas que me possibilitou revisitar estes momentos durante o exercício de escrita desta dissertação.

A observação participante pode ser entendida como “o processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquela associação”. (LOFLAND, 1984, p. 12) Sendo assim, conforme explica May (2004, p. 175), ao tornar-nos parte da realidade investigada é possível registrar suas transformações e como as pessoas comportam-se frente a elas:

Se as vidas sociais das pessoas estão mudando constantemente, devemos nos tornar parte delas para entender como mudam; devemos participar delas e registrar as nossas experiências dessas transformações, os seus efeitos sobre as pessoas, assim como as suas interpretações. O conhecimento do mundo social não vem das nossas proposições de lógica sobre as quais o teórico desce ao mundo para testar. O conhecimento vem da experiência e da realização de investigações detalhadas e meticulosas através das quais geramos os nossos entendimentos.

Cumprido acrescentar que, para realizar esta investigação, busquei elementos que pudessem embasar algumas reflexões, através de atas de reuniões ordinárias e outros documentos institucionais (Relatórios e Planejamento Estratégico) das Associações de Catadores/Catadoras e do CEPO, matérias de jornais locais, leis e decretos municipais, estaduais e federais e referências bibliográficas.

Por fim, apresento as conclusões, resultante deste trabalho, mas não como encerramento, algo pronto e acabado, fazendo-o como apontamentos de um processo que foi reconstruído a partir do meu “olhar” e que ainda está em curso. Daí a provisoriedade das conclusões.

2 EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: INSTRUMENTOS HISTÓRICOS DE LUTA² E ORGANIZAÇÃO

No presente capítulo, apresentam-se alguns elementos que constituem a trajetória da Educação Popular no Brasil, assim como, brevemente, as concepções que norteiam este conceito. Da mesma forma, aborda-se a Economia Popular e Solidária como item que formata o trabalho educativo e popular, constituindo-se como alternativa para a sustentabilidade das camadas populares.

Os empreendimentos organizados numa perspectiva da economia coletiva e solidária configuram-se na contramão da sociedade capitalista, buscando dar uma resposta aos graves problemas de desemprego, exclusão e degradação ambiental, pois se articulam a partir de uma visão diferenciada do trabalho, do uso dos recursos naturais e das relações sociais vigentes. Neste sentido, a Educação Popular apresenta-se como uma das “ferramentas” utilizadas para desencadear estes processos, que oportunizam a organização e a geração de trabalho e renda, desenvolvendo experiências que promovem a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que fazem parte dela.

2.1 A Educação Popular como elemento histórico de organização social

A trajetória da educação popular pode ser visualizada ao acompanhar-se a organização social humana, pois, segundo Freire (2010c, p.27), não é possível refletir sobre a educação sem refletir sobre o próprio homem/mulher³.

² Tendo como referência a obra do educador Paulo Freire, a palavra “luta” é apresentada neste trabalho tendo como menção aos contextos em que a desumanização constitui-se continuamente, oprimindo os “esfarrapados do mundo”, e estes, por sua vez, buscam restituir a sua humanidade anulada, através do enfrentamento e da vocação do “ser mais”, sendo nutridos pelo comprometimento dos homens e povos que também se engajam na tarefa de transformar o mundo. (RIBEIRO, 2010. p. 248 – 251)

³ Este formato será encontrado no decorrer deste trabalho, fazendo referência às mulheres, como uma forma de recusa à manifestação machista e discriminatória, pois, conforme expressou Paulo Freire, “falar a palavra certa, a palavra que atua, a palavra que transforma é já começar a transformar”.

Na história da constituição da sociedade e na busca pela sobrevivência, o ser humano encontrou, na coletividade as formas de garantir a sua sobrevivência e, através do trabalho, constituir-se como sujeito cultural. Freire (2010c, p. 47) afirma que “o homem é um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é”.

Sendo assim, a aprendizagem coletiva de elementos essenciais para a manutenção da vida humana acontece, num primeiro momento, através da educação não institucionalizada, na relação entre os seres humanos e na constituição do homem/mulher como ser político e social. Dessa forma, a produção dos saberes populares (ou saber do povo) configura-se de maneira difusa e não centralizada no interior da vida social. De acordo com Figueiredo (2009, p. 59)

[...] a Educação deve ser entendida como uma necessidade existencial de criação e manutenção da vida. Enquanto forma espontânea de atividade social, em que necessariamente há um processo de aprendizagem coletiva para a criação e manutenção dos valores de cada comunidade específica, a educação é uma atividade essencial na edificação de um determinado tipo de organização social, desenvolvendo-se assim, em vínculo direto com a situação social objetiva em que nasce enquanto criação humana.

Freire (2010c, p.27), por outro lado, aponta que a “raiz da educação” está no homem/mulher e na sua capacidade de refletir sobre si e sobre o seu inacabamento. A educação tem um caráter permanente, “o homem se sabe inacabado e por isso se educa”. A partir das relações que estabelece, o homem/mulher integra-se a um contexto e essa afinidade aperfeiçoa-se na medida em que estabelece uma consciência crítica sobre a sua realidade. Por isso, afirma Freire (2010c, p. 51) “enquanto o animal é essencialmente um ser de acomodação e do ajustamento, o homem o é da integração”. O homem/mulher enfrenta esta situação de acomodado e ajustado, lutando contra as situações de opressão. Ao dominar e criticar a realidade vivenciada, ele humaniza-se, faz história.

A domesticação e a acomodação do homem/mulher fazem-se a partir de uma força ideológica que estrutura a sociedade, massificando e “coisificando” o comportamento humano. A atitude crítica é apontada por Freire (2010c, p. 52) como “único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude de simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época”.

Assim, quando se visualiza a educação no processo histórico que se constitui a luta de classes, percebe-se que aquela constrói-se permeada de ideologias, direcionada pelas classes dominantes, como instrumento para a manutenção das diferenças sociais. Numa sociedade conduzida pelo capital, as relações sociais são “reificadas”, tornando o ser humano estranho à sua própria humanidade. Paiva (2003, p.46) aborda essa questão quando assinala:

Reconhece-se que a educação pode ser um instrumento importante para a conservação ou para a mudança social: os que detêm o poder tentam fazer dela um instrumento de conservação, enquanto seus opositores tentam utilizá-la como instrumento de mudança. Nessa luta, levam vantagem os detentores do poder, capazes de decidir acerca da orientação dos sistemas educativos, da difusão ou não do ensino, da criação ou não de programas educativos paralelos ao sistema comum.

Neste sentido, a história da educação está permeada de conflitos ideológicos, uma vez que há inculcação de valores sociais defendidos pelas classes sociais através de ações que garantam a difusão destes valores. Santos (2010, p.153) anota que a reorganização da economia capitalista baseia-se em não reconhecer outros saberes e culturas, constituindo-se em uma hierarquia epistemológica, sendo calcada:

Na produção contínua e persistente de uma diferença epistemológica, que não reconhece a existência, em pé de igualdade, de outros saberes, e que por isso se constitui, de facto, em hierarquia epistemológica, geradora de marginalizações, silenciamentos, exclusões ou liquidações de outros conhecimentos. Essa diferença epistemológica inclui outras diferenças – a diferença capitalista, a diferença colonial, a diferença sexista – ainda que se não esgote nelas. A luta contra ela, sendo epistemológica, é também anti-capitalista, anti-colonialista e anti-sexista. É uma luta cultural. A cultura cosmopolita e pós-colonial aposta na reinvenção das culturas, para além da homogeneização imposta pela globalização hegemônica.

Dessa maneira, o conhecimento científico também é usado como uma forma de manutenção das diferenças sociais, visto que beneficia um grupo exclusivo, sendo, pois, uma forma de manutenção de privilégios que promovem a “intervenção no real humano”. Os problemas sociais desencadeados por este comportamento são aceitos como custos sociais inevitáveis, uma vez que “o conhecimento científico não está distribuído socialmente de forma equitativa, as intervenções no real que privilegia tendem a ser aquelas que fornecem

aos grupos sociais que detêm o acesso ao conhecimento científico. A injustiça social assenta na injustiça cognitiva” (SANTOS, 2010, p.157).

Por este motivo, Santos (2010, p.102-103) afirma que há uma “lógica da monocultura do saber e do rigor do saber” como um dos modos de produção da não-existência que parte de uma monocultura racional presente na ideologia dominante. Esta lógica desconsidera os demais saberes em detrimento do saber científico e da alta cultura, consideradas como exclusivas fontes de produção de conhecimento, sendo que a sua não-existência é entendida como “ignorância ou incultura”. Para contrapor este pensamento, o mesmo autor destaca a “ecologia de saberes”, com a “identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente nas práticas sociais” (2010, p.105-106). Assim, segundo o autor, “não há ignorância em geral nem saber em geral”. O desafio é aprender novos saberes, preservando os anteriores, tendo em vista que a ignorância é uma forma de desqualificação, quando se valoriza o que está sendo aprendido, substituindo um saber anterior.

A ecologia de saberes parte do pressuposto de que todas as práticas relacionais entre seres humanos e também entre os seres humanos e natureza implicam mais do que uma forma de saber e, portanto, de ignorância. Do ponto de vista epistemológico, a sociedade capitalista moderna caracteriza-se por favorecer as práticas nas quais predominam as formas de conhecimento científico. Isto implica que apenas a ignorância destas seja verdadeiramente desqualificante. [...] Como o conhecimento científico não se encontra distribuído de uma forma socialmente equitativa, as suas intervenções no mundo real tendem a ser as que servem os grupos sociais que tem acesso a este conhecimento (SANTOS 2010,p.106).

No entanto, há limites para quebrar o paradigma de superioridade do saber científico, haja vista que há dificuldade deste em reconhecer e interligar-se com outros conhecimentos. Da mesma forma, o reconhecimento do saber popular, também, não acontece desmerecendo a importância que o conhecimento científico apresenta. Assim, é necessário partir do princípio da incompletude para que haja o reconhecimento dos limites de cada paradigma, superando a concepção que um saber deve sobrepor-se ao outro, não atribuindo a mesma validade a todos os tipos de saber, mas, ponderando a partir da discussão pragmática e do confronto com outras intervenções alternativas.

Santos (2010, p.157) aponta que há limites por parte do saber científico para dialogar e reconhecer outras formas de saber, sendo que:

A luta pela justiça cognitiva não terá êxito se assentar exclusivamente na ideia da distribuição mais equitativa do saber científico. Para além de não ser possível tal distribuição na constância do capitalismo, este conhecimento tem limites intrínsecos no que respeita aos tipos de intervenção no real que torna possível. Esses limites decorrem da ignorância científica e da sua incapacidade para reconhecer saberes alternativos e se articular com eles numa base igualitária.

A partir dessas constatações, pode-se afirmar que as crises e os problemas sociais vivenciados, na atualidade, desencadeados pelo “uso imprudente e exclusivista da ciência” podem ser enfrentadas na medida em que se parte para a valorização, também, de saberes não científicos e suas práticas sociais.

Neste sentido, a Educação Popular constitui-se como viabilizadora de processos educativos que buscam a valorização dos saberes populares, colocando à prova, constantemente, a legitimidade do saber científico entendido como a única fonte de conhecimento, sem desmerecer a sua validade enquanto saber. A prevalência de um determinado julgamento cognitivo coloca-se a serviço de um contexto que predomina a cultura da sociedade capitalista, mantendo uma relação próxima com a ciência hegemônica a serviço da manutenção das diferenças sociais. Sendo assim, Brandão (2002, p.141) esclarece que a Educação Popular

Não é algo realizado como um acontecimento situado e datado, caracterizado por um esforço de ampliação do sentido do trabalho pedagógico a novas dimensões culturais, e a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. A educação popular foi e prossegue sendo a seqüência de idéias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são re-estabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como o foco de sua vocação um compromisso de ida-e-volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos não como beneficiários tardios de um ‘serviço’, mas como protagonistas emergentes de um ‘processo’.

A implementação da Educação Popular apresenta como referência algumas experiências com uma identidade muito próxima que, segundo Brandão (2002, p. 143), ocorrem em três momentos. O primeiro acontece no fim do século XIX em bairros operários de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, sendo projetos de pequenas escolas de trabalhadores com vocação anarquista e, em menor escala, comunista, que atendiam aos filhos

de operários, acrescentando aos saberes do ensino regular uma espécie de “saber-de-classe” com uma forte marca ideológica. Intelectuais e educadores colocaram-se voluntariamente a serviço da construção de uma cultura operária, voltada a uma “ideologia de classe”. Este pode ter sido um primeiro momento em que uma experiência alternativa de educação mais próxima da Educação Popular foi realizada.

O segundo momento aconteceu a partir da década de 1920, através da luta pela escola pública, quando se iniciou um trabalho que buscava a democratização da educação, criando redes de escolas públicas e laicas. Este movimento pretendia quebrar com a hegemonia confessional católica na educação, criando “os comitês pró-liberdade de consciência”, envolvendo intelectuais, pastores evangélicos, líderes espíritas, maçons, militantes socialistas. Brandão considera que esse foi um dos primeiros momentos em que o nome Educação Popular foi utilizado com sentido mais político e ideológico, sendo que alguns dos movimentos sociais, que conhecemos hoje, originaram-se a partir destas experiências.

Na década de 1950, aconteceu o terceiro momento, o qual teve Paulo Freire como o seu principal idealizador, através dos movimentos de cultura popular. Mas Brandão destaca que, a partir das experiências desta época, várias iniciativas foram disseminadas, não tendo a Educação Popular uma fonte única.

As propostas e as iniciativas concretas do que veio a ser chamado, anos mais tarde, de *educação popular* não se originaram de uma fonte social única: o estado ou a sociedade civil. Ao contrário, o seu espaço de germinação é o de uma ampla frente polissêmica de idéias e de ações, nunca tão política ou ideologicamente centralizada. É ali o lugar onde propostas e experiências de um também trabalho pedagógico, mas quase nunca formalmente escolar, dirigido de maneira especial a pessoas adultas excluídas da escola quando crianças ou jovens, no campo e na cidade, tomou corpo em grêmios estudantis, em agências da Igreja Católica, junto a sindicatos e embriões de movimentos populares, e até dentro de estruturas do próprio Estado, como seria o caso da Campanha Nacional de Alfabetização abortada pelo golpe militar de 1964. (Brandão, 2002, p.145)

No começo da década de 1960, a alfabetização constituiu-se numa pauta de várias organizações, Movimento Estudantil e Sindical, quando o analfabetismo começou a ser compreendido como consequência de uma política que visava a manter as desigualdades sociais.

A realidade vivenciada à época era de uma crescente industrialização e urbanização. Muitas pessoas abandonavam o campo, dirigindo-se às cidades para integrar-se ao

“progresso”, promovido pelo projeto de modernidade brasileiro, que “priorizava a dimensão econômica e a dimensão industrial modernizadora”, deixando a inclusão social em segundo plano.

Neste contexto, conforme Paludo (2001, p. 77), os defensores do projeto popular encaravam a educação como “a grande viabilizadora da construção do homem novo, do cidadão. O objetivo era combater o modelo de educação vigente, pois a par do sonho, as políticas educativas eram seletivas, fragmentadas e segmentadas”. A educação desenvolvida era, portanto, elitista e excluía a maioria da população pobre ou preparava-a apenas para o trabalho braçal. Surgiram, no período, vários movimentos no intuito de “suprir os direitos de acesso, permanência e aprendizagem das classes populares” (BRANDÃO, 2001, p.51).

Neste período, as críticas sobre a educação ocorriam em espaços dentro e fora da universidade, delineando-se uma ampla discussão, instigando a construção de iniciativas que fomentavam outra educação, pois a que estava em vigor servia à classe dominante na seleção de incluídos e excluídos, afirmando a divisão de classes.

Para enfrentar esta situação de analfabetismo e exclusão no Brasil, houve uma mobilização através de muitas frentes, como: Movimentos de Educação de Base (MEB) articulados pela igreja católica; Movimento de Cultura Popular (MCP) liderado pela Prefeitura Municipal de Recife e por Paulo Freire, que, na época, era o Diretor da Divisão de Pesquisa e Coordenador do Projeto de Educação de Adultos do MCP; Centro Popular de Cultura (CPC) fundado pela UNE – União Nacional dos Estudantes, artistas e intelectuais de então; Campanha de Educação Popular (CEPLAR) que teve origem na Paraíba, criada pelo governo estadual e tinha como meta a utilização, em larga escala, do método Paulo Freire. Esses movimentos ocorreram no período de 1960 a 1964 e tinham como afinidade a proposta de promover um projeto de educação que primasse pela autonomia dos sujeitos. Góes (1991, p.53) analisa o contexto histórico do período:

Na primeira metade dos anos 60, ocorria um trânsito do povo brasileiro de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta, aproveitando uma rachadura ocorrida no sistema, em decorrência da ‘substituição das importações’. Nesse processo econômico emergiria o fenômeno que Mannheim chama de ‘democratização fundamental’, que implica uma crescente e irreversível ativação do povo no seu próprio processo histórico, abrindo leques de participações interdependentes de ordem econômico-social-político-cultural. O povo deixa de ser objeto para ser sujeito.

É neste contexto que as ideias de Paulo Freire tiveram um reconhecimento nacional, com a sua proposta inovadora através dos Movimentos de Cultura Popular. A partir daí, a educação começou a ser reconhecida como um ato político, que busca a autonomia dos sujeitos a partir da reflexão da realidade vivenciada. Brandão (2009, p. 24) explica que Freire realiza uma leitura histórica da época, fazendo uma crítica ao populismo e ao capitalismo dependente e refletindo sobre o contexto sócio-político, caracterizado por uma específica relação entre as classes populares e elites políticas.

A proposta concreta de educação popular elaborada por Paulo Freire decorre da conjuntura política dos anos sessenta da América Latina, a qual, sob o populismo, forjou, em nome do desenvolvimento, uma especificidade de procedimentos educacionais que condicionaram a sociedade em geral, e os trabalhadores em particular, à manutenção de sua lógica e tutela – desenvolvimentismo nacional e legitimação da estrutura de poder por uma forte base social. (BRANDÃO, 2009, p. 24)

Pode-se concluir, então, que essas novas experiências buscavam, a partir da realidade dos oprimidos/oprimidas e de seus saberes, a criação de uma cultura e de um “saber de classe”. Este trabalho era construído pelos Centros Populares de Cultura e Movimentos de Cultura Popular, dentro de um contexto marcado, também, por uma intensa militância política através da educação (BRANDÃO, 2002, p.149)

Havia a intenção de, a partir da intervenção na área da educação por meio de políticas públicas, construir um modelo de educação diferente daquele vigente. No entanto, esta proposta foi interrompida pelo Golpe Militar de 1964, quando muitos participantes de movimentos sociais foram presos, exilados, perseguidos, torturados e mortos. Porém, este período sombrio não destruiu, em muitos, a vontade de construir uma sociedade diferente.

Sendo assim, estas iniciativas foram encerradas ou modificadas, sendo implantadas algumas campanhas massivas e temporárias, como: o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1967 – 1985); A Fundação EDUCAR (1985 – 1990) que substituiu o MOBRAL; e o Programa Alfabetização Solidária (1997). Estas campanhas partiram de uma concepção fragmentada e desarticulada das políticas de educação, tentaram enfrentar o analfabetismo no país, mas não cumpriram a sua finalidade, sendo que, ao final delas, o índice de analfabetos permaneceu alto. (BARBARA, 2004, p. 10)

Assim, final da década de 1970 e início de 1980, frente à crescente desigualdade social, muitos intelectuais, grupos populares e alguns setores da sociedade civil retomaram as reflexões, segundo Paludo, na busca e “na continuidade do aprofundamento de concepções e práticas que procuravam articular a democracia com a justiça social e com a construção de um projeto alternativo de sociedade” (2001, p. 45). É importante registrar que Paulo Freire continuou sendo uma referência importante. Após contribuir com várias experiências no exterior, ele retornou do exílio e engajou-se no debate com outros intelectuais, partindo para “[...] uma revisão de fundamentos teóricos e de atualização de práticas” (BRANDÃO, 2002, p.150).

[...] a educação popular e educação das classes populares é uma prática pedagógica politicamente a serviço das classes populares. Isto porque a operários, camponeses, lavradores, sem terra e trabalhadores sem emprego, é atribuída a tarefa histórica de realização das transformações sociais a que deve servir a educação (BRANDÃO, 1995, p.27)

A partir de Freire, a Educação Popular articula-se às ações de alfabetização de jovens e adultos com o propósito de estar comprometida com a realidade social, econômica e política dos excluídos, considerando estes sujeitos como portadores de saberes que devem ser reconhecidos. Foi então que algumas organizações locais e regionais constituíram-se e assumiram uma identidade, fundamentando o seu trabalho na educação popular. Brandão registra:

Movimentos sociais de gênero, de etnia, de cultura, de luta pelos direitos humanos, de ação comunitária, de vocação ambientalista, em muitos casos se reconhecem como incorporando, de algum modo, o espírito originário e ideário das práticas atuais da *educação popular*. (BRANDÃO 2002, p. 151)

Assim posto, muitos trabalhos foram desenvolvidos a partir de educadores/educadoras comprometidos com a formação de sujeitos críticos e criativos, apresentando alternativas para construir uma educação voltada aos interesses das classes populares. É necessário lembrar, também, a implementação de iniciativas de algumas administrações municipais e estaduais, comprometidas com a construção de uma educação pública, democrática, de qualidade e

popular⁴. Todas estas experiências são um marco na formação da identidade histórica da educação popular.

No que diz respeito a sua concepção, ao longo desse período histórico brasileiro analisado, a Educação Popular passou por diferentes momentos. Em alguns, era vista como instrumento político a serviço das classes populares, em outros, como uma forma de preparar as classes populares para a transformação social frente à tomada de poder, e, até, como instrumento cultural promovendo a melhoria da qualidade de vida e resgatando a cidadania. Brandão (2002, p. 141-142) reforça este pensamento apontando que:

a educação popular não foi uma experiência única. Não algo realizado como um acontecimento situado e datado, caracterizado por um esforço de ampliação do sentido do trabalho pedagógico a novas dimensões culturais, e a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. A educação popular foi e prossegue sendo a seqüência de idéias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são re-estabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida e volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos não como beneficiários tardios de um 'serviço', mas como protagonistas emergentes de um 'processo'.

Dessa forma, a Educação Popular institui-se como uma prática organizada que busca a superação das estruturas apresentadas pela sociedade em seus diferentes aspectos (sociais, políticos, econômicos e culturais). Sendo um processo coletivo, prima pela historicidade dos sujeitos, fortalecendo-os na defesa por seus interesses, uma vez que a realidade vivenciada está em constante processo de mudança e transformação.

2.2 Educação Popular: ação-reflexão-ação

Pode-se afirmar, então, que uma educação emancipadora deve estar centrada em elementos contrários aos da educação opressora, produzindo, de forma crítica, novos paradigmas, outra condição do ser humano no mundo. Neste sentido, a dialeticidade

⁴ Sobre a mobilização e participação popular na administração municipal consultar também: ALVES, Márcio Moreira. A força do povo: democracia participativa em Lages. São Paulo: Brasiliense, 1988.

constituída através da práxis⁵, presente no referencial freireano, torna-se indispensável no trabalho de educação popular.

Freire (2010a, p.34) considera que, para construir uma Pedagogia do Oprimido, é necessário que ela seja “forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade”. Expresso de outra forma, na medida em que o homem/mulher oprimido movimenta-se a partir da crítica, enfrenta a realidade de opressão. Esta reflexão permite uma motivação necessária para a concretude de sua liberdade que “exige uma permanente busca”. A motivação pela liberdade da relação opressora “é condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos” (FREIRE, 2010a, p. 37).

Assim, a Educação Popular apresenta-se como um instrumento para a construção de conhecimento ao desencadear processos de criação e recriação coletiva, oportunizando a inclusão, denunciando o fracasso do modelo de sociedade hegemônico e anunciando a urgente necessidade de buscar alternativas que contraponham a lógica da disputa de muitos e da oportunidade de poucos. Tem, por conseguinte, como característica essencial o comprometimento com a construção de um projeto de sociedade voltado aos interesses das classes populares. Por isso, concorda-se com Onçay (2006, p. 52) quando afirma que é

necessário aprofundar ainda mais o conceito de educação popular, uma vez que a expressão tem sido usada indistintamente para muitas ações, e muitas delas podem até enfatizar elementos didáticos e pedagógicos diferenciados, porém não ultrapassam comportamentos tradicionais e, o que é essencial, não apresentam a ‘concepção e compromisso de classe’, nem a ligação orgânica com a organização popular, duas de suas características essenciais.

Dessa maneira, a Educação Popular tem a sua base numa compreensão de educação diferenciada dos sistemas oficiais, animando processos organizativos, resgatando elementos de identidade e dignidade popular, sistematizando experiências, empoderando sujeitos dispostos a lutar pela transformação das estruturas opressoras. É uma ação político-

⁵ O conceito de práxis, abordado neste trabalho, fundamenta-se a partir da relação educativa que se estabelece entre a interpretação da realidade e a prática que decorre desta compreensão, provocando uma ação transformadora, precedida pela conscientização. Esta ação conduz à construção de um mundo em que o indivíduo torna-se sujeito atuante. É uma síntese entre teoria-palavra e ação, sendo que a consciência se estabelece na palavra e na ação. Através da palavra o ser humano define-se enquanto ser histórico e social, educando-se em comunhão com outros seres. (ROSSATO, 2010, p. 325-327)

pedagógica em favor do povo, frente à realidade social. É um processo de formação e capacitação a partir de uma opção de classe, como destaca Hurtado (1993, p. 44):

educação popular é um processo de formação e capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula a ação organizada do povo, das massas, para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova, de acordo com seus interesses.

Desse modo, a Educação Popular tem um compromisso com a construção de processos, envolvendo os sujeitos que fazem parte dela, refletindo a partir da sua realidade, resultando numa nova ação que a modifique.

Neste mesmo sentido, Hurtado (1993, p. 44-45) chama a atenção para a constante e necessária reflexão sobre a ação desenvolvida “com plena consciência e sentido histórico”, de modo que se promova um processo educativo na perspectiva da transformação social e da formação de sujeitos dinâmicos que se modifiquem e transformem a sociedade.

Educação Popular é um processo contínuo e sistemático que implica momentos de reflexão e estudo sobre a prática do grupo ou da organização; é o confronto da prática sistematizada com elementos de interpretação e informação que permitam levar tal prática consciente a novos níveis de compreensão. (HURTADO, 1993, p. 44)

Assim, pode-se argumentar que a Educação Popular é um caminho que se constrói na relação ação-reflexão-ação, contextualizada pelos seus próprios atores, tendo, como meta, a massividade da luta popular. Contribui, a partir da realidade concreta, para que os sujeitos tomem consciência do seu sentido histórico. É um processo de mobilização e organização com o propósito de empoderamento das classes populares.

Neste processo de teorização, partindo da prática, o método utilizado trabalha como um articulador dialético entre a teoria e a realidade. Ao fazer um diagnóstico, constitui um novo nível de conhecimento sobre o ponto de partida, permitindo um distanciamento crítico da realidade e um novo nível de consciência.

Refletindo sobre o ponto de partida para o desenvolvimento centrado nos princípios da Educação Popular, Hurtado (1993) pondera que conhecer a realidade é o primeiro passo da

Espiral Dialética⁶ que permite teorizar a partir da prática e não sobre ela. Desse modo, ao teorizar não se pode fazê-lo separado da prática, mas como um momento de abstração que propicia definir a prática organizada, garantindo uma dimensão política, como também permite dar a visão totalizadora da realidade, entendendo-a como elementos que se articulam, permitindo criar uma visão crítica, questionando as ações, para que as classes populares possam dar rumo a sua própria história.

Nessa mesma linha, Torres (1987, p. 17) usa a metáfora do movimento espiral para explicar que a Educação Popular “baseia-se no fato de que deve partir da realidade, refletir essa realidade e voltar a realidade praticada, corrigindo as falhas que se descobriu na reflexão”. Neste processo, o conhecimento vai sendo construído a partir do cotidiano. Refletir a partir dela e voltar novamente à prática refletida são os caminhos para promover ações que transformem a realidade.

Freire e Nogueira (2001, p. 19) tratam da educação popular como uma “prática política” que busca a transformação da sociedade a partir de propostas construídas pelos populares, seus conhecimentos e sua realidade. A educação é uma ação política “misturada” à tarefa educativa. Assim, o saber popular está presente quando o sujeito dá-se conta que, através da organização e da resistência, é possível “frear a exploração”. Os autores entendem a Educação Popular:

Como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. (FREIRE:NOGUEIRA, 2001, p.19)

No entanto, para que se possa construir uma sociedade diferente, a partir dos interesses das classes populares, é preciso desenvolver uma metodologia que tenha relação e coerência com a definição política que se propõe. Através da metodologia dialética, que promove a ação-reflexão-ação, é possível a apropriação consciente da prática, possibilitando o protagonismo dos sujeitos, levando a outros níveis de compreensão a sua própria condição. Sendo assim, Hurtado reforça a ideia que

⁶ Espiral Dialética é o movimento de partir da realidade vivenciada, refletir sobre ela e voltar para essa realidade através de uma ação que a modifique.

é necessário ir mais fundo e estabelecer a relação coerente entre uma concepção de educação popular como a que temos assinalado e a metodologia condutora. Para nós somente através de uma metodologia dialética se pode conseguir tal relação, pois somente baseando-se na teoria dialética do conhecimento se pode conseguir que o processo ‘ação-reflexão-ação’ ‘prática-teoria-prática’ dos grupos populares – do movimento popular – conduza à apropriação consciente de sua prática, transformando-a permanentemente para a conquista de uma nova sociedade (HURTADO,1993, p. 47).

Além disso, o conhecimento popular deve ser organizado e sistematizado, tomando o cuidado para que não se torne algo pronto e acabado. Para tal, este conhecimento deve ser construído, percorrendo constantemente os caminhos da prática, apresentando-se como força e mobilização, tendo como objetivo a criação de um “poder popular”,(TORRES, 1987, p.74), sendo, portanto, uma oportunidade para que a organização das classes populares promova o reconhecimento de seus saberes, construindo alternativas voltadas a seus interesses.

Como anota Brandão (2001, p. 510), “a luta histórica da Educação Popular fundamenta-se na humanização, na busca da sociedade de nossos sonhos, estreitando a distância entre a utopia e a realidade”. Ela está presente nos processos de organização que permitem a tomada de consciência da situação vivenciada pelo sujeito, construindo um saber popular, mobilizando-o para ações que promovam a busca por oportunidade e direitos iguais numa sociedade menos excludente, como é o caso das experiências que ocorrem dentro da chamada Economia Solidária, tema tratado a seguir.

2.3 A Economia Solidária como ferramenta para a emancipação dos sujeitos populares

A disseminação das experiências de economia solidária na sociedade em que se vive e o seu envolvimento com os mais diversos espaços, demonstra a sua força e a importante contribuição para a constituição de novas políticas públicas em todas as esferas governamentais.

As cooperativas e associações, que até então surgiram e trabalhavam isoladamente, articulam-se ganhando notoriedade, influenciando e direcionando políticas públicas municipais, estaduais e federais, apontando para novos conceitos que devem permear o

comportamento humano – como a sustentabilidade do planeta e as relações sociais mais solidárias - bem como a economia.

Cabe registrar, porém, que as experiências de economia coletiva não são novas. Elas surgem como alternativa ao capitalismo no modo de produção e distribuição de mercadorias, lideradas por pessoas que, geralmente, estão à margem do mercado de trabalho, desempregadas e excluídas socialmente, as quais “recorrem à economia solidária para se reinserir num sistema cujos princípios organizativos os aceitam como ‘naturais’” (SINGER, 2010, p.23).

Sendo assim, Schütz (2008, p.23) observa que o cooperativismo existe desde 1844, surgindo como alternativa ao modo de produção capitalista, buscando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores/trabalhadoras, tendo a autogestão como modelo para a construção de uma sociedade sem classes, como propunha Marx.

Da mesma forma, Santos (2002, p.33) acrescenta que, desde a sua origem, o pensamento associativista e a prática cooperativa apresentam-se como uma alternativa para o individualismo liberal e para o socialismo centralizado, estando baseados na defesa de uma economia de mercado centrada em princípios não capitalistas, de cooperação e mutualidade, apresentando uma forte crítica ao estado centralizado. Sendo assim, o cooperativismo estrutura-se em valores de autonomia, democracia participativa, equidade e solidariedade.

Singer (2010, p.24-25), por sua vez, aborda que a economia solidária nasce nos primórdios do capitalismo industrial, como enfrentamento ao grande empobrecimento dos camponeses/camponesas e pequenos produtores/produtoras que se tornaram operários/operárias das fábricas.

É importante destacar que, durante um longo período histórico, não havia nenhum instrumento legal que protegesse os trabalhadores/trabalhadoras. Assim, crianças eram empregadas muito cedo e a exploração nas fábricas não tinha limites, chegando ao ponto de apresentar elevados índices de mortalidade entre os trabalhadores/trabalhadoras pelas péssimas condições de trabalho. Alguns industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores/trabalhadoras. Robert Owen, por exemplo, proprietário de um imenso complexo têxtil, limitou a jornada de trabalho, aumentou a remuneração e construiu escolas para as crianças, proibindo o trabalho para as mesmas. Com estas medidas, a sua empresa tornou-se mais lucrativa.

Owen afirmou-se como uma referência (SINGER, 2010, p.25). Empresários de vários países visitavam-no para conhecer esta experiência e como o dinheiro gasto no bem estar dos

trabalhadores/trabalhadoras retornava em lucro pelo aumento da produtividade. Decepcionado com o governo britânico, que não quis implementar o seu projeto de aldeias cooperativas, que proporcionaria trabalho e renda às vítimas do desemprego e pobreza que assolou a Europa após 1815 com a depressão econômica pós-guerra, Owen foi para os Estados Unidos. Porém, no novo país, também não obteve sucesso. Retornou, então, para a Europa, engajando-se na busca por melhores condições de vida e trabalho dos trabalhadores/trabalhadoras, instigando e inspirando a organização de vários empreendimentos solidários. Sua obra ficou conhecida em todo o mundo. Singer (2010, p.35) destaca a importância dessas iniciativas de Owen, apontando que:

Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de ‘cooperativismo revolucionário’, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspiraria os seus sucessores.

Com o crescimento do cooperativismo, o movimento sindical da época incorporou a teoria de Owen, estimulando a organização de cooperativas. Os trabalhadores/trabalhadoras, ao invés de reivindicar melhores salários e condições de trabalho, organizavam cooperativas para competir com os seus empregadores. Singer (2010, p.29) ressalta esta experiência:

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão.

Com a força da mobilização dos trabalhadores/trabalhadoras, liderados por John Doherty, em 1829, foi fundado o sindicato nacional dos fiandeiros de algodão e, após, as demais categorias de trabalhadores/trabalhadoras também se mobilizaram organizando outros sindicatos. Em 1833, foi constituído o “Grand National Consolidated Trades Union”, em assembleia presidida por Owen, que uniu os sindicatos da Inglaterra numa única central sindical, segundo Singer (2010, p 29), possivelmente, a primeira central sindical do mundo.

Muitas das cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 [do século XIX] eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Beneficentes cujos membros provinham do mesmo ofício. ‘Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria’ (COLE *apud* SINGER, 2010, p.29).

Culti (2010, p.15-16) também aborda elementos sobre o surgimento do cooperativismo, salientando que:

Essa nova forma de economia que se desenvolve no século XXI tem o cooperativismo operário como principal antecedente. O cooperativismo operário surgiu durante o século XIX em reação à Revolução Industrial, era uma tentativa de construir outra maneira de processar a economia, com base no trabalho associado e na distribuição equitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro. Seus principais pensadores foram: Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882).

Para entender a economia solidária é necessário considerar a principal crítica feita ao capitalismo, ou seja, “o poder ilimitado que o direito à propriedade proporciona ao dono dos meios de produção” (SINGER, 2000, p.14). Dessa forma, todo trabalhador/trabalhadora deve obedecer irrestritamente as suas ordens, o fruto do trabalho coletivo é de sua propriedade e o trabalhador/trabalhadora faz jus apenas ao salário inicialmente combinado. Neste sentido, o impacto por este modelo produzido na sociedade é o aumento das desigualdades entre os empresários, cuja riqueza aumenta com o acúmulo do capital, e dos trabalhadores cujos ganhos são utilizados basicamente para a sobrevivência própria e de sua família.

Além disso, Martins (2012, p. 28) explica que o trabalhador/trabalhadora dispõe a sua força de trabalho por não ser proprietário dos meios de produção, ficando vulnerável, sujeito a mudanças e variações de um mercado que regula a sua vida.

Se é alta a demanda de força de trabalho, seu poder de barganha aumenta e seu poder político aumenta. Se a economia vai mal e há desemprego, sua capacidade de reivindicação e pressão decresce, seu salário cai, sua situação piora, os fatores propriamente de classe de suas necessidades e reivindicações sociais são sobrepujados por urgências de sobrevivência, por necessidades imediatas, por angústias e aflições, por uma vulnerabilidade muito grande em face da força reprodutiva das relações sociais dominantes. (MARTINS, 2012, p. 28)

Sob tal perspectiva, o modelo capitalista depende cada vez menos do trabalhador/trabalhadora que, ao ficar desempregado/desempregada, apresenta dificuldades para reinserir-se no mercado de trabalho, uma vez que há necessidade constante de qualificação frente ao avanço tecnológico, pois “uma das características do capital é substituir trabalho por máquina, por tecnologia e conhecimento científico” (MARTINS, 2012, p. 29).

Neste modelo, a tendência que se apresenta é o desemprego e a exclusão dos trabalhadores/trabalhadoras, que ficam cada vez mais à margem do sistema de produção vigente, sendo arrastados para o subemprego e para a extrema miséria.

Dada a tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora, a sociedade tende a se polarizar entre uma elite endinheirada e uma massa de pobres que dependem da venda de sua força de trabalho para ganhar a vida, mas não encontra quem a compre, ao salário modal vigente. (SINGER, 2000, p.14)

Mas, a partir de conquistas dos trabalhadores/trabalhadoras de vários direitos e melhores condições de trabalho, conciliado com o pleno emprego que vigorou entre as décadas de 1940 e 1970, cresceu o desinteresse por experiências de economia solidária, cenário que se modificou a partir da segunda metade dos anos 1970, quando o desemprego voltou a crescer, sendo os trabalhadores/trabalhadoras empregados forçados à redução salarial e flexibilização de direitos. Neste cenário, a Economia Solidária foi “reinventada” na maioria dos países. Singer (2010, p.111) expressa que

Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

Nesse processo, as experiências de economia solidária, que estão sendo desenvolvidas no Brasil e em outras partes do mundo, apresentam-se como uma referência significativa para setores progressistas, constituindo-se como espaços educativos de enfrentamento das concepções da sociedade atual, no viés da geração de trabalho e renda. Têm como princípios organizativos, entre outros: a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática, a participação direta ou representação e a participação na receita líquida a partir de critérios pré-estabelecidos coletivamente. Dessa forma, a economia solidária tem como principal objetivo proporcionar trabalho e renda a quem precisa e, ao mesmo tempo, disseminar uma forma mais igualitária e democrática de organizar o trabalho e a economia.

Estes empreendimentos apresentam algumas características, destacadas por Culti (2010, p.15), não sendo, contudo, regra geral: “são organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, sendo a cooperativa a forma clássica de organização de um empreendimento da economia solidária”. Outra característica, apresentada pela autora, refere-se aos sujeitos que dela fazem parte: “são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos”.

Gadotti (2009) afirma que a economia solidária não pode ser vista apenas como pequenas iniciativas econômicas periféricas no interior de uma economia capitalista, mas que ela aponta para uma nova forma de se relacionar, de trocar saberes e conhecimentos, restituindo “a dimensão humana nas relações econômicas e sociais”.

Neste viés, apresenta-se, como desafio para a sua consolidação, a articulação política, social e econômica com o maior número de empreendimentos possível, ou seja, a sua sustentabilidade não pode basear-se apenas pelo viés econômico, depende também da articulação com pares que comungam dos mesmos compromissos éticos, que se firmam entre os empreendimentos e destes com outros atores sociais e individuais (SCHÜTZ, 2008 p.26).

Numa outra proposta de estrutura organizacional, os empreendimentos de economia solidária podem ser organizados em formato de rede, que permite ampliar as relações de troca, promovendo a integração solidária e fraterna, disseminando novos conceitos para a vida em sociedade, como enfatiza Arruda (2003, p.31):

Uma nova governabilidade global, dentro do paradigma da partilha, da reciprocidade e os valores da complementaridade, da ajuda mútua e da colaboração solidária, como fundamentos de uma globalização diferente, uma globalização da solidariedade, da cooperação e da amorosidade entre todos.

Seguindo esse pensamento, Kemp (2008, p.28) escreve que “a economia solidária desperta a reconstituição do pertencimento social, da possibilidade de participação efetiva, da recuperação do sentido de coletividade, da reconstrução e da reconstituição de novas formas de regulação do laço social e do exercício da solidariedade pública”. Para a autora, mesmo tendo a sua prática voltada para aspectos econômicos e políticos, o foco das organizações de economia solidária é direcionado para a dimensão “intersubjetiva da vida social”. A solidariedade é definida como determinante a partir da formação de laços sociais instituídos nos planos simbólicos e concretos conferindo sentido à vivência social.

Assim, Kemp (2008, p.30) define as iniciativas de economia social pelo desenvolvimento de mecanismos de solidariedade interna, voltados à democratização das formas de organização do trabalho e da redistribuição da renda, por meio da coletivização do lucro.

Tendo como referência as concepções de Educação Popular e Economia Popular Solidária até aqui descritas, passa-se a analisar a relação entre estas teorias na organização do trabalho coletivo através de práticas educativas emancipadoras.

2.4 A Educação Popular e a Economia Solidária: relação entre duas concepções de organização do trabalho coletivo

Apesar de haver diversas definições para o conceito de Economia Solidária, a característica principal das experiências que se classificam com este termo é a mesma: contrastar com o princípio de individualismo que caracteriza a sociedade capitalista. Neste sentido, o presente texto assume a posição de que é preciso pensar a economia de forma diferente do vivenciado atualmente, de modo especial se o objetivo é a estruturação de uma sociedade centrada em valores de cooperação. Cabe ressaltar que essas experiências ganham contornos educativos. Gadotti (2009, p.23) aponta que:

Associadas a uma 'outra economia', articuladas como um projeto de sociedade que implica novos valores, acentuado o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo. Daí concluímos que a economia solidária é uma práxis pedagógica.

Essa posição é compartilhada por Schütz (2008, p.21), quando afirma que essas experiências, no formato que se apresentam, hoje, constituem-se como espaços que desenvolvem uma "práxis educativo-libertadora". O autor ressalta (2008, p.30) que a Educação Popular instiga a organização de empreendimentos de economia solidária através do processo reflexivo, sendo uma forma de propor alternativas:

Muitas pessoas que constituem os próprios empreendimentos já passaram por algum processo de educação popular. Muitos empreendimentos foram impulsionados e apoiados por organizações ligadas à educação popular ou a movimentos que, de alguma forma, resultaram da mesma educação popular. Foi nestes espaços que a EPS encontrou seus primeiros impulsos, que ela se gestou. Por outro lado, a educação popular encontra na EPS um revigoramento temático e estratégico, pois viabiliza o agregamento de novas temáticas, pessoas e atores sociais.

Assim compreendida, a economia solidária tem grande articulação com a educação popular, uma vez que ambas dialogam a partir das mesmas práticas. Pode-se afirmar, então, que, na organização de um empreendimento de Economia Popular Solidária, está presente, além da organização do trabalho e da sua dimensão econômica, a dimensão educativa e de luta por direitos sociais comuns de referência para uma comunidade específica. É por isso que Schütz (2008, p.33) afirma:

À medida que existe um empreendimento solidário, constitui-se não só um instrumento de poder econômico mas também um espaço de organização popular de base, uma força social e política, um novo referencial de aprendizagem. A EPS estará sempre se confrontando com o poder político constituído, seja por suas justas reivindicações ou pelo confronto constante com as limitações que seus marcos legais exigem.

Assim, pode-se argumentar que estas experiências relacionam-se com os conceitos da Educação Popular, trabalhando a partir da realidade local, reivindicando políticas públicas para a sua organização. Neste sentido, a Educação Popular coloca-se como uma das

“ferramentas” utilizadas para desencadear processos educativos que oportunizam a organização e a geração de trabalho e renda, desenvolvendo experiências que promovem a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que fazem parte dela.

A partir desta reflexão, compartilha-se do pensamento de Gadotti (2009, p.13), o qual afirma que a economia solidária é um processo constante de aprendizado que potencializa ações colaborativas e solidárias, envolvendo este aprendizado numa dimensão global das relações sociais, sendo que:

A economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição. O aprendizado se estende naturalmente também à prática de comércio justo entre os empreendimentos e aos relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores, sem esquecer as práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo.

Assim sendo, estas experiências destacam-se pelo potencial educativo que apresentam, uma vez que a “educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente” (GADOTTI, 2009, p. 35). Destaque-se que esse trabalho é desenvolvido em grande parte através de parcerias com entidades, sindicatos e ONGs, que contribuem para que o processo educativo aconteça, fortalecendo ainda mais o seu potencial para o enfrentamento do desemprego, da exclusão social e da degradação ambiental.

Assim, como destaca Singer (2005, p.16), a “prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas”. Mas, este processo de “re-educação” deve ser construído a partir de uma “pedagogia da economia solidária”, enfatizando a necessidade da “práxis” para refletir sobre o trabalho num empreendimento com particularidades diferentes de uma empresa capitalista. Não se trata apenas de abordar conceitos teóricos, deve-se construir, na prática, valores através da confiança e da reciprocidade nas relações.

Sob tal ótica, a aprendizagem deve ser coletiva, proporcionada através de situações recíprocas de colaboração. As diferenças de pensamento existem e são saudáveis e, por isso, os momentos de formação, que proporcionam o diálogo, são fundamentais para estabelecer

um sentimento de autonomia do grupo e a responsabilidade coletiva pelo empreendimento. A Economia Solidária, ao propor uma nova prática social, apresenta-se como ato educativo emancipador dos sujeitos que fazem parte dela. Trata-se, pois, de uma nova prática solidária, que exige, dos empreendimentos, uma articulação entre si, para produzir um aprendizado coletivo que impulsiona ainda mais a sua trajetória.

No caso, cabe ressaltar a necessidade de aprimoramento dos processos educativos que permeiam estas iniciativas, a fim de promover a reflexão sobre a prática destas relações, instigando e promovendo novas iniciativas de enfrentamento à sociedade excludente em que se vive.

Aborda-se, no próximo capítulo, como aconteceu a relação entre a Educação Popular e a Economia Solidária em uma experiência de trabalho desenvolvida pelo Centro de Educação Popular na organização de grupos de catadores em Erechim/RS.

3 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR

O Centro de Educação Popular – CEPO - é uma entidade civil, autônoma, sem fins lucrativos, político-partidários e religiosos, com sede em Erechim/RS. A abrangência do seu trabalho é regional, restringindo-se ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, articulando ações com outras entidades nos três Estados do Sul do país. Fundado em 20 de setembro de 1985, segundo Lipsh (2008, p.24), “pela necessidade de ter na região do Alto Uruguai um grupo que assessorasse os trabalhos populares que estavam despontando”.

Este capítulo tem como objetivo apresentar a atuação do Centro de Educação Popular (CEPO), bem como as concepções teóricas que fundamentam a ação de seus educadores, a partir dos princípios da Educação Popular e da Economia Solidária. Abordam-se, brevemente, alguns elementos que são relevantes na sua história de organização, apontando fatores que contribuíram na construção do trabalho associativo urbano que envolve a organização dos catadores em Erechim, como um dos seus eixos de ação.

Ressalte-se que o CEPO tem, como eixo norteador do seu trabalho, a Educação Popular, vista como um processo permanente e coletivo, que concebe os sujeitos envolvidos como seres históricos, atuantes na construção de um novo projeto de sociedade. (CEPO, 1993, p. 09) Frente à crítica ao modelo de sociedade capitalista, busca alternativas para o mundo do trabalho, enfrentando a concepção da livre concorrência e do lucro desmedido, através de experiências de Economia Solidária. Neste viés, as iniciativas de trabalho autogestionário visualizam uma nova forma de estruturar a economia, calcada em novos valores, conforme aponta Gadotti (2009, p.10)

A ligação umbilical da educação popular com a economia solidária se deve ao fato de que esta se apoia em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas, que cabe à educação popular difundir entre aqueles que a peculiar dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico que ele domina.

A relação entre a Educação Popular e a Economia Solidária consolida-se ao disseminar valores de solidariedade, autonomia e participação nas relações humanas que são estabelecidas através do trabalho.

3.1 O trabalho do CEPO na perspectiva da Educação Popular

Desde 1985, ano de sua constituição, até 2002, o CEPO vivenciou cinco fases históricas na constituição de sua identidade como Centro de Educação Popular. Buscam-se elementos sobre a trajetória do CEPO na obra de Lipsch (2008, p. 24), a qual indica que a entidade teve como primeira finalidade articular pessoas e o Movimento Popular, que estavam atuando de forma isolada, proporcionando momentos de formação, unificando ações para contribuir com o desenvolvimento da região. Ele surge, portanto, a partir da articulação do Grupo Paulo VI⁷, criado em Erechim no final da década de 1970, que tinha como objetivo reunir e formar lideranças para a atuação no processo de organização popular.

Na primeira fase da entidade, 1985 a 1987, conforme Lipsch (2008, p. 31), frente a um período de crise e recessão que enfrentava o país e diante do fracasso do modelo econômico implementado pela ditadura militar, ressurgiram as organizações sociais no intuito de organizar os trabalhadores/trabalhadoras para a luta por direitos. Destacam-se algumas entidades como a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), fundada em 1979, o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), em 1984, assim como a retomada da organização dos trabalhadores através do Movimento Sindical, no período compreendido pelas décadas de 1970 e 1980, que articulavam ações de enfrentamento e mobilização. Assim, o CEPO surgiu, em 1985, contribuindo com os Movimentos Sociais, através do suporte a projetos organizados pelas entidades, além de prestação de serviços de apoio para a elaboração e a impressão de materiais, boletins e panfletos.

Em seguida, Lipsch (2008) destaca a Fase de Transição (1988 a 1990), após contribuir “em prol do fortalecimento das Entidades e Movimentos Populares, o CEPO inicia um processo de transição no que diz respeito as suas ações”. A entidade direciona, então, a sua atuação para as áreas de formação e comunicação, mais especialmente junto ao Movimento Sindical Rural e inicia, timidamente, a atuação na área urbana, uma vez que, na análise dos seus dirigentes, havia diminuído o trabalho de base e de organização social desenvolvido nos bairros, assim como crescia o número de moradores que vinham do interior para a cidade.

⁷ Segundo Zanella (2004, p. 199) o grupo Paulo VI, assim como outros organizados neste período, influenciaram a organização de vários e novos movimentos sociais.[...] as reuniões eram mensais e delas participavam as principais lideranças que estavam na época comprometidas com trabalhos de organização social (padres, irmãs, lideranças de trabalhadores urbanas e rurais, professores da Fapes, etc.).

Frente a esta realidade, em assembleia geral dos sócios, conforme registro em ata (CEPO, 1990, p.7), é manifestada a necessidade do CEPO adaptar-se à conjuntura da região, no processo de apoio aos movimentos sociais, devendo investir em sua assessoria, pois, através deste trabalho, a entidade conquistaria maior legitimidade, possibilitando uma maior intervenção e suporte na organização social frente ao aumento da população urbana nas periferias da cidade. Neste sentido, a assembleia indica:

Em relação à assessoria há possibilidade de liberar um assessor para o Movimento Popular Urbano, um assessor para o Movimento Sindical e um assessor para Área de Pesquisa. [...] Em relação ao trabalho no Movimento Popular Urbano, há consenso em relação aos objetivos a longo prazo. A curto e médio prazo, não está muito claro como iniciar o trabalho. Em função disso, ficou aprovado que o CEPO chamará uma plenária para aprofundar a atuação nesta área.

A fase seguinte, de Solidificação Institucional (1991 e 1992), é marcada pela atuação da entidade “nas áreas de formação, organização, planejamento, comunicação e elaboração” (LIPSCH, 2008, p.39). No período, os Movimentos Sociais urbanos enfrentavam um esvaziamento por parte das lideranças que são “cooptadas pelo poder público”, especialmente as que atuavam nas associações de moradores de bairros, o que acarretava uma redução do trabalho realizado, aumentando ainda mais a necessidade de um direcionamento das ações do CEPO. Através da assessoria para diversas entidades, o CEPO começou a afirmar-se, contribuindo com processos de resistência às políticas neoliberais da época, que aumentavam as diferenças sociais. Nesse particular, serve como exemplo da situação, a reportagem do Jornal Diário da Manhã de Erechim, em janeiro de 1992, sobre a realidade do êxodo rural:

Não existem estatísticas sobre o número de pessoas que chegam todos os dias, de municípios vizinhos para habitar os bairros na periferia da cidade. Apenas se constata o crescimento desordenado, nos locais onde a cada dia, amanhece um novo barraco. Eles vêm de todas as formas. De ônibus, e até mesmo a pé. A mudança é pouca, quase nada. Um homem, uma mulher e muitos filhos. (AUMENTO..., 1992, p. 5)

Em seguida, novamente, os sócios do CEPO observaram a necessidade da entidade “atuar em outras áreas como, por exemplo: a ecologia, o cooperativismo e a energia”(CEPO, 1992, p.9). Assim, há um novo direcionamento das suas ações para a organização do trabalho

e para a questão ambiental, sendo temas desafiadores daquela conjuntura e cada vez mais referidos nos debates políticos que exigiam um envolvimento da entidade.

O período entre 1993 e 1998 é denominado, por Lipsh (2008, p.42-46), como fase da instituição da Educação Popular como eixo condutor das ações do CEPO, sendo que, à época, promove-se a construção de um Plano Global da entidade, discutido em vários espaços, apontando as concepções que fundamentavam a atuação da entidade.

Essa definição do CEPO, ou seja, a da Educação Popular como eixo norteador, coincide com a constatação de que aumentava a pobreza⁸ em Erechim e região, como denunciava uma reportagem do jornal Diário da Manhã:

Erechim possui 72.323 habitantes, pelo último senso demográfico. Um dado surpreendente revela que 30% da população é considerada miserável, ou seja, mais de 21 mil pessoas passam fome. Mais de 11 mil mulheres não tem acesso aos programas de planejamento familiar para a prática de uma paternidade consciente. A população cresce 1,5% ao ano e a maior parte destes dentro da população carente. Os bairros Progresso, Pró-Morar e Petit Village concentram 13 mil pessoas carentes. (IBGE..., 1994, p. 3)

Essa realidade indicava, portanto, a necessidade de uma intervenção mais incisiva por parte dos movimentos sociais na área urbana. Neste sentido, a sistematização do Plano Global do CEPO, apontando para a Educação Popular como seu eixo norteador, evidencia uma compreensão de suas lideranças de que este era o caminho para a construção de ações no meio urbano, especialmente na periferia da cidade de Erechim, contribuindo para a transformação da realidade social. Para o CEPO, a Educação Popular é compreendida:

Como uma prática social e um processo coletivo de produção de conhecimentos, valores, atitudes, aptidões, através do qual as Organizações Sociais Populares se constituem como sujeitos históricos da construção de um projeto alternativo de sociedade, que expressa os interesses, necessidades e aspirações da maioria da população. Esta concepção supõe uma prática social, entendida como um conjunto de ações orientadas para um devido fim, que se coloca numa perspectiva de superação das atuais estruturas sócio-econômicas, sócio-políticas e sócio-culturais. Supõe uma efetiva participação, organização, articulação e mobilização dos setores populares em torno de um projeto, não acabado, mas em permanente construção. (CEPO, 1993, p.9)

⁸Segundo dados do IBGE, o índice de pobreza em 2003 era de 26,30%. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, Erechim tinha uma população de 90.347 habitantes, o que equivale a 23.761. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 15 jun.2012.

A Educação Popular para o CEPO instiga a construção de processos coletivos que construam saberes, empoderando os sujeitos como agentes de transformação, através da tomada de consciência de sua própria realidade, possibilitando a mudança e o desejo de construir uma sociedade nova. Este processo acontece a partir da consciência política, em que o sujeito percebe a sua responsabilidade no processo.

Com a definição da Educação Popular como eixo norteador do trabalho, a concepção metodológica também foi objeto de debate, sendo um dos pilares que fundamentam o trabalho da entidade, tendo como princípio a dialeticidade, partindo da realidade vivenciada, conforme ressalta o Plano Global de 1993 (CEPO, 1993, p.10):

O CEPO pauta sua atuação pela concepção metodológica dialética, que requer que se encare a realidade, de modo particular a realidade humana, social, histórica, como constante contradição e síntese. Desta forma, a realidade não é um dado, não está colocada de antemão; ela é sim, o fruto da ação e da reflexão elaboração de sujeitos históricos. A vida não é entendida de forma cabal e definitivamente organizada, é sim uma constante construção de sujeitos históricos – indivíduos ou grupos – autônomos e conscientes. [...] Conhecemos a realidade de modo particular pela ação, pela prática. Desta forma, a prática se constitui como critério de verdade, de conhecimento. Não prática pura e simples, como dado, mas a prática como práxis, como resultado da elaboração teórica e da prática efetiva. (CEPO, 1993, p.10)

Neste mesmo sentido, é possível retomar as contribuições de Hurtado (1993) e Torres (1987) abordadas no capítulo anterior. Estes autores utilizam a “metáfora da espiral dialética” para indicar a metodologia necessária para refletir sobre a prática, planejando ações de enfrentamento dos problemas vivenciados cotidianamente. O Plano Global da entidade destaca a reflexão a partir da prática, como norteadora de sua atuação:

A Educação Popular assume uma dimensão extremamente política e se torna um instrumento de luta a serviço do processo de mudança, de superação de contradições, de transformação social. Enquanto processo coletivo de produção de conhecimentos, a educação popular procura vincular, articular, de forma permanente, teoria e prática. Partir da prática, refletir sobre ela e voltar à prática, são expressões sempre presentes. (CEPO, 1993, p.9)

É importante salientar que a questão metodológica e o processo de desenvolvimento da Educação Popular devem estar interligados ao projeto de construção de uma nova

sociedade, centrada em princípios e valores que permitam a inclusão de todo homem e toda mulher, compreendidos como sujeitos pertencentes a ela, condenando, portanto, a atual sociedade por ser desigual, injusta e excludente. O CEPO apresenta esta dimensão no seu Plano Global de 1993 (CEPO, 1993, p. 10):

Sob ponto de vista da negação, a Educação popular significa a rejeição da atual sociedade desigual, exploradora, opressora, autoritária e injusta. Sob o ponto de vista propositivo, trata-se de construir, coletivamente, uma sociedade nova, baseada na igualdade, democracia, participação, liberdade, pluralidade, diversidade, cooperação e solidariedade.

Nesse contexto, o CEPO compreende a Educação Popular como uma alternativa necessária para promover ações que busquem o empoderamento dos sujeitos como atores da mudança da realidade em que estão inseridos, através de um trabalho que constantemente reflete a prática realizada, embasando-a à luz das teorias. Dessa forma, a abstração alcançada a partir da reflexão da realidade proporciona uma dimensão política e global, sendo a educação uma prática política misturada à tarefa educativa. A educação é entendida como um processo de contínua construção, a partir da análise e da síntese da interação entre a teoria e a prática.

Sendo o seu processo de construção diferenciado da educação tradicional⁹, a metodologia utilizada também deve ser direcionada para uma relação entre os conteúdos e os métodos, buscando a geração e a apropriação de saberes, apontando ações transformadoras frente aos objetivos traçados no início do processo de desenvolvimento de cada experiência comunitária. Assim posto, para estabelecer uma relação coerente entre a concepção de educação popular, é necessária uma metodologia que conduza este processo.

Nesta fase, o CEPO mantém o seu trabalho de assessoria e consolida-se junto aos Movimentos Sociais, buscando contribuir “com a construção de Sujeitos Sociais de Desenvolvimento”, tendo como foco auxiliar com o desenvolvimento da região. Porém, o acúmulo maior do trabalho dá-se no meio rural, uma vez que a atuação da entidade aconteceu

⁹ Ao fazer referência à Educação Tradicional, relaciona-se o termo com a concepção de Educação Bancária utilizada por Freire, que aponta o processo educativo como algo que é doado pelos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. A rigidez desta posição nega a educação e o conhecimento como processos de busca, estimulando a ingenuidade e não sua criticidade, concebendo as pessoas na condição de receptores passivos de informação, que necessitam ser conscientizadas. (FREIRE, 2010a)

nesta área desde a sua fundação. Na área urbana, a inserção é mais tímida, segundo Lipsh (2008, p.45) para:

Contribuir com uma intervenção maior no meio urbano exigia necessariamente que o CEPO discutisse internamente a concepção de movimento que implementaria, uma vez que era possível observar que na construção dos Movimentos Populares urbanos existiam várias concepções políticas. [...] Foram várias as colocações refletidas à necessidade de uma intervenção por parte do CEPO junto à área urbana, no entanto as alternativas nem sempre fazem surgir os resultados esperados.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em setembro de 1993, foi consignado em ata (CEPO, 1993, p.12-13) que um dos desafios do CEPO seria a necessidade de avançar no trabalho na área urbana, principalmente na construção de lutas sociais nos setores populares nos bairros, visto que, na área sindical, estavam sendo registrados avanços significativos.

Através do projeto de trabalho II: “Reestruturação da Produção, Relações de Trabalho de Estrutura Sindical”, a assessoria acontecia ao Movimento Sindical Urbano, no sentido de contribuir com o planejamento do trabalho desenvolvido por suas diretorias. Após o Planejamento das Ações, o mesmo era monitorado e avaliado através de reuniões semanais. Mas, surgia a demanda para contribuir em outros espaços urbanos: os bairros populares tinham uma necessidade reprimida por políticas públicas que pudessem contribuir com a mudança da realidade de muitas famílias que tinham seus direitos básicos negados, como as questões de saúde, educação, trabalho, entre outras. Constatava-se que eram muitas as necessidades e, por outro lado, existia pouca organização e mobilização do povo na luta por estes direitos.

Nota-se que essa preocupação prossegue no decorrer daquela década nas reuniões do CEPO. Em Assembleia Geral Ordinária, (CEPO, 1995, p.15) ocorrida em março de 1995, é levantada, novamente, a necessidade de conhecer um pouco mais sobre a realidade dos bairros de Erechim para organizar uma estratégia para intervenção, frente aos problemas sociais que se apresentavam:

Falta diagnóstico da situação real dos bairros e das famílias, ou seja, a política de intervenção deve ser aprofundada. [...] Deliberações: formação de grupo para discutir a intervenção no movimento popular urbano, inicialmente um grupo pequeno, ampliando depois, para ‘pensar’ atividades diversas. Ao CEPO cabe estudo e elaboração de subsídios sobre a organização da cidade – conhecimento da realidade.

Essa preocupação é retomada em 1998, quando os sócios/sócias da entidade indicam a necessidade de colaboração com ações na área urbana, direcionando para a geração de trabalho e renda, uma vez que há aumento do desemprego, diagnosticado na assessoria aos sindicatos urbanos. “Na área urbana é preciso pensar novas formas de geração de trabalho e renda tendo em vista a realidade da redução do trabalho formal em 10% [...] a prioridade do CEPO deve ser trabalhar com Organizações Sociais Populares que fazem Educação Popular na prática” (CEPO, 1998, p.27).

Em Assembleia Geral Ordinária, em março de 2000, são destacadas, conforme ata nº 21 (CEPO, 2000, p.32), as atividades propostas através de um projeto que previa uma série de ações integradas, envolvendo entidades da região, potencializando algumas iniciativas que já existiam, instigando a constituição de outras, projetando atividades que contribuíssem com o desenvolvimento regional. Através de uma parceria com a Fundação Interamericana - IAF¹⁰, foi possível ampliar as ações na área urbana, em Erechim, englobando também atividades na área rural. Um dos focos era a articulação entre as duas áreas, promovendo a geração de trabalho e renda através do cooperativismo.

Na área rural, houve incentivo para a comercialização da produção de agricultores/agricultoras familiares, fazendo-o através da criação da Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra¹¹, que tinha como objetivo aproximar os consumidores urbanos e os produtores rurais, propiciando o aumento do ganho com a produção por parte dos agricultores/agricultoras através da venda direta ao consumidor. Além disso, a cooperativa proporcionava momentos de formação e capacitação técnica para cultivo de alimentos orgânicos, garantindo o acesso da população urbana a produtos frescos, de boa qualidade, a um valor mais acessível. Neste mesmo viés, o projeto previa a organização de uma Central de Comercialização que pretendia organizar a venda de culturas diversas e alimentos processados pelas agroindústrias familiares, articulando a disponibilização destes produtos aos consumidores em várias regiões. Complementando estas ações, o projeto previa

¹⁰ A Fundação Interamericana é um órgão do governo dos Estados Unidos dedicado a melhorar o bem-estar e a participação cidadã das pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe. A IAF outorga doações diretamente a organizações de base. Disponível em: <http://www.iaf.gov>, acessado em 15/02/2012.

¹¹ A Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra contribui com a organização e articulação de espaços para a comercialização da produção de agricultores e agroindústrias familiares proporcionando planejamento e assessoria. Além disso, fornece a certificação de produtos orgânicos.

recursos para a CRESOL¹² proporcionar crédito com juros mais acessíveis aos agricultores/agricultoras familiares e sócios/sócias da cooperativa.

Na área urbana, o projeto previa a construção de uma estrutura física para atender duas cooperativas, a ALUMIFER¹³ e a CAMPRES¹⁴. Estes dois empreendimentos foram constituídos através de incentivo à organização coletiva do trabalho por parte do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias Metal-mecânica de Erechim, uma vez que o desemprego era crescente nesta área. Através da assessoria do CEPO, o sindicato diversificou a sua atuação, dando suporte para os trabalhadores/trabalhadoras de base da categoria, mas também desenvolveu ações com os trabalhadores/trabalhadoras que foram demitidos das indústrias. Ainda na área urbana, era previsto no projeto em questão, o suporte a uma Associação de Catadores/Catadoras, instigando o surgimento da ARCAN¹⁵ que tem sua sede no bairro Progresso em Erechim.

Constata-se, portanto, que esse projeto possibilitou ao CEPO e às entidades envolvidas a potencialização de várias ações que eram desenvolvidas, através do suporte financeiro para estrutura física e capital de giro, possibilitando a geração de trabalho e renda para as experiências coletivas de economia solidária que caminhavam com dificuldade.

Na última fase do CEPO, conforme Lipsh (2008), após o ano de 2002, a entidade passou por uma reestruturação de sua organização, modificando a sua atuação de projetos para eixos. Com isso, o CEPO:

¹² A cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL é um sistema que atua nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo como associados os agricultores familiares. Tem como missão, promover a inclusão social da agricultura familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando ao desenvolvimento local e à sustentabilidade institucional.

¹³ A ALUMIFER - Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores em Fundação de Alumínio e Ferro Ltda, está situada no município de Erechim/RS. Foi criada em 28 de janeiro de 1998, a partir da ocupação da fábrica por um grupo de trabalhadores, funcionários da empresa, após ter sido decretada a falência da mesma. Atualmente, está em funcionamento e conta com 18 sócios. Ocupa todo o espaço adquirido para o funcionamento das duas cooperativas, uma vez que a CAMPRES foi extinta.

¹⁴ A CAMPRES - Cooperativa de Manutenção de Equipamentos de Refrigeração foi dissolvida por decisão dos sócios.

¹⁵ A ARCAN – Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza foi fundada em 06 de fevereiro de 2001. Envolveva catadores que trabalhavam com carrinhos nas ruas de Erechim e catadores que trabalhavam no lixão da cidade. Atualmente conta com 20 sócios e recebe material da coleta seletiva, com o qual, proporciona renda para estes trabalhadores.

Depois de muitos debates e discussões sobre o seu papel frente ao desenvolvimento regional, reconduz a organização do seu Plano Trienal de projetos de trabalho para eixos de atuação, possibilitando com isso uma ação mais eficaz diante das políticas propostas. Seu foco central permanece 'Educação Popular e Desenvolvimento Regional', porém sua ação volta-se para os seguintes eixos: a) Economia Popular Solidária – Área Rural e Urbana; b) Organização Social; c) Políticas Públicas: Educação, Cidadania e Participação Popular. (LIPSH, 2008, p 47-48)

Destaca-se que nesse momento, a Economia Popular Solidária aparece pela primeira vez de forma mais específica nesta organização do trabalho dos educadores/educadoras. Esta direção foi constantemente apontada pelos sócios do CEPO, conforme registros nas atas de assembleias ordinárias e, após a realização de várias plenárias e encontros para debate e planejamento, somando-se a uma série de iniciativas que havia surgido na época. Este trabalho estabeleceu-se com o propósito de potencializar a organização de vários empreendimentos no município de Erechim e região Alto Uruguai, principalmente na área urbana. A assessoria ao Movimento Sindical urbano é reduzida ou direcionada para o apoio à constituição de iniciativas de economia solidária junto aos trabalhadores/trabalhadoras de várias categorias urbanas e não mais centrada no assessoramento aos planos de ação dos Sindicatos (LIPSCH, 2008, p.46).

Esta reestruturação do trabalho do CEPO exigiu que os educadores/educadoras buscassem novas formas de articular cada eixo, pensando-o de forma global e específica, sendo um grande desafio evitar o isolamento na atuação de cada um. É importante salientar, também, que esta nova estrutura foi constituída para adequar o trabalho da entidade para a nova conjuntura de organização social deste período, não desconsiderando o processo histórico em que a mesma se constituiu (LIPSCH, 2008, p.49).

Frente à nova realidade e às exigências impostas por ela, percebeu-se a necessidade de um perfil de educador/educadora que buscasse, constantemente, a qualificação para atender às demandas regionais, tendo uma formação direcionada diretamente à área específica de atuação, contribuindo para a organização e para a articulação entre as entidades assessoradas. Neste sentido, todo o trabalho da entidade partiu para uma nova reestruturação. Além disso, cabe destacar que, nessa época, a sustentabilidade financeira contava muito pouco com a cooperação internacional, obrigando o CEPO a buscar parcerias regionais para manter a equipe e a estrutura necessária para o trabalho. Lipsh (2008, p.48) faz as seguintes considerações a respeito disso:

O primeiro passo foi repensar e reorganizar sua estrutura de atuação, tendo presente em cada eixo algumas prioridades e uma articulação maior de ação entre os mesmos, pois além da diminuição dos recursos, as organizações internacionais passaram a 'exigir resultados' mais concretos dos projetos discutidos e implementados. Outro fator observado e discutido no processo de reorganização dos eixos de atuação da entidade foi o acúmulo histórico de conhecimento nas determinadas áreas, por mais que novas demandas estivessem sendo apontadas. Nessa perspectiva, os assessores/educadores contratados têm um perfil voltado diretamente às áreas/eixos específicos, descaracterizando com isso o 'assessor sabe tudo', exigindo porém uma maior integração dos mesmos no que diz respeito a um trabalho unificado em torno do eixo central.

Dessa forma, o CEPO buscou alguns projetos para manter o trabalho desenvolvido, uma vez que algumas entidades assessoradas não tinham condições de contribuir financeiramente com a instituição. Através de parcerias com o governo estadual e federal, parte do suporte necessário para manter o salário dos educadores/educadoras e a estrutura indispensável para a sua sustentabilidade foi viabilizado. A entidade precisou, no entanto, reduzir a sua estrutura neste período, direcionando ainda mais sua atuação. Além disso, algumas entidades que, historicamente, foram assessoradas pelo CEPO, passaram a desenvolver um trabalho autônomo, possibilitando à entidade a viabilização de novas parcerias.

Assim, através da análise de parte do processo histórico de estruturação do CEPO, percebe-se que a constituição da entidade foi sendo moldada pelas demandas dos movimentos sociais da região, mas também pela constatação de que era necessária a atuação junto aos sujeitos que estavam à margem dos direitos sociais, como foi o trabalho desenvolvido junto aos catadores de material reciclável, dentro do eixo de economia popular solidária na área urbana. Na sequência, será aprofundado o surgimento e a definição do eixo de Economia Popular na Área Urbana para depois focar, mais detidamente, o trabalho da entidade junto aos catadores.

3.2 O eixo Economia Popular na área urbana

Na segunda metade do ano de 2000, os movimentos sociais de Erechim, juntamente com o CEPO, discutiam a necessidade de ações que articulassem as áreas rural e urbana, a partir de um novo modelo de desenvolvimento regional, que incrementasse princípios,

capazes de se contrapor ao modelo excludente de sociedade implantado até então. Era definição do CEPO, portanto, que as relações entre as pessoas e entre as instituições deveriam estar centradas em princípios que promovessem a inclusão. Importante, pois, destacar o que se pontuava na entidade sobre o modelo de sociedade a ser construído:

A sociedade que queremos construir supõe uma nova ordem social, onde a cooperação e a solidariedade sejam princípios constitutivos de todas as relações sociais e dever de toda a sociedade [...] tendo como princípio a igualdade, a democracia, a participação, a liberdade, a pluralidade, a diversidade, a preservação e a recuperação do meio ambiente. (CEPO, 1993, p.08)

Sendo assim, a concepção de desenvolvimento que deveria fundamentar as ações da entidade contrapõe-se ao modelo de desenvolvimento, hoje, hegemônico, que está “baseado em relações econômicas que privilegiam o mercado e usam a natureza e os seres humanos como recursos e fontes de renda [...] centrada na desigualdade, na concentração de renda e poder na mão de uma minoria” (CEPO, 1993, p. 10)

Concomitante a este debate, como exposto anteriormente, iniciou-se uma tratativa com uma instituição americana (Fundação Interamericana – IAF), para encaminhamento de um projeto para suporte financeiro com vistas a várias iniciativas que tinham como princípio básico a geração de trabalho e renda na região Alto Uruguai através de empreendimentos coletivos, estimulando o empreendedorismo. Benincá (2006, p.118-119) faz a seguinte análise desse processo:

No ano de 2000 o CEPO discutia projetos a serem encaminhados para a Fundação Interamericana (IAF), visando a captação de recursos financeiros. Valter Girelli – então presidente do CEPO – [...], sugeriu a inclusão de um projeto neste sentido. No final do ano 2000, a entidade recebeu a informação de que os seis projetos encaminhados (três para serem desenvolvidos na cidade de Erechim e três para o meio rural) tinham sido aprovados. Entre eles encontrava-se o projeto que garantiu recursos para a construção do pavilhão da ARCAN. Até aqui os catadores não estavam envolvidos no processo.

Após a aprovação do projeto, foram organizados vários encontros para implementá-lo. É nesse contexto que surge o eixo de Economia Popular e Solidária, estruturando e definindo a sua atuação tentando articular o urbano e o rural, planejando as ações coletivamente, tendo

como objetivo geral: “Contribuir para a construção do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, fortalecendo a agricultura familiar e as organizações de trabalhadores urbanos através da organização da produção, comercialização, cooperação e da construção de uma proposta de política pública de geração de trabalho e renda” (CEPO, 2005, p.2).

A proposta do eixo, portanto, era articular o cooperativismo e o associativismo nas áreas urbana e rural, pensando em ações que permitissem a reflexão da organização de cada entidade através de processos de formação coletivos. Isso é demonstrado num dos objetivos específicos do planejamento deste eixo: “Contribuir na elaboração e implementação de um programa de formação técnica e política para agricultores, trabalhadores urbanos, dirigentes e técnicos tencionando o trabalho de base”.

Algumas iniciativas aconteceram, mas, as entidades da área rural estavam em outro estágio de organização, tinham mais experiência no processo organizativo coletivo, assim como outras necessidades e desafios. Frente a isso, partiu-se para espaços de articulação específicos de cada área (urbana e rural), sendo que os limites e desafios vivenciados em cada entidade eram socializados pelos educadores/educadoras nas reuniões da equipe. Internamente, era possível socializar e buscar alternativas frente às dificuldades vivenciadas nas diferentes experiências em curso.

Esse debate acabou sinalizando para algumas ações prioritárias para o trabalho no meio urbano, especialmente, a necessidade de criar espaços de formação em economia solidária, fomentando novas iniciativas e motivando os grupos já existentes. Ademais, previa a articulação junto ao Fórum Estadual de Economia Solidária¹⁶, envolvendo-se num debate mais global, propiciando a intervenção em políticas públicas nesta área de forma mais articulada.

Na prática, porém, algumas ações foram desenvolvidas de forma mais individualizada, pois havia certa resistência por parte dos trabalhadores/trabalhadoras em parar os seus afazeres para participar de momentos de formação, o que representava, para eles, deixar de receber por um dia de trabalho, um montante que significava muito somado ao ganho do mês. Sendo assim, a equipe estruturou um cronograma de reuniões prevendo planejamento, avaliação do trabalho e formação, através de encontros realizados durante um turno por

¹⁶ O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) está organizado em todo o país em mais de 130 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Disponível em <<http://www.fb.es.org.br>> acessado em 23 mai. 2012.

semana em cada grupo. Foram promovidos, também, alguns momentos coletivos, unindo as associações para socializar dificuldades e pensar ações coletivas.

É importante registrar que existia um acúmulo de conhecimento, a partir das experiências já desenvolvidas nessa área em várias partes do país e do mundo, que indicavam a necessidade dos empreendimentos solidários promoverem a relação social entre si e com outros atores sociais, partindo para além da sustentabilidade econômica. Schütz (2008, p.25-26) assevera ser fundamental esta relação para que o grupo não se torne um “simples empreendimento capitalista”. Adotada tal compreensão, os empreendimentos solidários:

São aqueles que conseguem se articular política, social e economicamente com o maior número possível de outros empreendimentos e atores sociais. A EPS, portanto, não é apenas uma alternativa econômica, visto que ela significa também a existência concreta de alternativas sociais e políticas. Sua viabilidade, portanto, não pode ser definida a partir de critérios que digam respeito apenas a sua viabilidade econômica. (SCHÜTZ, 2008, p.25-26)

Ressalta-se que essa articulação deve ser feita com entidades que também promovam a reflexão crítica sobre a sua atuação, compreendendo o seu papel de agente de enfrentamento aos pressupostos capitalistas que permeiam as relações sociais. Para afirmar o caráter solidário de um grupo, portanto, algumas preocupações devem estar presentes como: a autogestão, a coletividade e a transparência, além da responsabilidade social e ambiental frente ao que produz.

Apesar das dificuldades iniciais, o eixo Economia Popular na Área Urbana constituiu-se e consolidou-se. E um dos principais trabalhos desenvolvidos pelos educadores/educadoras do CEPO foi junto aos catadores/catadoras de material reciclável, objeto de discussão do capítulo que segue.

3.3 Os desafios que permeiam o trabalho educativo

Nas experiências de Educação Popular, assim como, nos empreendimentos de economia solidária, estabelece-se uma relação muito próxima entre educadores/educadoras populares (sujeitos que compõem entidades e engajam-se na assessoria e no acompanhamento aos projetos sociais) e público alvo destes projetos. Esta relação proporciona o aprendizado constante de ambos, conforme aponta Forster (2010, p. 143), comentando Paulo Freire, “essa (re) educação é processual, lenta e construída na cotidianidade [...] que, por sua vez, está inserida em um contexto sociocultural particular, que é condicionador, mas não determinante dela. O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”.

Martins (2012, p. 26) enfoca a sensibilidade necessária do educador e da educadora no seu fazer cotidiano para identificar a percepção que os sujeitos dos problemas sociais têm sobre a realidade que eles vivenciam. Ao investigar a percepção dos sujeitos frente às situações de exclusão, é preciso partir do princípio apontado por Freire (2010b, p.30) de “reconhecer os saberes socialmente construídos na prática comunitária”, dar voz aos sujeitos, partindo da realidade e das representações que eles fazem sobre o mundo que enfrentam, com suas dificuldades, aspirações e esperanças.

Martins (2012, p. 27) expõe que ainda parece haver um desencontro entre o modo como os sujeitos que enfrentam dificuldades compreendem-se e definem-se e o modo como os acadêmicos/acadêmicas, militantes, religiosos/religiosas, enfim, visualizam esta situação de adversidade. É necessário entender esta categoria de excluído, de exclusão, apontado pelo autor como uma “metamorfose de conceitos” que busca explicar a ordenação social, resultado do desenvolvimento capitalista.

A preocupação com ‘o que fazer com os excluídos’ sempre sugere que os próprios ‘excluídos’ não sabem o que fazer consigo mesmos. Precisam, por isso, da ajuda, da orientação e da intervenção daqueles que se incomodam com a situação em que eles se encontram. Porque os pobres são excluídos do ponto de vista de certas categorias sociais que, de fato, não vivem a experiência social da exclusão com a qual se preocupam. A designação ‘exclusão’ não conecta o destino de quem a usa ao destino de quem ela designa. Ao contrário, separa-os. (2012, p. 40)

Neste sentido, o autor denuncia que se atua de forma autoritária e intolerante, mascarada, muitas vezes, pela generosa preocupação com a exclusão social, mas, mesmo assim, usando um direito proclamado de decidir a forma de integração e participação social. Há uma “meia-verdade” nesta vontade de ajudar os excluídos: “a necessidade de ampliar e modificar o modo e forma de inclusão espontânea” e também “que o modo espontâneo da inclusão é insatisfatório não para os ‘excluídos’, mas para o imaginário da classe média, para os valores que ela proclama e para a sociedade que ela deseja”. (MARTINS 2012, p. 41)

Não se pretende criticar a ação dos educadores e educadoras populares, militantes e demais pessoas que se engajam nos projetos sociais, Martins (2012, p. 41) assegura que o objetivo é denunciar a impressão superficial que existe sobre o outro, uma vez que nos consideramos “incluídos” e não somos, pois “a própria ordem capitalista é desumana com todos”.

Na prepotência de querer libertá-lo, o que queremos é nos libertar, num certo sentido, nos libertar dele, nos livrar dele. Por que não estamos propondo a construção do novo – apenas a extensão a ele do que já é velho, dos mecanismos de reprodução das relações sociais e não de produção de novas relações (2012, p. 45)

Ao lutar pela inclusão, busca-se integrar o excluído numa sociedade de consumo, sendo, neste sentido, a crítica da concepção de “exclusão” que Martins refere, uma vez que esta inclusão nega à vítima a possibilidade de construir o novo, incorporando se a uma sociedade desigual.

O discurso sobre a exclusão pretende ser um discurso militante em favor das transformações sociais, quando é na verdade um discurso militante em favor das relações sociais existentes, mas inacessíveis a uma parte da sociedade. A concepção de exclusão é útil, portanto, para expor à consciência social as contradições de suas boas intenções e expor a necessidade histórica e política de reconhecer os involuntários limites sociais e as condições sociais do justo afã de mudar. (2012, p. 47)

A exclusão acaba existindo de forma vaga e indefinida, como um “jargão”, um rótulo que acaba envolvendo o sujeito na condição de reprodutor do sistema que marginaliza. Ela é mais abrangente do que demonstra, por isso Martins (2003, p. 15) constata que há “processos de exclusão”, o modelo de sociedade capitalista produz “vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes”.

Benincá (2006, p. 67) explica que a exclusão trata-se de uma designação genérica para um fenômeno concreto, sendo que “este espectro social tem se acentuado muito nas últimas duas décadas como decorrência de um capitalismo perverso”. Ele identifica dois problemas relacionados a este fenômeno: um é entendido como a “produção da exclusão”, sendo o núcleo estruturante e mecanismo do sistema capitalista, o outro está ligado às formas de “reprodução da exclusão”, que se manifesta através dos modos de inclusão social, os quais podem não transcender a meros paliativos.

Lousada (2011, p.28) pondera que

Estamos diante de uma sociedade que exclui para incluir precariamente em configurações materiais desumanas de produção e participação consumistas, privilégios para poucos ‘esforçados’, descartando-se a conquista de direitos sociais outrora pensados como pauta de lutas dos grupos sociais marginalizados.

Ao pautar esta abordagem com relação aos catadores/catadoras, Benincá (2006, p. 69) cita que seria mais apropriado afirmar que se trata de indivíduos em processos de exclusão, visto que estariam “desagregados e sem um projeto coletivo”, e a exclusão, dá-se a partir de vários fatores “– econômico, social, étnico-cultural, de gênero e outros – pelos quais são discriminados, marginalizados e excluídos. A exclusão é um processo amplo que define a própria dinâmica do capitalismo”.

Martins (2012, p.12) afirma que a pobreza multiplicou-se em pobreza, “contaminando até mesmo âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carências vitais”, estenderam-se a outros aspectos da vida humana. Como cita Lousada (2011, p.28), “as privações não são somente de recursos econômicos, há o empobrecimento da leitura

de mundo, da semeadura de sonhos”. A “nova pobreza” condena os pobres, uma vez que não há alternativa para superar esta condição, não há esperança (Martins, 2003, p.19).

Frente a este cenário de incertezas com relação à sociedade em que se vive é fundamental assumir uma postura crítica, consciente das situações de exclusão que se denuncia.

Neste sentido, as situações, que inquietam, devem contribuir para a reflexão sobre o limite de nossa atuação na condição de educadores/educadoras, pois, até que ponto nossas ações são refletidas? Identifica-se e respeita-se a concepção de sociedade dos sujeitos com quem se trabalha? Caberia aprofundar este estudo, a partir desta perspectiva: como os educadores/educadoras do CEPO refletem sobre a sua atuação ao identificar a percepção dos catadores/catadoras sobre o trabalho desenvolvido e o contexto em que estão inseridos, assim como investigar a visão dos catadores/catadoras sobre como percebem a sociedade em que vivem e a sua atuação, compreendidos como trabalhadores/trabalhadoras e cidadãos/cidadãs, “incluídos” nela. Frente aos limites de investigação desta pesquisa, o tema fica como sugestão para ser aprofundado como objeto de investigação para um estudo futuro.

4 O SURGIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES/CATADORAS DE MATERIAL RECICLÁVEL EM ERECHIM E O ENVOLVIMENTO DO CEPO NO PROCESSO EDUCATIVO

4.1 A organização e o acompanhamento de grupos de catadores/catadoras

No momento em que se estabeleceu a parceria com a Fundação Interamericana, nas demais áreas beneficiadas pelo projeto, o debate e o processo de organização coletiva já aconteciam há mais tempo. No caso dos catadores/catadoras, havia a necessidade de iniciar o processo através da mobilização deles mesmos e da organização de uma entidade jurídica que permitisse o debate e a defesa de direitos sociais, promovendo melhores condições de trabalho e de vida.

Cabe registrar que, no período, foi divulgada amplamente, na imprensa de Erechim, a situação destes trabalhadores/trabalhadoras que realizavam a atividade de classificação e recolhimento do material reciclável em condições de extrema desumanidade no lixão do município. Crianças, filhos e filhas dos catadores/catadoras, também estavam envolvidas nesta atividade, conforme reportagem da época do Jornal Diário da Manhã

Apesar de estritamente proibidas de entrar no Lixão Municipal, várias crianças foram flagradas na semana passada trabalhando junto com seus pais catando lixo no local. Um problema que já mobilizou Prefeitura Municipal, Ministério Público e Conselho Tutelar na busca por uma solução. [...] Estima-se que de aproximadamente 100 pessoas que trabalham no lixão, 30 sejam crianças. [...] Além das crianças, problemas como lixo hospitalar depositado a céu aberto e a poluição dos riachos próximos ao aterro vieram novamente à tona e também preocupam. (CRIANÇAS..., 2001, p.3)

De fato, a realidade era profundamente lamentável. Expostas à chuva ou ao sol e sem equipamentos de proteção, muitas famílias tinham construído uma espécie de abrigo e passavam a semana inteira no lixão. Algumas crianças, inclusive, não frequentavam a escola e ajudavam os seus pais na atividade de recolhimento e classificação do material que chegava. A água utilizada para beber e para a higiene pessoal vinha de uma fonte que brotava no próprio lixão. Não havia um controle de quantidade de pessoas que realmente trabalhava naquele espaço.

Não muito diferente era a situação dos carrinheiros/carrinheiras – pessoas que andavam pela cidade, puxando um carrinho que enchiam de materiais recicláveis que recolhiam de rua em rua – que também trabalhavam sem equipamentos de proteção, expostos às intempéries do tempo e aos perigos do trânsito. Eles levavam cargas que ultrapassavam 200 quilos diariamente. Sem creche disponível, levavam os seus filhos/filhas junto para o trabalho e aproveitavam para pedir donativos como roupas e alimentos. A realidade vivenciada por estes trabalhadores/trabalhadoras era, portanto, de exclusão, preconceito e discriminação. Benincá (2006, p.110 -111) faz a seguinte descrição desse contexto:

Trabalho árduo em longa jornada, explorados, mal vistos e mal pagos. Essa era a realidade cotidiana do conjunto dos catadores/as (na sua maioria mulheres) antes da criação da ARCAN. Os carrinheiros/as sofriam as vicissitudes do preconceito e da discriminação social. Eram acusados de estarem enfeando o centro da cidade e atrapalhando o trânsito. Os que trabalhavam no lixão não utilizavam equipamentos de proteção, ficando sujeitos a todo tipo de doença e contaminação. Na chegada dos caminhões da coleta, lançavam-se com voracidade sobre os materiais aí despejados. O cenário incluía graves problemas de ordem ambiental, dado que todos os tipos de resíduos – orgânicos e inorgânicos; domiciliares, comerciais, industriais e até hospitalares – eram depositados a céu aberto, nas proximidades do riacho. Tudo era dissimulado ou assistido com indiferença pelo Poder Público. O quadro era calamitoso, o que chegou a provocar, no ano 2000, a intervenção do Ministério Público.

Frente a esses problemas, tornou-se fundamental a mobilização e a organização dos catadores/catadoras para buscar uma solução para problemas comuns vivenciados por estes trabalhadores/trabalhadoras. A união de esforços era imprescindível para dar voz e vez a estes sujeitos historicamente marginalizados. Na sequência, aborda-se este processo de organização.

4.2 O pioneirismo da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN)

Em 2000, a Prefeitura Municipal de Erechim havia iniciado a organização de uma cooperativa de catadores/catadoras no lixão do município. O fato é citado em matéria do Jornal A Voz da Serra, em 10 de fevereiro de 2000:

A Prefeitura Municipal de Erechim em conjunto com a Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social estão organizando um projeto para oficializar o trabalho das famílias que vivem coletando no aterro sanitário da nossa cidade. Atualmente existem 70 famílias trabalhando no lixão, as quais coletam e separam o lixo nas diversas categorias como papel, plástico e latas. [...] No projeto, seria criado uma cooperativa entre os trabalhadores do lixão, para que ali fossem feitos todos os processos do lixo, desde a coleta até a reciclagem. A cooperativa vai ser controlada pelos próprios trabalhadores, sendo que a estrutura a prefeitura vai proporcionar. Estima-se que sejam concedidos aproximadamente 250 empregos diretos. [...] o maior problema encontrado foi das crianças trabalhando no lixão. Das 250 crianças que trabalhavam no lixão, mais de 170 já estão sendo atendidas no CAFE (Centro de Atendimento Familiar Erechinense). (ESTIMATIVA..., 2000, p. 10)

No entanto, a organização dessa cooperativa não prosperou. Ela iniciou o seu funcionamento, mas se manteve ativa durante apenas alguns meses. Certamente, faltou conhecimento sobre a questão e um maior acompanhamento e apoio de parte do Poder Público Municipal. Era necessária, portanto, a apresentação de uma nova proposta de organização. E foi nesse contexto, então, que surgiu a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza – a ARCAN.

Frente a esta nova alternativa de organização, houve certa resistência de parte dos catadores/catadoras que trabalhavam no lixão, a qual pode ser considerada natural, pois existia o receio de que esta experiência também não desse certo, além da falta de cultura organizativa desses trabalhadores/trabalhadoras. Isso dificultou a mobilização. Em virtude desta situação, as primeiras reuniões contavam com a participação dos carrinheiros/carrinheiras, cujo convite era feito em abordagens na rua, durante o seu trabalho. Os catadores/catadoras do lixão envolveram-se somente numa fase posterior.

Conforme Benincá (2006, p.119), a primeira reunião realizada para organizar a ARCAN ocorreu no dia oito de janeiro de 2001 e contou com a presença de alguns carrinheiros/carrinheiras e lideranças dos movimentos sociais. Neste momento, realizou-se um levantamento informal sobre a realidade vivenciada pelos catadores/catadoras no município, apontando algumas possibilidades, entre elas, a necessidade da organização de uma instituição própria dos catadores/catadoras, associação ou cooperativa, que permitisse a sua agregação, buscando a solução para os problemas comuns.

Após uma série de reuniões em Erechim e de algumas visitas para conhecimento de experiências já organizadas em Porto Alegre, realizou-se, então, no dia seis de fevereiro de 2001, a Assembleia Geral de criação da ARCAN – Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza que contou com a presença, aproximadamente, de 50 catadores/catadoras.

Em matéria publicada em jornal local, a Presidente da Associação, eleita durante a assembleia de fundação, assinala que um dos objetivos da criação da ARCAN era garantir o reconhecimento do trabalho dos catadores/catadoras:

Por isso que decidimos fazer uma Associação independente do poder público, para que possamos fazer uma organização social de verdade. Todos estão contentes e acreditando que com a associação as condições de trabalho dos catadores de lixo vão melhorar [...] Nós não somos lixeiros. Somos trabalhadores que estamos contribuindo com a sociedade, limpando o meio ambiente e sobrevivendo. Por isso merecemos mais respeito e consideração. (O LIXO..., 2001, p.12)

Tendo o projeto que previa recursos para construção do pavilhão aprovado, (recursos do CEPO, através do IAF), como já referido anteriormente, era hora de negociar com a Prefeitura Municipal a disponibilidade de uma área para este fim, além de apresentar algumas reivindicações construídas a partir das necessidades vivenciadas pelos catadores/catadoras. Neste sentido, foi agendada uma Audiência com o Prefeito Municipal Elói João Zanella que aconteceu no dia nove de fevereiro de 2001, sendo apresentada uma proposta de parceria, conforme Benincá (2006, p.121):

A ARCAN se compromete com: a) recursos para a construção de um pavilhão de 750 m²; b) recursos para aquisição de equipamentos adequados para as atividades; c) mão-de-obra não especializada na edificação do pavilhão; d) agentes ambientais para contribuir na conscientização da população sobre a seleção do material reciclável. Em contrapartida, a associação requer da Prefeitura Municipal: a) terreno para a instalação da ARCAN; b) transporte dos resíduos sólidos até a sede da associação no Bairro Progresso; c) mão-de-obra especializada para a construção do pavilhão; d) programas de atendimento das crianças e adolescentes, filhos dos catadores; e) implantação de entrepostos na cidade para entrega de material reciclável; f) recursos para viabilizar campanhas sociais de educação ambiental.

Cabe destacar, também, que os catadores/catadoras que estavam sendo envolvidos nesse projeto eram, em sua maioria, moradores do Bairro Progresso de Erechim. Neste sentido, havia a necessidade de que a construção do pavilhão ocorresse nas proximidades desse bairro, evitando despesas extras com deslocamento. Tendo em vista que o município não possuía área disponível nesta região para solucionar a questão, buscou-se outra solução,

ou seja, o apoio da Sociedade São Vicente de Paulo¹⁷ que cedeu, em regime de comodato, uma área de 2.500 m², localizada próximo à Obra Promocional Santa Marta¹⁸, estabelecendo uma parceria que previa também a sua participação nos debates de organização, planejamento e avaliação da ARCAN.

A iniciativa de apoiar a organização dos catadores/catadoras, envolvendo um conjunto de entidades, Poder Público e comunidade em geral foi citada em matéria do jornal Diário da Manhã:

Com o objetivo de conscientizar sobre a importância da coleta seletiva e falar do trabalho que está sendo realizado, a associação está fazendo visitas nas escolas da cidade. Na chamada 'missão ecológica' nas escolas, a ARCAN entrega folders e cartazes com orientações. Também pede a colaboração de alunos e professores para que façam da escola um ponto de entrega voluntária do material para que seja entregue para a associação. Um projeto encaminhado através do Centro de Educação Popular (Cepo) para uma entidade norte-americana (IAF), já aprovado, garantiu recursos para a construção de um galpão de 700 m², onde será a sede da Associação no bairro Progresso. O terreno foi doado pela Sociedade São Vicente de Paulo. Além da Obra Santa Marta, Cepo e Sociedade São Vicente de Paulo, também a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), é parceira neste projeto. O poder executivo municipal reconheceu a iniciativa e encaminhou ao legislativo um projeto de lei, o qual foi aprovado por unanimidade, no dia 13 de agosto. Por este projeto, a prefeitura municipal de Erechim assume o compromisso de prover o transporte do material de toda a cidade até a sede da ARCAN, assim que o galpão estiver construído. (A BUSCA..., 2001, p. 7)

Nesse processo, outra ação merece ser destacada. Entre janeiro e setembro de 2002, 50 associados da ARCAN foram envolvidos num Programa do Governo do Estado chamado "Coletivos de Trabalho - PCT"¹⁹. Este programa tinha como objetivo o desenvolvimento de uma série de ações que contemplavam momentos de formação através de pesquisa, diagnóstico da realidade vivenciada e planejamento de ações para enfrentamento de situações de desemprego ou subemprego. No caso da ARCAN, possibilitou apoio nas ações de

¹⁷ A Sociedade de São Vicente de Paulo (Vicentinos) é uma Rede Internacional, existente em 143 países, com mais de setecentos mil membros vicentinos. A missão da Sociedade São Vicente de Paulo é aliviar a miséria espiritual e material dos que vivem em situação de risco social. Foi fundada em Erechim no ano de 1944. Disponível em < <http://www.ssvpbrasil.org.br> > acessado em 03/05/2012.

¹⁸ A Obra Promocional Santa Marta surgiu em 1987 e desenvolve atividades sócio educativas com crianças e adolescentes de seis a quatorze anos e suas famílias no Bairro Progresso em Erechim. Participou ativamente da organização da ARCAN disponibilizando a sede da instituição para a realização das reuniões e momentos de formação.

¹⁹ O Programa Coletivo de Trabalho foi implantado através da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e era estruturado a partir de duas dimensões: Emergencial, com duração de seis meses, destinada à geração de renda para atender necessidades imediatas dos envolvidos que executavam trabalhos nas suas comunidades; e Estratégico, proporcionavam alternativas de trabalho através da qualificação profissional e na organização de empreendimentos auto-gestionários.

organização da entidade, uma vez que os catadores/catadoras tinham um suporte financeiro através de uma bolsa-auxílio, o que garantia renda, viabilizando a liberação de parte do tempo dos catadores da atividade de reciclagem para participar das ações do programa.

Além disso, o programa previa ações pedagógicas de análise da realidade vivenciada no bairro, planejamento de ações e avaliação dos resultados. Nas ações práticas, foram desenvolvidas oficinas de artesanato com material reciclável, atividades de apoio às demais instituições do bairro e suporte na construção do pavilhão da ARCAN, o que contribuiu para estabelecer um vínculo de pertencimento ao espaço construído para o trabalho com reciclagem. Esse programa também foi destacado em matéria do jornal Diário da Manhã, que aborda a participação da ARCAN:

O programa é destinado a trabalhadores desempregados ou subempregados, residentes em comunidades em situação de pobreza ou reunidos em torno de uma mesma atividade econômica, identificados pela mesma fonte de renda. O programa beneficiará 50 pessoas residentes no bairro progresso que tem como atividade de trabalho e fonte de renda a coleta e reciclagem de lixo, através de um projeto apresentado pela Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza. Para enfrentar a situação de pobreza e exclusão, as comunidades, em conjunto com entidades locais, governamentais e/ou não-governamentais, identificam necessidades de melhoria possíveis de serem executadas pelos próprios moradores, cujo desenvolvimento oportunize trabalho e renda [...] Durante este período os trabalhadores participam de atividades educativas, direcionadas a construção de uma consciência crítica sobre a problemática em que estão inseridos. (PROGRAMA..., 2001, p.6)

Sendo a ARCAN beneficiária do programa, coube ao CEPO a tarefa de coordenar e gerenciar a execução do mesmo, contratando os educadores/educadoras para o desenvolvimento das oficinas, adquirindo lanches, material didático e equipamentos de proteção individual. As atividades aconteciam na sede da Obra Promocional Santa Marta e foram desenvolvidas no período de 10 meses.

Em 11 de outubro de 2002, o pavilhão da ARCAN foi inaugurado. Ressalte-se que, anterior a esta data, algumas cargas de material reciclável já estavam sendo destinadas ao local e o trabalho coletivo havia iniciado. Esta situação era novidade para os catadores/catadoras e para os educadores/educadoras que estavam acompanhando o processo. Assim, muitas dúvidas cercavam o início deste trabalho: como envolver os associados/associadas da ARCAN se o material destinado era pouco para proporcionar renda a todos? Como fazer a classificação do material, tendo, agora, maior espaço? Para quem

vender o material classificado? Como fazer a partilha? Onde buscar a estrutura necessária (equipamentos para o escritório e a cozinha, mesas para a classificação, silos e tonéis para armazenar o material, equipamentos, etc.) para desenvolver o trabalho? Enfim, tudo precisava ser construído. Não havia uma fórmula pronta, mas, disposição e resultados de outras experiências que poderiam ser usadas como referência, adaptando à realidade local que sempre é única.

Estes questionamentos eram constantemente apontados pelos associados/associadas da ARCAN durante as reuniões da associação. O CEPO, assim como as demais entidades parceiras, contribuía na mediação do debate, no registro dos encaminhamentos, além de dar suporte nas ações, acompanhando a diretoria da entidade. Havia muita curiosidade e necessidade de discutir como o trabalho prático seria desenvolvido. Algumas definições foram acontecendo a partir dos debates vivenciados nas formações. Outras, só foram possíveis quando, enfim, teve início o trabalho dentro do pavilhão.

Cabe registrar que, nesse processo de construção da ARCAN, aconteceram alguns embates com o poder público, uma vez que existiam concepções diferentes com relação ao tema da reciclagem no município. Além disso, apesar de um acordo de cooperação e de implementação do projeto de forma coletiva, isso nem sempre aconteceu. O Poder Público municipal tinha uma percepção diferente do trabalho realizado nesta área, acreditando que o mesmo deveria ser entregue para uma empresa, terceirizando o serviço. Esta visão é abordada por Benincá (2006, p.120) que cita a fala do prefeito em audiência com a direção da ARCAN:

Na ocasião, Zanella, recém empossado no cargo de prefeito (2001-2004) afirmou: 'Na verdade vocês (catadores) colaboram muito pouco para a preservação do meio ambiente'. Depois acrescentou: Nós pretendemos dentro de três a quatro meses fazer uma licitação completa para todo o ciclo da coleta e o destino final dos resíduos, responsabilizando a empresa terceirizada pela aquisição, aprovação, implantação do projeto junto à Fepam; monitoramento, funcionamento, manutenção e, posteriormente, também a recuperação da área onde será instalado esse lixão. Dentro desta nova proposta vai estar incluída a coleta seletiva [...] Essa atividade que vocês estão fazendo na cidade é pesada e da forma como está sendo feita ela contraria todas as normas de convivência urbana [...]. Inclusive nós temos a intimação da justiça para que as crianças não andem junto com os pais [...].

Esta difícil relação entre as associações populares e o poder público é algo comum, como destaca Kemp (2008, p.36) tratando da organização da Asmare, Associação de catadores de Belo Horizonte. Lá, segundo a autora, através da violência policial, os

catadores/catadoras eram impedidos de realizar a sua atividade de recolhimento de material reciclável nas ruas da cidade. De certa forma, percebe-se que havia a mesma visão do Poder Público de Erechim, acreditando que o setor privado devesse dominar esta área, excluindo os catadores/catadoras da atividade. Kemp (2008, p.35-36), identifica como importante a constituição dos vínculos sociais através da luta pelo direito ao trabalho, instituídos a partir da resistência e da união dos catadores/catadoras através da organização da associação:

Os vínculos sociais começaram a ser constituídos pelo grupo desde as ações de resistência e luta como, por exemplo, as ocasiões em que ocorreram ‘operações limpeza’, realizadas pela Prefeitura que, por meio da violência policial, retiravam, das ruas do centro da cidade, os catadores e o lixo que recolhiam; as manifestações de protesto diante da proposta da Prefeitura de vincular a coleta seletiva ao setor privado, sem incluir os catadores; a ocupação do terreno pertencente à Rede Ferroviária Federal e que hoje é a sede da Associação e a negociação com a Prefeitura para a construção de um galpão nesse terreno. (KEMP, 2008, p.35-36)

Cumprir mencionar, que as dificuldades estimularam e fortaleceram ainda mais os vínculos entre os catadores/catadoras, frente à ameaça de mais exclusão. A prefeitura de Erechim, em algumas situações, agiu no intuito de negar a existência desses trabalhadores/trabalhadoras, e não cumpriu, assim, o seu papel de agente social quando deixou de promover políticas de inclusão, exemplo disso demonstrado através da terceirização da gestão dos resíduos sólidos do município sem o envolvimento dos catadores/catadoras.

Barros (2008, p.77) considera que a cadeia produtiva da reciclagem começa a ser disputada pela classe empresarial por possuir grande lucratividade no mercado. Sendo assim, as empresas de coleta, procuram a parceria com o Poder Público, buscando a terceirização do serviço de coleta convencional e também da coleta seletiva.

Dessa forma, as terceirizações

têm representado um grande desafio para o trabalho organizativo dos catadores, que defendem a manutenção de seu lugar de protagonista nesse processo e o reconhecimento pelo poder público do trabalho realizado, reivindicando a contratação das associações ou cooperativas de catadores pelo trabalho por elas desenvolvido. (BARROS, 2008, p. 77)

Com este mesmo propósito, em 2005, o Poder Público de Erechim encaminhou, para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, um projeto de lei que previa a limitação da área de circulação e coleta dos carrinheiros/carrinheiras. Caso aprovado, eles estariam impedidos de transitar no centro da cidade, área que disponibiliza maior quantidade de material reciclável, sendo o mesmo também com maior valor comercial. Diante disso, uma mobilização dos carrinheiros/carrinheiras foi realizada, com o apoio de várias entidades do Movimento Social, solicitando ao poder público que retirasse da pauta de votações da Câmara Municipal de Vereadores, proporcionando mais tempo para discutir a questão.

Salienta-se, também, que o projeto de lei limitava o acesso à área central da cidade apenas aos carrinheiros/carrinheiras, sendo que não previa a mesma restrição para as empresas particulares, as quais podiam efetuar o recolhimento com caminhões ou caminhonetes. Após vários encontros, inclusive, estruturando uma proposta que se contrapunha ao projeto da Prefeitura Municipal, o grupo decidiu organizar uma nova associação, contemplando os carrinheiros/carrinheiras moradores dos bairros São Vicente de Paulo e Vila União. Surgiu, então, a segunda associação de catadores em Erechim, a Associação de Catadores Reciclando pela Vida, cuja assembleia de fundação ocorreu no dia 28 de maio de 2005, na sede da Escola Municipal de Ensino Fundamental Caras Pintadas.

Salienta-se que a mobilização dos carrinheiros/carrinheiras foi fundamental para que o Poder Público retrocedesse em relação ao projeto, obrigando-o a iniciar um diálogo com os catadores, organizados pelo CEPO e apoiados por diversas entidades sociais e vereadores ligados à oposição, como foi o caso do vereador Anacleto Zanella (PT).

Percebe-se, aqui, novamente, a importância da instituição dos vínculos sociais frente à necessidade da luta por direitos. “A entrada no projeto de economia solidária ocorre com grande parte das pessoas, antes colocadas à margem da sociedade, resgatando o sentido de ser ator social por meio da participação ativa no coletivo organizado”. (KEMP, 2008, p.35) Foi o que ocorreu em Erechim: frente a esta nova ameaça, os catadores/catadoras reagiram com mais organização e resistência.

No entanto, apesar de alguns avanços no diálogo entre a Administração Municipal, o CEPO e as Associações de Catadores/Catadoras, a Prefeitura de Erechim estruturou um projeto de gerenciamento dos resíduos sólidos para o município excluindo novamente os catadores/catadoras. Abordam-se mais elementos desse processo no próximo capítulo.

4.3 A Associação de Catadores Reciclando pela Vida

4.3.1 Os carrinheiros/carrinheiras e a origem da Associação de Catadores Reciclando pela Vida

A Associação de Catadores Reciclando pela Vida é uma entidade criada para valorizar o trabalho realizado pelos carrinheiros/carrinheiras que residem nos bairros São Vicente de Paulo e Vila União, no município de Erechim/RS.

O contexto vivenciado por parte dos moradores destes bairros é de pobreza e exclusão, especialmente os que residem na Vila União, cujo território foi sendo ocupado à beira da malha ferroviária e da BR 153. É uma população constituída, em sua maior parte, por famílias advindas da área rural, que buscaram, na cidade, novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. As residências foram sendo construídas de forma precária, utilizando restos de material de construção, com aberturas simples, improvisadas, não oferecendo muita segurança.

O trabalho de recolhimento do material reciclável era realizado com carrinhos de tração humana, sendo que alguns poucos catadores/catadoras tinham carroças e cavalos. Eles percorriam os bairros vizinhos ou dirigiam-se até o centro da cidade, local em que o material reciclável com maior valor comercial era ofertado em maior quantidade. Enfrentavam a atividade de catar como um trabalho temporário, “um bico”, conciliando com outras atividades também esporádicas, como: diarista/faxineira, servente de obras, entregador de jornal, corte da erva-mate, colheita de frutas, entre outras. Conforme aborda Benincá (2006, p.110), “funções que via-de-regra, não exigem qualificação especializada e, por consequência, têm baixa ou baixíssima remuneração”, sendo, pois necessário o acúmulo de várias funções para a manutenção de suas famílias. Para muitos, “catar lixo não é trabalho. Apenas significa exercer provisoriamente uma atividade que garanta a sobrevivência imediata, enquanto, alimentados por sonhos e esperanças, aguardam ou buscam algo melhor” (JUNCA; GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p. 49).

Os carrinhos eram construídos com restos de madeira e outros materiais, tendo uma estrutura frágil e precária, eram pesados ou quebravam facilmente durante o trabalho, sendo

muito comum relatos sobre a dificuldade para realizar a coleta com carrinhos nas ruas da cidade. Por outro lado, o contato com a população possibilitava um vínculo importante para o catador/catadora. De certa forma, havia reconhecimento por parte de alguns moradores que guardavam o material para os carrinheiros que apresentavam uma frequência semanal de coleta em determinados bairros. Além disso, eles recebiam doação de roupas, alimentos, móveis ou outros objetos, qualquer coisa era carregada, muitas vezes, com dificuldade. Em outras situações, os catadores, vivenciavam situações de discriminação e preconceito, além de realizarem “um trabalho insalubre, pesado, perigoso, sujeito a acidentes e em condições precárias” (BARROS, 2008, p.70).

Juncá, Gonçalves e Azevedo (2000, p.61) ilustram três dimensões destacadas pelos catadores/catadoras entrevistados por ela, que se acham presentes nesta atividade, sendo: “no lixo tem sempre trabalho e se pode obter algum dinheiro todo dia; o trabalho é ‘autônomo’, o que assegura a liberdade de ir e vir e; por último, mas não menos importante, possibilita o contato direto com um mundo de consumo e desperdício que eles, de outra forma, não conseguiriam alcançar”. Recolher o que os outros jogam fora, na maioria das vezes, é a única forma de ter acesso à “coisas de valor”, questão relatada por uma catadora, citada pela mesma autora: “Uma vizinha me chamou pra ganhá dinheiro e disse que achava coisas de valor e que era bom trabalhá no lixo, ainda mais que num ia precisa tê hora certa pra chegá e saí”.

Esta flexibilidade de horários e a possibilidade de conciliar com outras atividades atraía um maior número de mulheres para a coleta com carrinhos, permitindo que elas realizassem as tarefas domésticas em turnos alternados. Em muitos casos, os filhos menores acompanhavam o trabalho, situação que decorre da falta de vagas em creches públicas. Dos carrinheiros que iniciaram a organização da Associação, 80% eram mulheres, com faixa etária entre 24 e 70 anos.

Alguns carrinheiros/carrinheiras comercializavam o material recolhido diariamente para o comprador, recebendo o valor no momento da entrega. Outros entregavam diariamente o material recolhido, mas acumulavam o valor das “cargas” para receber no final de semana. Outros, que eram a maioria, recolhiam as cargas, classificavam, estocavam o material e, a cada quinze dias, entregavam. Acondicionavam o que era recolhido no pátio, em algum cômodo da moradia ou em espaços debaixo das casas. O material mais valioso, como o alumínio e o cobre, era guardado em local mais seguro, pois o roubo era comum. Enfrentavam uma série de problemas, porque as moradias eram pequenas e as famílias numerosas, além

disso, insetos e roedores eram atraídos pelos alimentos que restavam no material recolhido, ocasionando uma série de doenças.

Em 2006, foi realizado um estudo²⁰ que abordou alguns aspectos da organização da Associação de Catadores Reciclando pela Vida e registradas algumas características dos carrinheiros/carrinheiras neste período, as quais são relevantes citar:

Cabe destacar que o trabalho de catador de material reciclável, na maioria dos casos, é promovido por mulheres, apesar do peso excessivo dos carrinhos, entre 300 e 400 kg, quando estão carregados. Isso ocorre por alguns motivos: a) a maioria das mulheres é chefe de família. Esta atividade permite que, no final do dia ou da semana, o material catado seja vendido e o pagamento seja imediato, para comprar alimentos, pagar a conta da água ou da luz, que são necessidades mais urgentes da casa e dos filhos. Quando elas têm um companheiro, geralmente eles trabalham em atividades pontuais: corte de erva-mate, construção civil, serviços gerais, não tendo a garantia de trabalho e renda em todas as épocas do ano. Nestas situações esporádicas, elas precisam sair para catar, também pensando em suprir as necessidades da família; b) esta atividade não exige uma frequência diária, o que permite à mulher alternar seu trabalho de coleta com as atividades de casa [...], ou até com alguma 'faxina' em casas de família, e ainda participar da reunião da escola e dos programas sociais que os filhos participam. Enfim, elas têm mais liberdade para trabalhar no dia que querem e necessitam; c) com a falta de vagas em creches, e possível levar os filhos nesta atividade frente a necessidade e falta de opção, onde muitos acabam ajudando na coleta, ocasionando outros problemas de exposição das crianças à situações de risco.(GIROTTI, 2006, p. 23)

Frente às diversas situações vivenciadas, a necessidade de um espaço específico para a realização da atividade de classificação e estocagem do material reciclável era urgente, além da implantação da coleta seletiva. Estas reivindicações foram algumas de muitas que motivaram a organização da associação, sendo conquistadas gradativamente, através da persistência destes carrinheiros/carrinheiras.

Como citado no capítulo anterior, a organização da Associação de Catadores Reciclando pela Vida teve início em 2005, sendo que a assembleia de fundação foi realizada no dia 28 de maio,

²⁰ Trabalho monográfico de conclusão do Curso de Pedagogia, apresentado ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – *Campus Erechim*, tendo como título: Educação Popular: uma alternativa na construção de processos emancipadores.

na sede da Escola Municipal Caras Pintadas, contando com a presença dos sócios fundadores e alguns apoiadores da Associação. Nesse processo, todas as orientações legais foram repassadas pelo CEPO, que também foi responsável por reunir a documentação e encaminhar a mesma ao cartório. [...] Importante registrar que o debate sobre o nome foi bastante aprofundado, pois os catadores entenderam que o mesmo deveria ter uma forte marca do trabalho e dos objetivos do grupo. Então, o nome escolhido e aprovado por todos foi: 'Associação de Catadores Reciclando pela Vida'. (GIROTTTO, 2006, p. 29)

Um dos pontos discutidos durante os primeiros encontros versava sobre um projeto de lei que o Poder Público apresentou à Câmara Municipal de Vereadores, prevendo “o cadastro, registro, licenciamento de veículos de tração ou propulsão humana”, que determinava a regulamentação dos locais em que os catadores/catadoras poderiam transitar com seus carrinhos, proibindo à área central da cidade. Acrescente-se que, o projeto apontava a necessidade de melhorias nos carrinhos e compra de equipamentos de proteção individual, sendo que as despesas deveriam ser arcadas pelos catadores/catadoras. Outro ponto relevante era a proibição de crianças acompanharem o trabalho, não prevendo a ampliação de vagas em creches.

Diante desta situação, ocorreram reuniões para negociar com o Poder Público, sugerindo alternativas, sendo estruturada uma contraproposta pelos carrinheiros/carrineiras. Como não houve diálogo, os carrinheiros/carrineiras, com o apoio dos movimentos sociais, organizaram um protesto em frente à Prefeitura. “Os catadores não discordavam da necessidade de regulamentação da atividade, desde que as despesas pudessem ser arcadas pelo Poder Público, proponente da lei, e que não se impedisse a continuidade da atividade exercida” (GIROTTTO, 2006, p. 31), importante fonte de renda destas famílias.

Esta mobilização propiciou a retomada do diálogo, que garantiu algumas conquistas: ampliação de vagas em creches em turno integral, dando prioridade para os filhos de carrinheiros/carrineiras; possibilidade de transitar até o centro da cidade, evitando apenas as avenidas Maurício Cardoso e Sete de Setembro²¹, disponibilização de equipamentos de proteção individual aos carrinheiros mediante a participação em cursos de segurança no trânsito e início das negociações para viabilizar uma sede para a Associação.

Só em outubro de 2007, a Associação conseguiu a destinação de uma área de dois mil metros quadrados, localizada no loteamento Novo Horizonte, próxima à residência da maioria

²¹ Principais avenidas que se estendem pelo centro da cidade e apresentam grande fluxo de veículos.

dos associados/associadas. A conclusão e a inauguração da sede só foram possíveis em março de 2009.

4.3.2 A organização do trabalho na Associação de Catadores Reciclando pela Vida

Como se estendeu por longo período a concretização do sonho de ter uma sede para realizar a classificação e a comercialização coletiva do material reciclável, algumas ações foram motivadas pela equipe de educadores/educadoras do CEPO, discutidas e implementadas com os associados/associadas, tendo como objetivo manter a mobilização e a unidade do grupo.

Eram realizadas reuniões quinzenais, aos sábados à tarde, em espaço cedido pela Escola Municipal Caras Pintadas, no Bairro São Vicente de Paulo, para discutir aspectos relevantes sobre o trabalho dos carrinheiros/carrinheiras: dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho e na vida familiar, problemas vivenciados no bairro, principais lutas que o grupo deveria enfrentar.

Nas primeiras reuniões promovidas, poucos participavam, eram quietos, tinha vergonha de se pronunciar, dizer o que pensavam. A estratégia utilizada, para que todos pudessem expressar sua opinião, era promover debates em pequenos grupos, para após socializar no grande grupo. No momento atual, até os mais quietos pedem a palavra, todos falam o que pensam e respeitam a opinião dos demais. (GIROTTI, 2006, p.32)

Em alguns momentos, representantes da Associação visitavam os meios de comunicação, davam entrevistas em rádios e jornais para falar sobre o trabalho realizado e divulgar as ações da associação, assim como, faziam campanhas para arrecadar donativos para o natal, divulgar o trabalho dos catadores/catadoras no Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho), em razão do Dia Nacional do Catador (10 de dezembro), além de outros períodos. O grupo organizou camisetas para usar durante o trabalho para que a população identificasse-os. Frequentemente eram convidados para palestrar em escolas, grupos de terceira idade, reuniões nas associações de moradores. Estas atividades contribuíam para denunciar as situações de preconceito vivenciadas, divulgar a necessidade de classificação do

material reciclável e lixo orgânico nas residências, estabelecimentos comerciais e indústrias, além de contribuir para a melhoria da autoestima destes trabalhadores ao constituir uma identidade profissional.

Kemp (2008, p.25) aponta que, num primeiro momento, estes trabalhadores/trabalhadoras, envolvem-se nos projetos de economia solidária como forma de sobrevivência imediata, como um “bico”, uma vez que estão excluídos do mercado de trabalho e as possibilidades de emprego são escassas. Num segundo momento, este sujeito torna-se “agente de um projeto de transformação”, a partir do momento que se envolve na estruturação e na organização do trabalho coletivo.

Os momentos de formação realizados, dessa forma, possibilitavam o resgate de uma identidade individual e coletiva do grupo, viabilizado por um espaço de diálogo, socialização de experiências vivenciadas e compreensão. “Além das reuniões, momentos de descontração eram promovidos, como: festa junina, chá de fralda, confraternização no final do ano, festa de dia das mães, páscoa. Os familiares, parentes e a comunidade também eram convidados a participar” (GIROTTTO, 2006, p. 32). Os momentos de lazer coletivos reforçavam a integração do grupo, proporcionando momentos de diversão, raros no cotidiano destas famílias.

Além destas ações, merece menção também, como importante iniciativa, o envolvimento no Projeto de Alfabetização de Adultos e no Programa de Compra Direta de Produtos da Agricultura Familiar/Programa Fome Zero, que contribuiu com o fortalecimento do vínculo entre os membros do grupo. Abordam-se a seguir, estas iniciativas.

4.3.3 A Educação de Jovens e Adultos como suporte ao trabalho coletivo

Um dos problemas identificados durante o processo de organização da Associação foi o analfabetismo e a baixa escolaridade. Um levantamento informal, feito em 2005, apontava que 95% dos associados/associadas não sabiam ler e escrever (GIROTTTO, 2006, p.33). Frente a este diagnóstico e o apontamento por parte dos associados/associadas da vontade em voltar a estudar, o CEPO buscou parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos de Erechim, que estava

integrado ao Programa Todas as Letras²², vinculado ao Programa Brasil Alfabetizado²³ do Governo Federal.

Entre os motivos apontados pelos catadores/catadoras para a desistência dos estudos na infância estão: “ajudar os pais no trabalho da roça ou em outros afazeres, a distância a ser percorrida e até mesmo a educação distante da realidade que ocasionava a desistência” (GIROTTO, 2006, p. 34). De acordo com Onçay (2005, p. 40), “frequentemente, crianças das classes populares precisam abandonar a escola para trabalhar e prover a própria subsistência [...] ao permanecerem na escola, na maioria das vezes a escola, não reconhece a realidade sociocultural das classes populares, omitindo-a do currículo”.

Estabelecendo-se uma relação com o que se abordou nos capítulos anteriores, o contexto histórico da educação brasileira, mostra que, na prática, a democratização do ensino não tem sido garantida, uma vez que:

A burguesia sempre pensou uma escola para si, desconsiderando por completo o direito de todos a uma educação de qualidade. O descaso com que a questão é tratada é fruto de uma falta de vontade política, descompromisso histórico com os direitos fundamentais das classes populares e, sobretudo, grande insensibilidade pedagógica por parte dos órgãos competentes. Então, percebe-se claramente que a história da educação brasileira é uma história de fracassos programados (FERNANDES *apud* GADOTTI, 1990, p.11)

Percebe-se que a escola, historicamente, esteve a serviço da cultura dominante, mantendo a estrutura de classes vigente. Onçay (2005, p. 40) aborda que

²² O Programa Todas as Letras era coordenado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Erechim e tinha abrangência regional. O sindicato atuou na coordenação pedagógica e estrutural nos anos de 2005, 2006 e 2007. Faz parte do Programa Brasil Alfabetizado, criado pelo Ministério da Educação (MEC), executado em parceria com a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Disponível em <: <http://www.metalurgicoserechim.com.br>>. Acesso em: 28 mai. 2012

²³ O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2003 para promover o acesso à educação como um direito de todos, em qualquer momento da vida. O Programa capacita alfabetizadores e alfabetiza cidadãos com 15 anos ou mais, que não tiveram oportunidade, ou foram excluídos da escola, antes de aprenderem a ler e a escrever. O Programa é coordenado, fiscalizado e conduzido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), e seus recursos são garantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), com transferência para estados, municípios, empresas, universidades, organizações não governamentais e instituições civis parceiras. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

dentre as tendências pedagógicas que mais se sobressaíram e se tornaram determinantes na história educacional brasileira, podem-se destacar três: a pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a pedagogia tecnicista. Todas, de alguma forma ao seu modo, contribuíram para consolidar o poder da burguesia, ainda que com intensidades e modos diferenciados.

Em 2003, o Governo do período estruturou o Programa Brasil Alfabetizado que continua sendo implementado até os dias de hoje. O referido programa tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental visando à efetivação de políticas públicas transversais e interssetoriais” (BRASIL, 2011, p. 2). Ademais, promove, além da implementação de políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação ambiental, a educação em direitos humanos, a educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e a educação para as relações étnico-raciais. O programa tem como proposta a erradicação do analfabetismo no Brasil, articulando ações de inclusão social das pessoas analfabetas.

Integrado ao Programa Brasil Alfabetizado, o Programa Todas as Letras tinha como proposta o desenvolvimento de um projeto de alfabetização na perspectiva do letramento construído a partir de uma concepção de Educação Integral, “que considere todas as dimensões que constituem a formação de homens e mulheres, e que recupere o ato de educar como uma ação política no contexto das relações de classe” (BARBARA; MIRANDA, 2004, p.10).

Assim concebido, o projeto veio ao encontro da proposta de trabalho desenvolvida pelo CEPO, porque viabilizava o diálogo sobre a realidade vivenciada pelos catadores/catadoras motivada pelas ações de alfabetização e letramento, incentivando a organização do trabalho.

Como educadora popular e também como professora do projeto, acompanhei este processo. O grupo foi dividido em duas turmas, tendo aulas três vezes por semana na Escola Municipal Caras Pintadas, a mesma escola frequentada por seus filhos. O planejamento das aulas, em parceria com outra professora envolvida no projeto, estava estruturado a partir de eixos temáticos propostos durante os momentos de formação organizados pela equipe de coordenação pedagógica. A partir dos eixos estruturais: trabalho, cultura e desenvolvimento,

havia a oportunidade de refletir com os educandos sobre uma série de questões que envolviam o trabalho do catador e a realidade da comunidade local em que o grupo estava inserido.

É importante registrar o aprendizado proporcionado aos educadores/educadoras, neste processo de estruturação teórica e metodológica, através do envolvimento no trabalho de educação popular desenvolvido em conjunto com a equipe de educadores/educadoras do CEPO, assim como, relacionando com o projeto de alfabetização estruturado com outros professores/professoras e coordenação pedagógica do projeto Todas as Letras. A soma deste processo contribuiu para dar uma dimensão mais ampla ao projeto de economia solidária, valorizando mais o modo individual de construir e relacionar novos saberes dos sujeitos envolvidos.

Neste processo, foi possível perceber que:

O espaço proporcionado pelo Projeto Todas as Letras, possibilitou o fortalecimento e união da Associação que estava no início de sua constituição. Conciliando as aulas com momentos de formação, vários debates em torno do trabalho do catador são realizados. A troca de experiências de vida fortaleceu a unidade do grupo, despertando a cumplicidade e o companheirismo. Agora, eles se importam uns com os outros. Assim, quando alguém do grupo está passando por dificuldades, o assunto é colocado na sala de aula, possibilitando a discussão de alternativas e formas de ajuda ao colega. O grupo sempre salienta a importância da união e do apoio nas horas difíceis. (GIROTTI, 2006, p. 35)

Desse modo, esta relação contribuiu para estabelecer um vínculo importante entre todos os associados/associadas, haja vista que, com a troca de experiências e saberes, uma nova rede de relações foi se estabelecendo. Conforme afirmam Juncá, Gonçalves e Azevedo (2000, p. 83) é na relação com o outro que o indivíduo se faz homem/mulher, se humaniza. Quer nas questões básicas de sobrevivência, quer na promoção de novas formas de constituição de relações sociais, as necessidades do homem/mulher são satisfeitas e outras tantas são criadas, em contato com a natureza e com outros homens/mulheres, como dimensões inseparáveis. Eles vão estabelecendo significado à realidade que vão se apropriando, apesar da exclusão vivenciada cotidianamente.

4.3.4 O Programa de Compra Direta de Produtos da Agricultura Familiar/Fome Zero

Em 2005, o envolvimento em outro programa do governo federal foi fundamental para manter a unidade da Associação, o Programa de Compra Direta de Produtos da Agricultura Familiar (CDAF)²⁴, tendo como proponente a Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra (conforme referido anteriormente, é uma das cinco entidades beneficiadas pelo Projeto IAF) em parceria com o Banco Alimentos de Erechim²⁵.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA²⁶, que articula a aquisição de alimentos da agricultura e de agroindústrias familiares para doação às entidades sociais que atendem pessoas em risco alimentar e nutricional, é um dos eixos do Programa Fome Zero²⁷ e foi constituído a partir de sugestão do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Este conselho foi recriado em 2002, tendo abrangência interministerial, contando com a participação majoritária da sociedade civil, contribuindo com a proposição de políticas de segurança alimentar e nutricional.

Este esforço em afirmar o direito humano à alimentação norteou os debates nacionais em torno da segurança alimentar e nutricional, instigando a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional previsto na Lei Orgânica da Segurança Alimentar e

²⁴ A Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF é um instrumento do Programa da Aquisição de Alimentos - PAA, tendo por finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários dos participantes agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive os Povos e as Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto nº 6.040, de 07/02/2007 - extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais. Disponível em < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

²⁵ O Banco de Alimentos de Erechim (ARIBEHUM – Associação Regional das Instituições Beneficentes em Defesa da Solidariedade Humana) é uma entidade sem fins lucrativos que engloba entidades sociais do município e tem como objetivo contribuir para que seja assegurado o direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade. Engloba dezessete entidades sociais de Erechim: Cáritas Diocesana, Pastoral da Criança, Associação de Amparo à Maternidade e Infância (ASSAMI), Centro Cultural e Assistencial São Cristóvão (CECRIS), Grupo Espírita Cantinho da Luz, Sociedade Maria Auxiliadora, Obra Promocional Santa Marta, Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), Associação de Catadores Reciclando pela Vida, Casa de Recuperação de Alcoólatras e Drogados de Erechim (GRADE), Centro de Recuperação para Alcoólatras e Drogados (CERTA), Centro Terapêutico Reviver, Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai (ADAU), Sociedade São Vicente de Paulo, Centro Educacional Santo Agostinho, Lar dos Velhinhos e Lar da Criança.

²⁶ O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um dos quatro eixos articuladores do Programa Fome Zero e tem como objetivo incentivar a produção de alimentos pela agricultura familiar, permitindo a compra, a formação de estoques e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Disponível em < <http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoos/eixo2.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

²⁷ O Fome Zero é um programa articulado pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Desta forma, promove a segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a cidadania da população mais vulnerável à fome. É composto por quatro eixos articuladores: Acesso à alimentação; Geração de trabalho e renda; Fortalecimento da agricultura familiar e; Articulação, mobilização e controle social. Disponível em < <http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, sancionada em 15 de setembro de 2006, sendo elaborada no âmbito do CONSEA. A LOSAN criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e determinou a formulação de uma Política Nacional intersectorial, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com o objetivo de assegurar o direito à alimentação. (BRASIL, 2006b)

Um dos pontos importantes que afirma esta lei é que:

Todo mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é Segurança Alimentar e Nutricional. Ela deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região. (BRASIL, 2006b)

Contribuindo ainda mais para as iniciativas em torno da garantia à alimentação, através da Emenda Constitucional 64, de 2010, foi aprovada a alteração do Artigo 6º da Constituição, que introduz a alimentação como direito social, sendo que, até então, eram considerados direitos sociais: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. (BRASIL, 2010a)

Com a implementação do PAA em Erechim, são dezessete entidades que têm em seu público beneficiário: crianças de bairros populares, famílias em situação de risco nutricional, dependentes químicos em tratamento e idosos foram beneficiadas. Este projeto, que continua em andamento, proporciona suporte ao trabalho desenvolvido pelas entidades, fortalecendo o vínculo com a comunidade local, além de contribuir com o aumento da renda dos agricultores/agricultoras familiares, garantindo a comercialização da produção, incentivando a manutenção destas famílias no campo.

Sendo assim, constituiu-se um fórum de debate, que se reunia mensalmente, para debater a implementação do programa e avaliar as ações desenvolvidas, envolvendo: agricultores familiares e representantes das entidades beneficiárias, cooperativa proponente, banco de alimentos e o CEPO. As associações de catadores/catadoras participavam através de seus representantes legais, que apresentavam, em cada reunião, a avaliação realizada antecipadamente com o grupo.

Os alimentos eram organizados através de cestas básicas e doados para as entidades que os utilizavam para elaborar refeições ou repassavam aos beneficiários. Cada cesta era composta de: cinco quilos de arroz colonial, cinco quilos de farinha de trigo especial, quatro quilos de feijão preto, dois quilos de farinha de milho, quatro quilos de carnes (suína, bovina e ave), dois quilos de banha suína, dois quilos de massa caseira, duas dúzias de ovos caipira, dois quilos de mandioca sem casca, dez litros de leite pasteurizado tipo C, um quilo de chimia de frutas, um quilo de queijo colonial, um quilo de açúcar mascavo, um quilo de bolacha caseira, um quilo de mel e um litro de suco de uva.

As duas associações de catadores/catadoras envolvidas no início do projeto, ARCAN e Associação de Catadores Reciclando pela Vida, recebiam 35 cestas básicas cada. Quando havia mais famílias para serem beneficiadas no grupo, os alimentos eram divididos em partes iguais ou a partir do número de pessoas do grupo familiar.

Estas decisões eram discutidas e aprovadas em assembleia nas associações, mas, em algumas situações, geravam conflitos, pois nem sempre as decisões eram unânimes, suscitando alguns descontentamentos. Em alguns momentos, os associados/associadas convocavam reuniões emergenciais, momento em que a equipe de educadores/educadoras buscava mediar e auxiliar no apontamento de soluções. Conforme outros grupos de catadores/catadoras foram se organizando, o CEPO mediava, no fórum, a inclusão no projeto, sendo uma forma de apoio e motivação para a nova organização, aceita com tranquilidade pelas demais entidades.

Assim compreendido, motivado por desafios diários, o processo educativo presente nas experiências de educação popular é constante, tanto por parte dos educadores envolvidos, quanto por parte dos associados, enfocando-se, no próximo subtítulo, mais aspectos sobre a partilha de saberes presente nesta relação.

4.4 Associação de Recicladores Filhos da Natureza: uma nova alternativa para os carrinheiros do bairro Presidente Vargas

A Associação de Recicladores Filhos da Natureza, fundada em oito de dezembro de 2009, nasceu num contexto um pouco diferente da ARCAN (2001) e da Associação de Catadores Reciclando pela Vida (2005). A partir de 2009, o governo municipal adotou uma

nova postura nas relações com as associações de catadores/catadoras, marcada especialmente pela realização do convênio com o CEPO, questão que será aprofundada no próximo capítulo.

No segundo semestre de 2009, um grupo de seis pessoas procurou o CEPO, buscando suporte para apoiar a sua organização. Eles já trabalhavam com a classificação de material reciclável que coletavam com uma caminhonete, de propriedade de um dos associados e classificavam este material num pavilhão alugado no Bairro Novo Horizonte, muito distante do local onde residiam, o Presidente Vargas. Não estavam conseguindo pagar o aluguel, cujo valor era muito alto e não obtinham renda suficiente para todos que compunham o grupo. Não estavam organizados como associação, era um grupo basicamente familiar, um casal, a mãe, o irmão e duas vizinhas.

A vontade do grupo era organizar uma associação e cabe destacar que os seus membros estavam dispostos a abrir o grupo para a participação de outros componentes, aceitando as condições de partilha igualitária, através de decisões coletivas e do acompanhamento do CEPO, desde que recebessem material da coleta seletiva semanalmente. Em face dessa proposição, foi marcada uma reunião com o Poder Público, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que resultou num acordo que garantiu o destino de algumas cargas de material reciclável, uma vez que o pavilhão alugado pelo grupo possibilitava o recebimento de cargas de forma periódica, além do que eles estavam dispostos a organizar uma associação.

O próximo passo dado foi convidar mais pessoas para compor o grupo e formalizar a criação da associação, o que ocorreu no início de dezembro, como relata uma reportagem do jornal Bom Dia:

O município de Erechim conta desde o início do mês de dezembro, com uma nova associação de recicladores. É a Associação de Recicladores Filhos da Natureza, formada por catadores de material reciclável do Bairro Presidente Vargas, Polígono 21 e bairros vizinhos. O grupo foi consolidado com o apoio da Prefeitura Municipal de Erechim, através da Secretaria Municipal de Cidadania e do CEPO – Centro de Educação Popular, que em convênio firmado com a Prefeitura Municipal vem assessorando os grupos de catadores existentes e fomentando novas organizações, buscando a melhoria da qualidade de trabalho e vida destas famílias. [...] O município produz enorme quantidade de material reciclável e são poucos os espaços adequados para o trabalho coletivo de classificação e comercialização destes. A nova associação soma-se a outras duas já existentes no município. Uma no Bairro Vila União (Associação de Catadores Reciclando pela Vida) e outra no Bairro Progresso (Associação de Recicladores Amigos da Natureza – ARCAN). (ERECHIM..., 2009, p. 13)

Após a criação da associação, foram realizados alguns momentos de formação e planejamento das atividades do grupo, sendo apontada a inviabilidade de manter o pavilhão alugado, apesar do aumento da quantidade de material classificado. Iniciou-se, então, um diálogo com a Prefeitura Municipal, buscando viabilizar um espaço para o trabalho da associação, arcando com despesas de aluguel de um pavilhão. As tratativas avançaram, uma vez que foram referendadas pelo GTR – Grupo de Trabalho em Reciclagem, composto pelo CEPO e secretarias que faziam parte do convênio.

Essa negociação deu resultados. Em março de 2010, o Poder público alugou, por um período de seis meses, um pavilhão de 500 m², situado no Bairro Presidente Vargas, próximo às residências dos associados/associadas. Uma reportagem do Jornal Bom Dia abordou esta conquista do grupo:

Formada por 18 famílias que moram no bairro Presidente Vargas e arredores, a Associação de Recicladores Filhos da Natureza vê realizada uma importante conquista: ter um pavilhão para fazer a classificação dos resíduos sólidos e o encaminhamento destes para a reciclagem. Este sonho foi concretizado com o apoio que tiveram não só na organização e orientação do CEPO (Centro de Educação Popular) e do governo municipal, mas na garantia do aluguel por seis meses, que será pago pelo município como suporte ao início das atividades. [...] A organização iniciou com seis catadores de material reciclável, que buscaram esta alternativa pela falta de trabalho e renda. Estes trabalhadores catavam material em carrinhos ou recebiam os mesmos como doação. [...] A viabilização de um espaço para o trabalho foi uma das grandes reivindicações do grupo. A possibilidade foi discutida, encaminhada e aprovada pelo Grupo de Trabalho em Reciclagem – GTR, que se reúne quinzenalmente e envolve as secretarias de Educação, Obras Públicas e Habitação, Meio Ambiente, Cidadania, Desenvolvimento Econômico, Orçamento Participativo, Gabinete do Prefeito e CEPO. (PAVILHÃO..., 2010, p. 3)

Passada a euforia da conquista, surgiram outras preocupação como: o que fazer ao passar dos seis meses? Como o grupo pagaria o aluguel de mil reais sem o suporte da Prefeitura? Durante os momentos de formação, essas questões foram discutidas e algumas alternativas foram apontadas: fazer um caixa com uma porcentagem do valor do material comercializado; estocar um tipo de material específico para comercializar neste período; solicitar à Prefeitura a aquisição definitiva do pavilhão, cedendo em forma de comodato para a Associação, entre outras ideias. Entre as sugestões, a última apresentava-se como uma solução definitiva para o problema, mas, naquele momento, a Prefeitura não dispunha dos recursos financeiros necessários. Era preciso, portanto, buscar alternativas.

Durante as reuniões e encontros realizados, chegou-se à conclusão de que havia a possibilidade de, através da mobilização da comunidade do bairro Presidente Vargas, obter os recursos necessários para a aquisição do referido pavilhão, desde que fosse aprovada essa demanda como prioritária na assembleia do Orçamento Participativo²⁸, instrumento adotado pelo governo municipal, gestão 2009-2012.

Como decorrência, o grupo mobilizou os parentes e os vizinhos, bem como os delegados do Orçamento Participativo, sensibilizando-os para que aprovassem a compra do pavilhão com os recursos destinados ao bairro. Assim, o grupo reuniu-se com a Associação de Moradores, a Direção da Escola Municipal, representantes da Pastoral da Criança que atuam no bairro, Posto de Saúde e outras lideranças.

Como fruto dessa intensa mobilização, a associação conseguiu que a demanda de aquisição do pavilhão fosse aprovada como prioridade na assembleia do Orçamento Participativo, de modo que, no decorrer do segundo semestre de 2011, o pavilhão foi adquirido pela Prefeitura Municipal e cedido em forma de comodato para o grupo.

Percebe-se que a organização da Associação de Recicladores Filhos da Natureza, no bairro Presidente Vargas, foi bem acolhida pela sociedade local. Fato ilustrativo disso é que, após a inauguração do pavilhão da associação, os seus associados/associadas receberam várias visitas: as crianças da Escola Municipal Othelo Rosa, os agentes da Unidade Básica de Saúde do bairro, as irmãs Teresianas da Casa Santa Teresa de Jesus, que atendem crianças do bairro no turno inverso da escola, a diretoria da Associação de Moradores do bairro, além de moradores vizinhos ao pavilhão e muitos outros, todos demonstrando um sentimento de acolhida e de apoio ao novo grupo.

Ao verificarem a força que o trabalho coletivo representa, os catadores/catadoras associados/associadas articularam-se com as demais entidades do bairro, somando forças para

²⁸ O Orçamento Participativo é um instrumento que promove a gestão compartilhada dos recursos públicos com a sociedade, ocasionando mudanças que busquem o bem comum. Tem por objetivo aperfeiçoar a capacidade de gestão, visando à qualidade dos serviços públicos e à satisfação do usuário. As reuniões do Orçamento Participativo servem também como Audiências Públicas para prestar contas dos gastos públicos e para a população definir suas prioridades. A metodologia de trabalho divide o Município em dezesseis regiões, treze na área urbana e três na área rural. Durante o primeiro semestre de cada ano, são realizadas reuniões de prestação de contas e escolha dos delegados. Para cada 10 pessoas presentes, de determinada comunidade na reunião, escolhe-se um delegado que tem como função reunir a comunidade, definir as prioridades e representar os moradores da mesma. Num segundo momento, em reuniões regionais onde participam os delegados eleitos, são definidas as obras e as ações que o governo deverá desenvolver durante o ano seguinte. Nessa mesma reunião, são escolhidos os Conselheiros do Orçamento Participativo que formarão o Conselho Municipal do Orçamento Participativo. Instância máxima de deliberação dessa metodologia. Todo esse processo é orientado por regimentos internos do Orçamento e do Conselho do Orçamento Participativo. Disponível em <<http://www.pmerechim.rs.gov.br>, Acesso em: 10/04/2012)

concretizar um objetivo que foi construído nos momentos de reflexão do grupo sobre a sua própria realidade.

Neste sentido, cabe referir Nogueira (1985, p.36) quando trata da ação como a “coletividade-em-ato”, sendo a percepção que o sujeito desenvolve de sua força a partir da organização coletiva, como “extensão coletiva da repercussão política de suas posturas”, transformando o conhecimento construído, através das vivências, em reivindicações e lutas de um grupo. “Tanto as condições de vida, como o entendimento sobre ela, surgem absorvidos e recriados pela reunião de pessoas que organizam direções políticas e permitem, assim, aquele processo de desdobramento do saber popular na atuação que o atualiza”.

A partir das necessidades coletivas, desencadeia-se um processo que une o grupo pela busca da concretude do que refletiam, estimulando novas avaliações, atreladas às experiências de vida de cada um, construindo, assim, processos que aglutinam saberes coletivos e individuais. Em sua condição de ser coletivo, o sujeito estrutura-se como ator político, sendo protagonista na busca e na conquista almejada.

Cabe referir, novamente, Kemp (2008, p. 27), a qual nomeia como cidadania ativa a parceria entre Estado e sociedade civil, sendo esta relação um grande desafio, pois a sua complementaridade possibilita o debate a partir de experiências vivenciadas e de necessidades reais da sociedade, sendo que:

[...] atualmente, o desafio é o estabelecimento de uma parceria, entre o estado e a sociedade civil, que vise a construir, por meio dessa complementaridade, a cidadania ativa e a solidariedade. A sociedade civil é tomada como ‘espaços públicos de livres debates’, autônomos e oriundos dos mundos vividos. Ela contribui para limitar o poder do Estado, sem pretensões a ele, o que vem reforçar a democracia participativa em complemento à representativa.

Sendo assim, a relação entre estado e sociedade civil remete a uma nova postura entre os sujeitos, influenciando diretamente na concretização de políticas públicas, atendendo necessidades presentes, uma vez que:

A aliança entre a sociedade civil organizada e o Poder Público tem aberto possibilidades de formulação e implementação de políticas participativas que refletem apropriadamente as necessidades sociais e assim podem ser mais bem atendidas, apresentam mais possibilidades sociais de enfrentar a questão da exclusão social e possibilitam a redefinição da relação entre o poder público e a sociedade civil ao contribuírem para o fortalecimento do espaço público. (KEMP, 2008, p. 27)

Esta mesma percepção tiveram os grupos familiares citados anteriormente, através da organização de três associações na cidade, ou seja, deixaram de trabalhar isoladamente e começaram a buscar apoio para aprimorar seu processo de organização. Desse modo, além do fortalecimento de sua organização, concretizado na criação das associações, outras conquistas foram obtidas como foi o caso da construção ou aquisição dos pavilhões, podendo receber, assim, o material da coleta seletiva e possibilitando a geração de trabalho e renda com qualidade de vida aos catadores/catadoras de material reciclável em Erechim.

Estas experiências vivenciadas incorporam-se gradativamente no cotidiano do bairro e da cidade, tornando-se multiplicadoras de novas iniciativas e novas lutas, fazendo parte de um processo contínuo de formação humana e comunitária, gerando novos saberes, revisitando os conceitos que permeiam a existência do ser humano. É preciso estar “em processo permanente de ‘imersão’ do hoje, ‘molhados’ do tempo que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas (FREIRE, 2000, p.117) para que haja esperança na busca por um amanhã melhor.

5 A CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES/CATADORAS COM OUTROS ATORES SOCIAIS

5.1 A gestão dos resíduos sólidos no município de Erechim

Os serviços de manejo de resíduos sólidos compreendem a coleta, a limpeza pública bem como a destinação final dos resíduos. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), presente na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008, 99,96% dos municípios brasileiros apresentam serviço de manejo de resíduos sólidos, sendo que 50,8% destinam os seus resíduos em vazadouros a céu aberto (lixões); 22,5%, em aterros controlados 27,7%, em aterros sanitários.

Tabela 1 - Destino final dos resíduos sólidos, por unidades de destino dos resíduos no Brasil - 1989/2008

Ano	Destino final dos resíduos sólidos, por unidades de destino dos resíduos % Brasil – 1989/2008		
	Vazadouro a céu aberto	Aterro controlado	Aterro sanitário
1989	88,2	9,6	1,1
2000	72,3	22,3	17,3
2008	50,8	22,5	27,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 1989/2008.

O IBGE aponta que os primeiros programas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, que se tem conhecimento no Brasil, começaram a partir de meados da década de 1980.

As primeiras informações oficiais sobre a coleta seletiva dos resíduos sólidos foram levantadas pela PNSB 1989, que identificou, naquela oportunidade, a existência de 58 programas de coleta seletiva no País. Esse número cresceu para 451, segundo a PNSB 2000, e para 994, de acordo com a PNSB 2008, demonstrando um grande avanço na implementação da coleta seletiva nos municípios brasileiros. (IBGE, 2010)

Na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), em 2008, na região Sul, 46% dos municípios informaram que implementaram programas de coleta seletiva que cobriam todo o município. Além disso, esta pesquisa identificou que 26,8% dos municípios que realizavam o manejo dos resíduos sólidos, sabiam da presença de catadores/catadoras nas unidades de disposição final dos resíduos. (IBGE, 2010)

O município de Erechim, em 2001, destinava o lixo recolhido para uma área em que era depositado a céu aberto, não existia vala especial para o lixo hospitalar, havia famílias com crianças residindo neste local e a nascente de um riacho que atravessava a área. Através de denúncias, o Ministério Público Federal e a FEPAM intervieram, cobrando a implementação de ações por parte do município, para enfrentar a degradação ambiental presente na área, bem como prever a assistência para as famílias que sobreviviam da atividade de coleta e classificação do material reciclável.

Conforme afirma Grippi (2006, p. 93), o lixo urbano “está associado a vários problemas de ordem ambiental, sanitária, social e econômica”, tendo em vista que a maioria dos resíduos gerados é disposta inadequadamente, gerando desequilíbrio ecológico e danos à saúde pública.

Em consequência destas novas ações, a Prefeitura Municipal acessou recursos do programa Brasil Joga Limpo²⁹ do Governo Federal, viabilizando uma nova área no Povoado São Luiz que foi liberada pela FEPAM para implementação do novo aterro sanitário. O projeto previa a construção de: quatro células de deposição de lixo; construção de três lagoas de decantação para tratamento do chorume, com isolamento de gel-membrana de PVC; construção de seis valas para depósito de lixo hospitalar; construção do acesso principal com portão, guarita, balança, prédio de manutenção, sala de administração e almoxarifado, além do cercamento de toda a área.

Para o controle do novo aterro sanitário, foi contratada uma empresa privada. Conforme dados do IBGE, em 2008, 60,2% dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul dispunham de entidades privadas atuando no manejo dos resíduos sólidos, abdicando da realização de uma de suas atribuições constitucionais, ao privatizar a coleta de resíduos sólidos e a limpeza das cidades (RECH, 2008, p. 269). Em Erechim, algumas poucas famílias

²⁹ O programa Brasil Joga Limpo está voltado para a gestão ambiental do meio urbano e rural. O objetivo é reduzir a geração, aumentar a taxa de coleta e de disposição final adequada, a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados. O programa é operado com recurso do Orçamento Geral da União, repassados aos municípios e concessionárias estaduais e municipais. Disponível em <http://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2012.

que trabalhavam no antigo lixão foram contratadas pela empresa em questão, mas a grande maioria foi obrigada a buscar alternativas de sobrevivência sem o suporte do Poder Público.

Entre 2006 e 2007, a Administração Municipal de Erechim implantou o Programa Erechim Cidade Limpa, em que, através dele, estruturou um projeto piloto para organizar a coleta seletiva de lixo, limitando-se, inicialmente, ao anel central da cidade.

Cabe lembrar que a implantação da coleta seletiva no município era uma reivindicação cobrada desde o período de criação da ARCAN em 2001, sendo fundamental para contribuir com a melhoria da qualidade do trabalho realizado pelos catadores/catadores e a consciência ecológica da população, além disso, há uma série de benefícios com a sua implantação. Neste sentido, comungam-se as ideias de Benincá (2006, p.103) que aponta a coleta seletiva como:

O primeiro passo para a reciclagem e para a solução do problema do lixo urbano. Entre as vantagens da reciclagem, está que ela diminui a exploração de recursos naturais e o consumo de energia; melhora a limpeza da cidade e a qualidade de vida da população; evita a proliferação de insetos e roedores, responsáveis pela transmissão de várias doenças; ajuda a diminuir a poluição do solo, do subsolo, da água e do ar; prolonga a vida útil dos aterros sanitários; possibilita a produção de composto orgânico; gera trabalho e renda; contribui para a formação da consciência ecológica.

Posterior a isso, em setembro de 2007, o Poder Público ampliou a abrangência do projeto implementando uma lei que previa a padronização de lixeiras em todas as residências e prédios para acondicionar o lixo, conforme texto do decreto nº. 3.161, de 11 de janeiro de 2007, que “regulamenta os artigos quarenta e quatro e quarenta e cinco da Lei 2.599, de 04 de janeiro de 1994, que dispõem sobre a obrigatoriedade da existência de local específico para a estocagem temporária dos resíduos sólidos urbanos no Município de Erechim”. Em seu Art. 2º, está escrito:

Todas as edificações deverão dispor de locais específicos para a estocagem temporária dos resíduos sólidos urbanos. Os mesmos deverão ser subdivididos para resíduos orgânico e seco, sendo que o espaço destinado aos resíduos orgânicos deverá ficar sempre à esquerda do funcionário da empresa de coleta, quando este estiver de frente para as portas dos locais de estocagem. O dimensionamento dos compartimentos estabelecido nos artigos subsequentes é o mínimo exigido; contudo, deverão ser analisadas as particularidades de cada caso e a frequência da coleta para que os compartimentos tenham capacidade suficiente para abrigar o volume total de resíduos produzidos nas edificações. (ERECHIM, 2007)

O decreto previu ainda que as residências deviam adequar-se à lei dentro de um prazo, conforme apontado nas alterações da lei n.º 2.599, de quatro de janeiro de 1994, que instituiu o código administrativo do município (ERECHIM, 1994). A partir disso, a coleta seletiva seria realizada obedecendo a um calendário específico, sendo coletado o lixo reciclável uma vez por semana em cada região estabelecida. Essa mudança, inclusive, foi abordada por reportagem do jornal Dom Dia:

[...] De acordo com a lei é proibido acondicionar o lixo doméstico em cestos colocados nas calçadas, nos canteiros centrais, ou jogados no chão, em qualquer lugar público. O Decreto Lei nº 3.161/2007, estabelece que os coletores de lixo devem ficar dentro do terreno, no alinhamento da calçada, separados em dois compartimentos com identificação nas cores marrom para o lixo orgânico e amarelo para o lixo seco. Cada gerador de lixo deverá separar obrigatoriamente seu resíduo em casa ou na empresa, e acondicioná-lo separadamente na lixeira para que seja recolhido. O caminhão deixará no coletor o lixo que não estiver devidamente separado [...]. (LEI..., 2007, p. 7)

O programa tinha como objetivo, a mudança de atitudes e hábitos de consumo, além de minimizar a geração de resíduos, combater o desperdício e reaproveitar os materiais através da reciclagem.

No entanto, uma das suas deficiências foi não pensar todo o processo, faltando prever os locais para destinar o lixo seco, pois apenas o pavilhão da ARCAN não seria suficiente para receber as mais de 10 cargas diárias coletadas. As cargas excedentes foram encaminhadas, então, para o aterro sanitário ou para algumas pessoas e pequenos grupos familiares, que começaram a organizar espaços em suas casas para receber algumas cargas. Ressalte-se que a maioria dessas pessoas era conhecidos ou parentes das que trabalhavam na empresa coletora, principalmente moradores dos Bairros Progresso e Cristo Rei. Isso ocasionou um sério problema, pois se formaram pequenos lixões em alguns locais, ocasionando mau-cheiro, proliferação de vetores³⁰, além de conflitos entre vizinhos.

Com ações efetivas de suporte à organização dos catadores/catadoras, o Poder Público municipal poderia ter viabilizado o envolvimento das famílias que trabalhavam no lixão do município, além dos carrinheiros/carrinheiras, investindo em espaços para o destino das cargas de material reciclável recolhidas e a organização coletiva destes

³⁰ Os vetores (ratos, aranhas, baratas...) transmitem o germe de uma doença (bactéria, vírus ou protozoário) de um indivíduo doente a um indivíduo são.

trabalhadores/trabalhadoras. Além disso, grande parcela de material reciclável foi encaminhada para as células do aterro sanitário, diante da falta de espaço para o destino e classificação deste material, diminuindo a vida útil daquela área.

Neste sentido, Grippi, (2006, p. 68) salienta que:

Os estudiosos da matéria andam cada vez mais preocupados com a quantidade de lixo que diariamente é enviada desnecessariamente aos aterros sanitários tecnicamente ditos, pois, como é sabido pelas estatísticas, grande parte dos municípios brasileiros operam com verdadeiros e vergonhosos lixões, o que vem a agravar o cenário do gerenciamento do lixo em nossas cidades. [...] A reciclagem dos materiais presentes no lixo tem papel fundamental dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, cabendo a cada um de nós fazer a sua parte e cobrar eficiência e responsabilidade. Várias dessas responsabilidades encontram-se previstas na legislação ambiental.

Ainda em conformidade com Grippi (2006, p. 69), gerenciar todo processo que envolve o lixo urbano, desde o recolhimento até o destino final correto, pode tornar-se uma tarefa desastrosa para muitos municípios que não apresentam uma “política ambiental consistente”, uma vez que, de todo lixo coletado diariamente, “apenas 1% é destinado a programas sustentáveis como a reciclagem; a grande maioria, 99%, acaba mesmo despejada nos aterros”³¹.

Não se estimula ou estimula-se muito pouco a reciclagem de materiais presentes no lixo, de tal forma que cabe à sociedade a cobrança por um serviço público que gerencie todo o ciclo do lixo de forma ambiental e socialmente coerentes.

5.2 O Governo Municipal e o convênio com o CEPO

A partir de 2009, com a mudança da administração municipal, iniciou-se, em Erechim, outra relação entre o poder público e as associações de catadores/catadoras do município, estabelecendo, conforme já mencionado anteriormente, uma parceria efetiva com as mesmas, através da realização, em outubro de 2009, de um convênio³² com o CEPO, por meio do qual

³¹ O autor cita como fonte dos dados o IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

³² Convênio Nº 053, de 14 de outubro de 2009. Convênio que celebram entre si o município de Erechim e o Centro de Educação Popular – CEPO, visando o repasse de recursos financeiros para a prestação de serviços de

a entidade realizaria um trabalho de assessoramento, de apoio e de formação às organizações de catadores/catadoras em Erechim. (ERECHIM, 2009)

O convênio estabeleceu a criação de um grupo de trabalho composto por representantes da entidade e de cinco órgãos municipais: Secretaria de Educação, Meio Ambiente, Cidadania, Desenvolvimento Econômico, Obras Públicas e Habitação e Orçamento Participativo, articulados pelo Gabinete do Prefeito, com a finalidade de dialogar sistematicamente, avaliando se as ações previstas no respectivo convênio estariam surtindo o efeito desejado, ou seja, a organização efetiva dos catadores/catadoras e sua participação nos demais programas sociais existentes no município, bem como se haveria uma qualificação no processo de coleta seletiva do lixo da cidade. Neste sentido, estava prevista, a elaboração de um plano de trabalho, estruturado em parceria com as secretarias envolvidas, chamado de Programa de Reestruturação da Gestão dos Resíduos Recicláveis e Orgânicos. Tratava-se, de um planejamento para a área de reciclagem, composto por eixos de atuação que deveriam ser implementados, através do envolvimento de todas as secretarias anteriormente abordadas e o CEPO, os quais são citados:

1. Cadastramento dos catadores do município de Erechim – Proporcionar um diagnóstico sobre a situação dos catadores no município de Erechim a partir da coleta de dados; 2 . Reuniões de formação para organizar o trabalho coletivamente – Realizar reuniões para organização dos grupos; 3. Realização de planejamento e avaliação permanente do trabalho realizado; 4. Viabilização de equipamentos e espaço físico necessário para abrigar as Associações de Catadores organizadas, a fim de que, realizem a classificação dos resíduos recicláveis coletados no município de Erechim; 5. Estruturação de Plano de Formação e Qualificação Profissional para os catadores; 6. Desenvolvimento de programas de alfabetização de adultos e EJA direcionado aos catadores de material reciclável. (ERECHIM, 2009)

A realização desse convênio permitiu um avanço significativo na organização dos catadores/catadoras de material reciclável no município, pois as associações existentes fortaleceram-se e novas associações puderam constituir-se. Neste caso, caberia um estudo mais aprofundado sobre a situação atual das associações de catadores/catadoras em Erechim a partir da parceria estabelecida com o Poder Público municipal, ouvindo os atores envolvidos neste processo, questão que não será mencionada neste trabalho.

5.3 Relações dos catadores/catadoras com o Poder Público e outros atores sociais

O trabalho de catação na rua, realizado pelos catadores/catadoras de material reciclável, segundo Rech (2008, p. 267), durante muito tempo foi visto como marginal, sendo que, “não há notícias na história do Brasil de momentos de promoção pública dos catadores e catadoras a não ser após eles e elas mesmos terem, com apoio solidário de outras pessoas e organizações, se afirmando como grupo social e econômico em algumas cidades, muito poucas ainda em relação a todas”.

De acordo com o mesmo autor, (RECH, 2008, p.266) os catadores/catadoras realizam através de seu trabalho, uma “função pública”, uma vez que, nessa atividade, toda a comunidade estaria sendo beneficiada, através da atuação de uma pessoa ou grupo, que realiza “a extensão da obrigação do Poder Público”, sendo que há uma finalidade social em relação ao bem estar da população em geral.

Da mesma forma, é papel do Poder Público, com relação à gestão dos resíduos, estabelecer políticas que promovam justiça social dispondo de possibilidades para inserção das iniciativas coletivas ao estabelecer contratos nesta área. As cidades que implementam o serviço de coleta seletiva têm a possibilidade de contratar as cooperativas de catadores/catadoras sem licitação, visto que elas têm prioridade na coleta de resíduos sólidos, previsto no artigo 57 da Lei do Saneamento Básico, nº 11.445 de 2007:

Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. (BRASIL, 2007)

Além disso, o Novo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10.01.2002) aponta no artigo 421 que “a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”(BRASIL, 2002), reforçando a necessidade do estado deter-se no interesse social, proporcionando condições para a participação das iniciativas de catadores/catadoras nos

serviços municipais direcionados para a reciclagem. Em conformidade com Rech (2008, p. 273)

Havendo grupos sociais envolvidos, os seus interesses possam ser mais considerados que o poder econômico individual das empresas ou do capital acumulado, assumindo o Poder Público o seu mais importante papel da tutela dos mais fracos e dos que são submetidos de forma mais profunda às carências sociais.

Entretanto, conforme abordado anteriormente, a relação entre os grupos de catadores/catadoras e poder público, na maioria das vezes, é permeada por conflitos, uma vez que há interesses e projetos opostos. Citando a experiência da Asmare de Belo Horizonte, Kemp (2008, p. 36) demonstra que as ações de violência policial que retiravam os catadores/catadoras das ruas de Belo Horizonte e a tentativa de terceirizar a coleta seletiva foram tentativas de desmobilizar a organização dos catadores/catadoras pelo Poder Público Municipal.

Também em Erechim, os conflitos entre catadores/catadoras e o Poder Público Municipal (Gestão 2001-2008), em razão da organização da ARCAN e, posteriormente, com a ameaça da proibição do trabalho dos carrinheiros/carrinheiras e a terceirização da coleta e do gerenciamento dos resíduos sólidos sem a participação dos catadores/catadoras, evidenciam o não reconhecimento da função pública exercida por estes trabalhadores/trabalhadoras.

Partilha-se, no caso do pensamento de Rech (2008, p. 271) quando afirma que:

As pessoas sempre são referência para os demais valores, e estamos de acordo que a sua proteção é essencial para o futuro da coletividade. Por causa disso, a proteção e priorização de formas coletivas, comunitárias e associativas em que mais pessoas possam ser beneficiadas devem se impor e ter definitiva prioridade.

Exemplo disso é a experiência desenvolvida no município de Dois Irmãos, que motivou o surgimento da Associação dos Recicladores de Dois Irmãos. Adams (2005) afirma que a implantação do projeto de reciclagem contou com o apoio do Poder Público local, sendo um fator importante para desenvolver uma política coerente de inclusão social e responsabilidade ambiental. O autor assegura que três fatores foram fundamentais no processo

de organização do grupo e implementação de uma experiência modelo de gerenciamento de resíduos sólidos:

a) o interesse e a vontade política dos gestores municipais, que priorizaram a solução da questão; b) a experiência e o trabalho anterior de Roque e Odete na pastoral, educação popular e o engajamento com a causa ecológica; c) o grupo ecológico da cidade, que desejava encontrar saídas ambientalmente corretas frente a diversos problemas ambientais, entre eles, a questão do lixo. (ADAMS, 2005, p. 19)

Assim posto, a vontade política dos gestores municipais, somada com a experiência em educação popular vivenciada por pessoas da associação e o envolvimento da sociedade civil organizada, é apontada como grande diferencial para o sucesso da organização da associação.

Nesta experiência, está sendo reconhecida a “função pública” dos catadores/catadoras frente ao gerenciamento dos resíduos. O Poder Público estabeleceu uma relação de parceria, possibilitando suporte estrutural e financeiro para a implementação do projeto, conforme relato de Adams (2005, p. 18):

Assim, conseguiram garantir condições de moradia para as pessoas que ficam no local durante a semana (alojamento para três pessoas consta em contrato), com toda mobília. Para garantir o processo de beneficiamento de materiais, incluíram, de início, um moinho para beneficiar o plástico (instalado um tempo depois), uma prensa (que chegou já na segunda semana), o custeio da energia elétrica, equipamentos de proteção, ferramentas e manutenção de toda a infraestrutura. Além disso, a Prefeitura assumiu a incumbência de retirada do ‘rejeito’. Tudo isso constou em contrato. Por se tratar de um serviço público e responsabilidade da municipalidade, essas coisas são básicas! Segundo Roque, as associações de reciclagem, em grande parte dos municípios, não têm nada disso. Elas têm que arcar com todos os custos. ‘Esse é um diferencial do nosso trabalho aqui e em algumas associações aqui no Vale dos Sinos’, conclui Roque. Aqui no Vale dos Sinos, Prefeituras assumem sua responsabilidade com esse serviço público, garantindo infraestrutura, manutenção de equipamentos e recursos financeiros.

Deseja-se dar ênfase nesta experiência, destacando a importância da articulação com outras entidades e organizações. Adams (2005, p. 19) considera fundamental a participação da Associação no Fórum Lixo e Cidadania Estadual³³ e Municipal que discute questões como:

³³ O Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Rio Grande do Sul reúne as entidades relacionadas ao setor de resíduos sólidos no Rio Grande do Sul, ONGs voltadas para os temas ambiental, socio-educativo, desenvolvimento

“organização de catadores, capacitação, políticas públicas referente a resíduos sólidos, parcerias e apoios aos catadores, projetos, etc.” Ademais, a associação participa da Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul³⁴ e do Fórum de Economia Solidária do Vale dos Sinos³⁵.

Este envolvimento possibilita a inserção da associação na comunidade local, sendo reconhecida como um ente importante para a destinação correta dos resíduos sólidos gerados no município, mas também como agente que contribui com a consciência ambiental, promovendo ações educativas. Além disso, o diálogo com entidades de diversos segmentos contribui para a ampla formação dos catadores/catadoras, refletindo sobre a complexidade que o gerenciamento de resíduos representa.

Benincá (2006, p.219) analisa que é imprescindível o gerenciamento dos resíduos em conjunto, envolvendo a “participação efetiva do Poder Público Municipal, do setor industrial e comercial, dos catadores/catadoras e de ampla representação da sociedade civil. Somente discutindo conjuntamente responsabilidades e ações concretas será possível construir políticas ambientais, sociais, econômicas e éticas adequadas”.

Para Kemp (2008, p.27), por sua vez, “os problemas sociais da atualidade só encontrarão solução se forem repensadas as relações tanto entre o Estado e a sociedade civil quanto entre a economia e a solidariedade”. O grande desafio é estabelecer uma parceria entre Estado e sociedade civil que permita a estruturação de ações que promovam a cidadania e a solidariedade. A sociedade civil, “contribui para limitar o poder do Estado, sem pretensões a

comunitário e economia solidária e todas aquelas entidades que queiram comprometer-se com os três objetivos básicos: erradicação de lixões; recuperação de áreas degradadas; apoio aos catadores de materiais recicláveis. Entidades que fazem parte do Fórum Estadual: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, ABES-RS, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul - FARRGS, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU, Caixa Econômica Federal, Secretaria de Educação, Secretaria de Obras Públicas e Saneamento, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Cáritas Regional, Centro de Assessoramento Multiprofissional - CAMP, Recicleide, Instituto Avatar, Associação de Recicladores de Dois Irmãos, Associação de Recicladores Nascente da Natureza - Nova Hartz, Associação de Recicladoras de Lixo Amigas Solidárias - Canoas, ONG Moradia e Cidadania e outras entidades. Disponível em: < <http://www.abes-rs.org.br/felc-rs>>. Acesso em 28 abr. 2012.

³⁴ A Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul (Farrgs) foi fundada em 1998 e representa cerca de dois mil catadores vinculados à associações e cooperativas de catadores no estado.

³⁵ O Fórum de Economia Solidária do Vale dos Sinos existe desde 2002, sendo um espaço de articulação específica dos recicladores que se encontram mensalmente fazendo oficinas, debates sobre assuntos específicos com roteiros de formação. Contam com a parceria do Cento de Assessoria Multiprofissional (CAMP), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Círculo Operário Leopoldense (COL) e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES). (Fonte: Adams, 2005, p.50)

ele, o que vem reforçar a democracia participativa em complemento à representativa”. (KEMP, 2008, p.27)

O reconhecimento da função pública dos catadores/catadoras é uma forma de considerar a sua experiência laboral e a sua organização como instrumentos de enfrentamento à problemática social e ambiental que se vivencia.

Analisa-se, a seguir as políticas públicas estruturadas através da parceria entre estado e sociedade civil organizada, proporcionando suporte às iniciativas de economia solidária, algumas abordando o gerenciamento dos resíduos sólidos e o envolvimento dos catadores/catadoras.

5.4 O avanço das políticas públicas na área da economia solidária

As experiências de economia solidária apresentam um grande potencial, estimulando ações sociais imediatas frente à realidade, contribuindo ao influenciar as políticas públicas de geração de trabalho e renda. Frente a uma série de limites na intervenção do Estado, a economia solidária foi se estruturando e avançando para além da proposição de políticas de emprego, articulando outras dimensões nas esferas econômica, social e política.

Como modo de resistência ao capitalismo industrial e enfrentamento ao desemprego e à precarização das relações de trabalho, a economia solidária emergiu como forma de organizar o trabalho coletivamente, nos espaços rurais e urbanos através de cooperativas de produção e consumo, associações, redes de produtores e consumidores, instituições financeiras, empresas autogestionárias e outras formas de organização.

No Brasil, nos últimos anos, a economia solidária avançou a partir do apoio de entidades sociais e com a constituição e a articulação de uma série de empreendimentos. Identificadas a partir de diversos títulos: economia solidária, economia popular, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia de proximidades, etc. estas experiências apresentam em comum o objetivo de estabelecer práticas econômicas e sociais que qualifiquem a vida de pessoas em todo o mundo.

Ainda que se identifiquem avanços, o fortalecimento da economia solidária no Brasil implica na implementação de políticas para a sua promoção. As políticas públicas de economia solidária são ações desenvolvidas com o objetivo de fortalecer a formação e a consolidação de empreendimentos solidários. Neste sentido, pretende-se identificar algumas

ações que promovam o desenvolvimento de políticas públicas nesta área, contribuindo para a qualificação destes empreendimentos, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

Fundamentadas em ações de reciprocidade e valorização do trabalho humano estas iniciativas primam por valores que preservem a natureza e a diversidade cultural e procuram dar outro sentido ao consumo, buscando a qualidade de vida das pessoas e do planeta em que se vive, procurando o desenvolvimento local, baseado em princípios éticos, solidários e sustentáveis (GT, 2008, p. 110). Tendo como base estes princípios e frente à necessidade de articular a participação de experiências de economia solidária no I Fórum Social Mundial, constituiu-se em 2001, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, composto por:

Redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. (GT, 2008, p.110)

A partir disso, o GT-Brasileiro de economia solidária motivou o diálogo para construir a identidade do campo da Economia Solidária no Brasil, reconhecendo a diversidade das regiões do país e as particularidades das organizações. De forma análoga, motivou a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a realização de plenárias para elaborar os princípios que norteariam as ações dos empreendimentos, das entidades de assessoria e os governos, apontando para políticas públicas nacionais. No II e III Fórum Social Mundial, o debate prosseguiu reunindo, assim, diversas iniciativas nacionais e internacionais relacionadas ao tema.

Em dezembro de 2002, durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, que reuniu trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos associativos, entidades de

representação, entidades de assessoria e fomento e gestores de políticas públicas, foi elaborada uma carta tendo como título “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, que foi entregue ao presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva, apresentando as diretrizes gerais, fruto de todo processo de debate, reivindicando a criação de uma secretaria específica de economia solidária.

Reconhecendo a mobilização e a articulação do movimento de economia solidária no país, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego através da Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Esta secretaria surgiu com o objetivo de “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território Nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (Brasil, 2003).

Em consonância com Singer (2004, p.03), pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Estado brasileiro reconheceu um processo de transformação social em curso,

provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho – tudo isso vem afetando grande número de países.

Criado pelo mesmo ato legal que instituiu a SENAES, o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES constituiu-se como um importante espaço de interlocução permanente entre setores do governo e sociedade civil que atuam na economia solidária (BRASIL, 2003). É composto por cinquenta e seis entidades divididas em três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria. Tem como atribuição “a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária”. (BRASIL, 2006a)

A constituição destes entes foi fundamental para aproximar o governo e a sociedade civil organizada, reconhecendo o amplo debate sobre a economia solidária que vinha sendo

promovido até então em todo país. Desse modo, é importante destacar algumas atribuições da SENAES que estão detalhadas no Decreto 5.063, de 08 de maio de 2004:

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego; II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular; VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor; VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária; IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários; X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária; XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais; XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo; XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária; XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério do Trabalho e Emprego, em sua área de competência; e XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência. (BRASIL, 2004)

Singer (2004, p.4) reforça o papel da nova SENAES ao reconhecer os diferentes espaços constituídos que proporcionam o amplo debate para o fortalecimento dos empreendimentos:

A SENAES entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse fórum inclui as principais agências de fomento da economia solidária, a Rede de Gestores Municipais de Economia Solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-crédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo país.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) configurou-se como significativo espaço que agrega os três segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos

solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos. Para o FBES, na diversidade e na dinâmica cultural, há pontos convergentes que definem a economia solidária: “a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e; os valores da cooperação e da solidariedade”. (O FÓRUM... 2012)

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (O FÓRUM... 2012)

A Coordenação Nacional constituiu-se como principal instância de decisão no fórum, sendo composta por: representantes das entidades e redes nacionais de fomento, sendo UNICAFES³⁶, Cáritas Brasileira³⁷, IMS³⁸, Rede de ITCPs³⁹ e Rede Unitrabalho⁴⁰ (redefinida

³⁶ A União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) fundada em 21 de junho de 2005, é constituída por cooperativas de crédito, de produção, de trabalho, de comercialização, que atuem diretamente com a agricultura familiar e economia solidária, que sejam legalmente constituídas e compartilhem com seus objetivos e princípios. Disponível em: <<http://www.unicafes.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

³⁷ A Cáritas Brasileira é um organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada no Brasil em 12 de novembro de 1956 e faz parte da Rede Cáritas Internationalis, presente em 165 países e territórios. É uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Atua em 12 regionais em todo país. Disponível em: <<http://caritas.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

³⁸ O Instituto Marista de Solidariedade (IMS) foi criado em 1995, em Belo Horizonte, pelos irmãos maristas, com a missão de dialogar com a sociedade brasileira e ser um sinal profético, levando o carisma de Champagnat para outros públicos não maristas, colaborando e intervindo na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Com sede em Brasília/DF, tem a área de abrangência nas 16 Unidades da Federação que são atendidas pela Província Marista Brasil Centro-Norte – UBEE/UNBEC. Através de parcerias, atua em todo território nacional e iniciativas no âmbito internacional, com ênfase na América Latina, articuladas com redes diversas e outras organizações. Disponível em: <<http://sites.marista.edu.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

³⁹ A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) tem como objetivo apoiar a formação e a consolidação de empreendimentos de economia solidária, prestando assessoria e formação a grupos já constituídos. Nasceu em 1998, com seis incubadoras (UFRJ, UFC, USP, UFPR, UNEB, UFRPE). É formada atualmente por 41 incubadoras e conta com o envolvimento de 200 docentes/pesquisadores, aproximadamente 750 estudantes e cerca de 200 técnicos de nível superior. Acompanha, na atualidade, 330 grupos nas diversas incubadoras, representando aproximadamente 4.500 trabalhadores. Disponível em: <<http://www.redeitcps.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

⁴⁰ A Unitrabalho é uma rede nacional de universidade que apoia os trabalhadores realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão que integram os conhecimentos acadêmicos ao saber elaborado na prática social. A entidade nasceu há 14 anos e congrega dezenas de instituições de ensino superior públicas e comunitárias. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

na X reunião da Coordenação Nacional, realizada em agosto de 2011). Além destas entidades, compõem a Coordenação Nacional: três representantes por estados indicados pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (dois representantes de empreendimentos solidários e um de entidade de assessoria), dois gestores por região e dois gestores em nível nacional (indicados pela Rede de Gestores).

Há também a Coordenação Executiva Nacional, que é composta por treze pessoas (sete representantes de empreendimentos, cinco representantes de entidades e redes nacionais de promoção à Economia Solidária e um representante da Rede Nacional de Gestores Públicos), a qual realiza a gestão política cotidiana, interlocução com outros movimentos e o Governo Federal.

Na sequência, apresenta-se um quadro disponível no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária que relaciona alguns espaços constituídos para o diálogo sobre economia solidária:



Fonte: <http://www.fbes.org.br>

Existem ainda os Grupos de Trabalho (GT's) que dialogam a partir de ações específicas nas áreas que compõem a Plataforma da Economia Solidária⁴¹: Educação e Cultura; Marco legal e Políticas Públicas: campanha da lei; Estratégias Econômicas: produção, comercialização e consumo solidário e finanças; Comunicação e articulação com Movimentos Sociais; Raça e etnia e Povos e Comunidades tradicionais; Mulheres.

A partir da plataforma “Marco legal e Políticas Públicas”, o fórum realiza uma campanha para criar uma Lei de iniciativa popular que regule os empreendimentos de economia solidária: a Lei de Economia Solidária. Com uma legislação mais específica, será possível maior incentivo para a organização de empreendimentos, reconhecendo o direito do trabalho associado, diferenciando estes empreendimentos das empresas capitalistas.

Schwengber⁴² (2004, p.3) defende a constituição de um marco legal e regulatório adequado ao setor, sendo um instrumento fundamental apontado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pela Rede de Gestores, articulado a outras estratégias de desenvolvimento para o fortalecimento da economia solidária no país. Além disso, a mesma autora considera que a constituição de políticas públicas para a economia solidária é uma forma de reconhecer a sua existência e democratizar o acesso aos bens e recursos públicos, uma vez que:

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à Economia Solidária é o de dar-lhe propulsão por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o formato deste setor. (2004, p. 01)

⁴¹ A Plataforma da Economia Solidária foi estruturada na I Plenária Nacional, que ocorreu em dezembro de 2002 e aprimorada durante os debates e demais plenárias, sendo que a versão apresentada, atualmente com sete eixos é resultado da III Plenária Nacional da Economia Solidária. Cada eixo apresenta diretrizes para fundamentar a atuação de empreendimentos, entidades e gestores sobre economia solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

⁴² Ângela Schwengber, em 2004, era a Coordenadora da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Um esforço dos organismos governamentais para contribuir com a formulação de uma política pública de economia solidária é a constituição da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária⁴³. Frente ao crescimento deste segmento que contribui, cada vez mais, para a geração de trabalho e renda e a promoção do desenvolvimento local, os gestores perceberam a necessidade de dialogar sobre as diferentes experiências implementadas em todo país, constituindo este fórum de debate, sendo mais um espaço de promoção da economia solidária, que perpassa os governos municipais, estaduais e federais.

A Rede busca “proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, buscando qualificar a proposição e ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento” (SCHIOCHET, 2008). Ademais, procura ampliar o debate e a instituição de ferramenta para que o Estado fortaleça a organização e a participação social neste segmento.

Para participar da Rede de Gestores, há alguns critérios que devem ser considerados, como:

Aderir aos objetivos da Rede e contribuir para enfrentar os desafios que ela se propõe; Manifestar concordância aos princípios e plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Participar dos Fóruns Estaduais e Municipais de Economia Solidária; Efetivamente estar desenvolvendo políticas de fomento à economia solidária”. (SCHIOCHET, 2008, p. 20)

Neste sentido, cabe descrever os objetivos que perpassam pela atuação deste espaço:

Construir e desenvolver uma agenda comum para a ampliação, consolidação e institucionalização de políticas públicas de economia solidária no país, vinculadas às estratégias de desenvolvimento, fortalecendo o perfil sustentável que estas devem ter. Ampliar a articulação com outros atores da economia solidária com vistas a fortalecer um espaço comum para a discussão de políticas públicas neste campo e para fortalecer a organização e participação social deste segmento. Fortalecer a interlocução entre as esferas de governo (municipal, estadual e federal) pela integração de estratégias, programas e instrumentos que possam estruturar e consolidar as políticas públicas de economia solidária. Contribuir para a formação de gestores públicos em economia solidária e para a ampliação do espaço desta nos programas de governo e nas estruturas administrativas do Estado brasileiro, nas suas diferentes esferas. (SCHIOCHET, 2008, p. 21-22)

⁴³ A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é formada pela articulação de gestores ligados a Prefeituras e Governos Estaduais. Seu principal objetivo é proporcionar a interlocução e a proposição de políticas públicas governamentais, fomentando o desenvolvimento da economia solidária a partir de ações dos órgãos governamentais. Disponível em: < http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_gestores>. Acesso em 10 abr. 2012.

Conforme definição do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os Empreendimentos Econômicos Solidários são aquelas organizações que possuem algumas características específicas, que são:

Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados; Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica; Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização; São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. (OS EMPREENDIMENTOS..., 2012)

Para identificar esta variedade de organizações e dar maior visibilidade e articulação aos empreendimentos, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, implementou um sistema para mapear as experiências existentes no Brasil identificando suas características. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) considera também as entidades de apoio, assessoria e fomento (EAF). As informações coletadas servirão para subsidiar a formulação de políticas públicas nacionais neste setor. Segundo dados de 2007 do Atlas da Economia Solidária (ATLAS, 2005), gerado a partir do SIES, foram identificados em todo país, 21.859 empreendimentos de economia solidária, sendo que o estado do Rio Grande do Sul está em primeiro lugar com 2.085 empreendimentos cadastrados. O estado do Ceará, em seguida, apresenta 1.854 e o estado da Bahia está em terceiro com 1.611 empreendimentos. Seguindo ainda informações do SIES, referentes ao estado do Rio Grande do Sul, o município de Santa Maria apresenta o maior número, sendo 160 empreendimentos, seguido de Porto Alegre com 116 empreendimentos e Caxias do Sul com 107.

O município de Erechim, por sua vez, possui oito empreendimentos cadastrados. Por se tratar de dados de 2007, estas informações devem sofrer alterações, uma vez que, de acordo com informações da equipe de educadores/educadoras do CEPO, em Erechim, já existem

cinco associações de catadores/catadoras constituídas, além de associações e cooperativas de outros setores.

Destaca-se também a criação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que almeja incentivar as relações comerciais mais justas e solidárias, articulando e integrando os Empreendimentos Solidários e os seus parceiros e colaboradores em todo o país. Adotada esta concepção, o comércio justo e solidário tem como objetivo:

I. Promover o desenvolvimento sustentável, a justiça social, a soberania, e a segurança alimentar e nutricional; II. Garantir os direitos dos produtores, comerciantes e consumidores nas relações comerciais; III. Promover a cooperação entre produtores, comerciantes e consumidores e suas respectivas organizações para aumentar a viabilidade destas, reduzindo riscos e dependência econômica; IV. Promover o exercício de práticas de autogestão nos processos de trabalho e nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, bem como a transparência e democracia nas instâncias, direção e coordenação das atividades produtivas e gerenciais; V. Estimular relações de solidariedade a partir do comprometimento permanente com a justa distribuição dos resultados e com a melhoria das condições de vida dos participantes; VI. Garantir a remuneração justa do trabalho; e VII. Valorizar as práticas de preservação e de recuperação do meio-ambiente, com ênfase na produção de produtos de base agroecológica e nas atividades de extrativismo sustentável.(BRASIL, 2010b)

Este sistema constitui-se numa estratégia para agregar os empreendimentos de economia solidária que se encontram dispersos, além de identificar e divulgar os seus produtos. Sendo assim, o objetivo da Secretaria Nacional de Economia Solidária é elaborar um “selo” que identifique e ateste as iniciativas habilitadas no SNCJS para que sejam reconhecidas no mercado internacional do Comércio Justo. Para receber esta identificação, o produto deve ser realizado sem utilização de mão de obra escrava ou infantil, o empreendimento deve comprovar gestão democrática, praticar o preço justo, sem agredir o meio ambiente. Este processo é avaliado por “organismo de avaliação” que inspeciona e atesta os critérios de conformidade dos produtos e serviços, e estes, por sua vez, serão credenciados pelos “organismos de acreditação”, que atestam a sua capacidade de realizar a tarefa de avaliação.

Conforme o Decreto 7.358, que institui o SCJS, “os termos ‘fair trade’, comércio justo, comércio equitativo, comércio équo, comércio alternativo, comércio solidário, comércio

ético, comércio ético e solidário estão compreendidos no conceito de comércio justo e solidário”, sendo considerada como “prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários” (BRASIL, 2010b).

Conforme afirma Mance (2001, p.29), o consumo solidário ocorre quando, na escolha do produto consumido, considera-se o aspecto do bem viver pessoal e coletivo. O consumo é a finalidade da produção, que tem impacto sobre todo o ecossistema e a sociedade em geral:

É a última etapa de um processo produtivo e as escolhas de consumo – feitas pelos indivíduos em particular e pela sociedade como um todo – podem influenciar tanto na geração ou manutenção de postos produtivos em uma dada sociedade, na preservação de ecossistemas, na reciclagem de materiais, no combate à poluição, na promoção do bem-estar coletivo da população e sua comunidade, de seu país e do planeta.

Este sistema pretende contribuir com a reflexão sobre os hábitos, identificando outros aspectos, ao escolher para o consumo determinados produtos e serviços. Quando há consciência sobre as consequências geradas a partir do consumo que se pratica, outros valores serão considerados, sendo possível avançar na manutenção das experiências de economia solidária que vão se fortalecer e multiplicar, incorporando mais trabalhadores, vítimas do desemprego e da exclusão provocados pelas relações de produção capitalistas. Mance, (2001, p.30) afirma que o consumo ou o comércio solidário é praticado em diversas localidades no país e no mundo, “sendo inúmeros os grupos de trabalhadores desempregados que organizaram pequenas atividades produtivas em que se fabricam pães, massas, produtos de limpeza, roupas, móveis, esquadrias, vassouras, escovas, brinquedos e uma infinidade de outros produtos – de modo ecologicamente sustentável”. Estes produtos são comercializados por quem têm consciência de que adquiri-los é garantir às pessoas que os produzem as condições de continuar vivendo de seu próprio trabalho com a dignidade que todo ser humano merece.

Em 2005, o Governo Federal realizou um estudo sobre os programas e as ações implementadas entre os ministérios, secretarias, departamentos e coordenações de apoio às iniciativas de economia solidária nos quais se identificou uma complementação e as

transversalidades de ações. O objetivo deste diagnóstico era democratizar as informações e o acesso às políticas públicas nesta área (MEDEIROS, 2005). Sendo assim, foram mapeados vinte e quatro programas ou ações: Economia Solidária em Desenvolvimento; Qualificação Social e Profissional (Programa Nacional de Qualificação /PNQ); Abastecimento Agroalimentar; Rede Solidária de Restaurantes Populares; Acesso à Alimentação; Projeto ALFA Inclusão; Projeto TERRA SOL; Agricultura Familiar – PRONAF; Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER; Etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de Quilombo; Educação do Campo (PRONERA); Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural; Programa Cultura Viva (Cultura, Educação e Cidadania); Saúde Mental; Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR; Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária – COOPERSOL; Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Juventude: Educação, Trabalho e Ação Comunitária; Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO); Programa Nacional de Cooperativismo na Mineração Brasileira; Ciência e Tecnologia para a inclusão social; Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda; Resíduos Sólidos Urbanos; Programa Crédito Solidário.

Esses programas estão ligados aos seguintes órgãos federais: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): Secretaria da Política Pública de Emprego (SPPE), Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS): Secretaria de Segurança Alimentar, Secretaria Nacional de Assistência Social; Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento: CONAB, Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo – Depto de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP); Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Ministério do Desenvolvimento Agrário: INCRA, Secretaria de Agricultura Familiar /Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural; Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Programas Regionais; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Cultura: Fundação Cultural Palmares, Secretaria de Programas e Projetos Culturais; Ministério da Saúde: Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Ações e Programas Estratégicos – Coordenação de Saúde Mental; Ministério de Minas e Energia (MME) : Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Departamento Nacional de Produção Mineral; Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) : Secretaria da Ciência e Tecnologia para a

Inclusão Social; Ministério das Cidades: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Secretaria Nacional de Habitação (MEDEIROS, 2005).

Cabe destacar que alguns destes programas são mais abrangentes, como é o caso do PRONAF, mas apresenta uma transversalidade que envolve a economia solidária na área rural. Esse levantamento proporciona uma breve dimensão da diversidade de áreas que permeiam as iniciativas de economia solidária e os órgãos do Estado envolvidos. Daí, a necessidade cada vez maior de investimentos e incentivo para estes empreendimentos.

Aborda-se mais detalhadamente as ações desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, através do Ministério do Trabalho e Emprego, que implementou no período de 2008-2011 o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Conforme o Relatório Plurianual de Avaliação publicado pelo MTE, este programa, em três anos de existência, conquistou uma série de avanços na área das políticas públicas, como:

Formação de uma Rede de agentes de desenvolvimento local e economia solidária espalhados por todas unidades da federação; A construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários como eixo, a partir da ação de capacitação de agentes de desenvolvimento solidário; Apoio direto a mais de um milhar de empreendimentos econômicos solidários, auxiliando na sua consolidação; Ampliação do apoio à constituição de políticas públicas de economia solidária, passando de 54 políticas no ano de 2004 para mais de 80 em 2006; Articulação de empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivos e arranjos produtivos; Abertura de canais de comercialização aos empreendimentos econômicos solidários; Implantação do Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária; Apoio a agencias de fomento em economia solidária; Desenvolvimento de atividades de formação em economia solidária. (RELATÓRIO, 2009)

No detalhamento das ações desenvolvidas, destaca-se a parceria com a Fundação Banco do Brasil, proporcionando apoio a mais de 10 mil catadores/catadoras de materiais recicláveis através de formação e assistência técnica articuladas a outras iniciativas do Governo Federal. Deve-se refeter também que o faturamento médio mensal dos empreendimentos, em 2007 foi de R\$ 653 milhões, o que corresponde a R\$ 7,8 bilhões por ano, segundo dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Apesar de o relatório apontar avanços na implementação de políticas, indica que a obtenção dos resultados esperados ficou entre 40 e 80%, uma vez que houve contingenciamento de 24,9% dos

recursos previstos para a SENAES, o que reduziu a capacidade de execução das ações previstas.

Para o período de 2012-2015, a SENAES projeta a implementação de dois programas para apoio de iniciativas de economia solidária na área urbana, sendo: “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária” (PROGRAMA..., 2012a.), prevendo a ampliação da ação territorial do governo federal, ampliando as opções de geração de emprego e renda, considerando as potencialidades e as vulnerabilidades regionais. Este programa também avalia a expansão de políticas públicas de economia solidária por governos estaduais e municipais, através da aprovação de legislações que apontem a formação de fóruns e conselhos, fortalecendo a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, garantindo, assim, a ampliação de políticas públicas na área de investimentos, formação, assessoria técnica, crédito e comercialização para todas as iniciativas de economia solidária.

O segundo programa é específico para a organização dos catadores/catadoras, trata-se dos “Resíduos Sólidos Urbanos” (PROGRAMA..., 2012b) que aponta a questão do lixo como “um bem de valor econômico e social, passível de ser reutilizável e reciclável, gerando oportunidades, trabalho e inclusão social”, constitui um dos setores que se estrutura através da organização coletiva e solidária dos catadores/catadoras de material reciclável, representados através do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Sendo assim, este programa, que estabelece a parceria entre o Ministério do Trabalho e Ministério do Meio Ambiente, pretende ampliar a organização dos catadores/catadoras, proporcionando capacitação técnica e qualificação na gestão dos empreendimentos. Além disso, busca a estruturação das unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos sólidos, tendo como metas:

Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores; Fomento e fortalecimento de 500 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem; Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores; Viabilizar infraestrutura para 280 mil catadores. (PROGRAMA..., 2012b)

Estes programas estabelecem a necessidade de parcerias com o Poder Público Municipal ou o aval do Movimento Nacional dos Catadores, o que acaba limitando a participação por parte de algumas associações de catadores/catadoras que não formam um vínculo muito próximo com estas instituições. Por outro lado, é uma forma de articular as ações de entes regionais, englobando mais aspectos sobre o gerenciamento de resíduos sólidos nos projetos encaminhados.

No âmbito estadual, em 2011, foi constituída a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) (RIO GRANDE DO SUL, 2011a). Esta secretaria foi criada pela Lei 13.601, de primeiro de janeiro de 2011 pelo Governador Tarso Genro no início de sua administração. Suas atribuições constam no artigo 36:

I - promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho; II - proporcionar a criação e a manutenção de oportunidade de trabalho e a geração e distribuição de renda; III - estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da Economia Popular Solidária; IV - promover, incentivar e ampliar a competitividade das micro e pequenas empresas, inclusive por meio de investimento comercial, industrial e de serviços; V - apoiar e promover projetos que estimulem a geração de trabalho e renda com foco na economia solidária; VI - executar o registro de empresas; VII - apoiar o empreendedorismo e a competitividade de micro e pequenas empresas; VIII - apoiar o desenvolvimento de projetos microempresariais na área de gestão e de tecnologia da informação; IX - gerir fundos de desenvolvimento na sua área de competência; X - promover a formação, a educação e a capacitação técnica para cooperação e autogestão; XI - promover a incubação e a assistência técnica para implementação de empreendimentos da economia solidária; XII - apoiar técnica e financeiramente a recuperação e a reativação de empresas por trabalhadores; XIII - fomentar a comercialização de produtos e serviços; XIV - implementar a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária e dar suporte administrativo ao Conselho do setor. (RIO GRANDE DO SUL, 2011a)

Para tratar mais especificamente sobre a economia solidária foi estruturado o Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária que conta com a seguinte subdivisão: Divisão de Estudos e Pesquisas; Divisão de Assessoria Técnica, Formação e Capacitação em Gestão e Produção Sustentável; Divisão de Fomento e Finanças Solidárias; Divisão de Produção e Comercialização; Divisão de Desenvolvimento Territorial e Regional; Núcleos Regionais de Economia Solidária.

Através da Lei N.º 13.839 de cinco de dezembro de 2011, foi instituída a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, criado o Programa de Cooperativismo, o Programa de Economia Popular e Solidária, o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, o Programa Gaúcho de Microcrédito e o Programa de Redes de Cooperação (RIO GRANDE DO SUL, 2011b).

No que se refere mais detidamente ao Programa de Economia Popular e Solidária, ele apresenta como objetivo, “fomentar, fortalecer, incentivar e apoiar Empreendimentos Econômicos e Solidários – EES –, mediante a promoção de políticas públicas de autogestão, de forma direta ou em parcerias, para o pleno desenvolvimento econômico e social do Estado”. Cabe ressaltar que esta lei é importante instrumento para implementação de políticas públicas estaduais para suporte às iniciativas de economia solidária, instrumentalizando a SESAMPE para desenvolver os projetos que buscam esta finalidade (RIO GRANDE DO SUL, 2011b).

Sendo assim, identifica-se o “Projeto de Apoio e Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária” que tem como objetivo fortalecer os empreendimentos existentes e incentivar a criação de novos, estimulando o desenvolvimento local integrado e sustentável através da economia solidária, desenvolvido pelo Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária no âmbito da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (RIO GRANDE DO SUL, 2011b)

O Programa de Economia Popular e Solidária prevê a transversalidade de políticas públicas entre órgãos governamentais e não governamentais como estratégia para promover o desenvolvimento regional e estadual, projetando o planejamento de ações a partir dos eixos estruturantes do programa. Estabelece, ainda, como instrumentos para o desenvolvimento do programa, o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária, a Certificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Estado e o Selo de Denominação de Origem Controlada para produtos, bens e serviços da economia popular solidária, demonstrando estar em consonância com as políticas públicas implementadas na esfera federal, assim como com a legislação, fortalecendo ainda mais os empreendimentos locais.

No âmbito municipal, não se identificou a implementação de programas específicos de fomento à economia solidária, assim como não há legislação específica que trate desta temática. O que se verificou, foram iniciativas pontuais, como é o caso do convênio com o CEPO – Centro de Educação Popular para a prestação de serviços de assessoria e

acompanhamento às Associações de Catadores/Catadoras de Erechim, além de, algumas parcerias pontuais com associações e cooperativas do município.

Além disso, constatou-se uma disposição da Administração Municipal de Erechim (gestão 2009-2012) em fornecer suporte e certa estrutura para os grupos de catadores/catadoras, como é o caso da Associação de Recicladores Filhos da Natureza que, como a mobilização da comunidade local, acessou recursos do orçamento participativo para a aquisição de pavilhão para a sede da Associação. Neste caso, caberia uma pesquisa mais pontual sobre ações implementadas no município que dialoguem nessa perspectiva.

6 CONCLUSÕES

Ao realizar este estudo de caso, foi possível refletir sobre a atuação como educadora popular, como integrante da equipe de educadores/educadoras do Centro de Educação Popular (CEPO). Da mesma forma, frente às problematizações e indagações emergentes desta atuação, uma série de questões foram problematizadas e sistematizadas durante a pesquisa e a elaboração dessa dissertação.

Inicialmente, através de pesquisa bibliográfica, buscaram-se elementos sobre os *princípios da Educação Popular e da Economia Solidária discutidos atualmente*, elencando-se alguns referenciais que serviram para embasar o trabalho. Assim, concluiu-se que, não é possível refletir sobre a educação popular sem incluir a trajetória histórica que permeou a sua construção. Sendo o homem/mulher um ser de relações, ou seja, ser social, a aprendizagem de componentes essenciais para a manutenção da vida humana foi se estabelecendo a partir da coletividade. Sendo assim o ser humano constrói a sua história a partir das relações que estabelece e a partir da consciência de seu inacabamento. A educação, numa sociedade controlada pela classe dominante, reproduz as desigualdades sociais, ao reconhecer apenas o conhecimento científico como fonte de saber, negando outros saberes e a cultura popular.

Neste aspecto, a Educação Popular constitui-se como condutora de processos educativos que valorizam o saber popular, buscando a emancipação dos sujeitos através da construção de novos paradigmas para a condição humana no mundo. Ela configura-se como prática política ao denunciar o fracasso do modelo de educação e sociedade hegemônico ao mesmo tempo em que anuncia a necessidade de alternativas para a construção de uma nova sociedade.

Da mesma forma, a Economia Solidária procura articular a construção de um projeto de sociedade centrado em valores de cooperação, apontando para uma nova forma de relações, troca de saberes e conhecimentos, restituindo a dimensão humana nas relações econômicas e sociais.

As experiências de Economia Solidária estão relacionadas com a Educação Popular, uma vez que dialogam sobre as mesmas práticas. Na organização do trabalho perpassa a dimensão econômica e educativa em busca da concretização de direitos sociais. A Educação Popular estimula processos educativos que promovem a organização de empreendimentos de geração de trabalho e renda, proporcionando a melhoria da qualidade de trabalho e vida dos sujeitos que fazem parte dela.

Sendo assim, para delimitar *os princípios da Educação Popular e da Economia Solidária que norteiam o trabalho desenvolvido pelo Centro de Educação Popular (CEPO)*, foram analisadas as atas de Assembleias Ordinárias da entidade e outros documentos institucionais como o planejamento estratégico e os relatórios de reuniões, além de referências bibliográficas que abordavam elementos sobre a atuação da entidade. O CEPO tem, como eixo norteador do seu trabalho, a Educação Popular alicerçada em processos educativos coletivos e permanentes, atuando desde 1985, vivenciando diversas fases históricas na formação de sua identidade como Centro de Educação Popular.

O CEPO concebe a Educação Popular como uma prática social e um processo coletivo de produção de conhecimentos pelas Organizações Sociais Populares que se constituem como sujeitos históricos na estruturação de uma sociedade centrada num projeto alternativo. Desta forma, almeja uma efetiva participação, organização, articulação e mobilização dos setores populares em torno de projetos que devem estar em permanente construção. Além disso, direciona a sua atuação pela concepção metodológica dialética, que concebe a realidade humana como resultado da ação e da reflexão de sujeitos históricos. Compreende que a realidade é conhecida através da prática que se constitui como saber, sendo refletida constantemente como práxis, num movimento de ação-reflexão-ação. É assim que a Educação Popular assume uma dimensão política, tornando-se instrumento de reflexão crítica sobre a realidade, discutindo ações de intervenção crítico-transformadoras.

Neste sentido, a pesquisa permitiu refletir sobre os desafios que permeiam o trabalho educativo nos empreendimentos de economia solidária na perspectiva da Educação Popular. Foi possível perceber certa ausência de reflexão entre o modo como os sujeitos que enfrentam dificuldades compreendem-se e definem-se e o modo como nós, educadores/educadoras populares, visualizamos as situações de adversidade enfrentadas por eles. De certa forma, durante as atividades de formação, realizadas no CEPO, refletia-se sobre o preconceito, a situação da mulher e do homem, a violência, a família, o significado do trabalho do catador e da catadora, assim como uma série de temas vinculados à realidade dos grupos. Um olhar crítico deste momento permite concluir que faltou uma reflexão mais profunda sobre a concepção de exclusão, as formas de exclusão que existem, assim como o diálogo sobre exclusão com os catadores/catadoras, questionamentos que nesta pesquisa, não foram aprofundados. Um olhar dessa perspectiva implicaria um trabalho de pesquisa com a participação direta dos catadores/catadoras.

Os catadores/catadoras de material reciclável, trabalhadores/trabalhadoras que ajudam a limpar a cidade e que transitam nela, realizam um trabalho importante para a preservação do meio ambiente em espaços que são distintos daqueles onde vivem. Submetem-se à exploração dos atravessadores (donos de depósitos) que pagam baixos valores frente ao grande esforço da atividade. Articulando os princípios da economia solidária com os valores de cuidado com o meio ambiente, os catadores propõem novas formas de enfrentar a realidade urbana dentro de uma sociedade capitalista de consumo em que se vive.

Partindo desta realidade, refletindo sobre a atuação do CEPO no suporte para *o surgimento das Associações de Catadores/Catadoras de Erechim*, foi reconstruída parte da trajetória de organização das associações: ARCAN – Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (2001), Associação de Catadores Reciclando pela Vida (2005) e Associação de Recicladores Filhos da Natureza (2009) tendo como preocupação as formas como enfrentaram situações de descaso, de preconceito e de exploração. Através dos “Diários de Campo”, que contêm registros sobre as atividades acompanhadas na condição de educadora popular do CEPO foi possível refletir sobre alguns aspectos do cotidiano dos catadores durante o processo de organização dos grupos. O surgimento da ARCAN foi um evento importante para denunciar a indiferença com que a cidade de Erechim tratava os catadores e a questão do lixo. Ela surgiu exigindo urgência na construção de alternativas na área da gestão dos resíduos sólidos frente ao acentuado problema ambiental e social.

Da mesma forma, a Associação de Catadores Reciclando pela Vida nasceu da resistência dos carrinheiros/carrinheiras em garantir o direito ao trabalho, mesmo sendo ele tão precário. Após a sua mobilização, garantiram a possibilidade de transitar até o centro da cidade, bem como equipamentos de proteção individual e carrinhos cedidos pela Prefeitura Municipal, além de participação em cursos de formação. Com a constituição da Associação, outras necessidades foram elencadas e gradativamente conquistadas: ampliação de vagas em creches em turno integral, priorizando os filhos de carrinheiros/carrinheiras, implantação de campanhas para incentivar a população para classificar o lixo orgânico e reciclável e, tempo depois, a construção do pavilhão, sede da Associação. Como o envolvimento no Projeto de Alfabetização de Adultos e no Programa de Compra Direta de Produtos da Agricultura Familiar/Programa Fome Zero, o grupo foi mantendo a mobilização e o vínculo entre seus associados.

A Associação de Recicladores Filhos da Natureza seguiu o exemplo das associações que a antecederam. Visando organizar o trabalho coletivamente, buscou suporte no trabalho

desenvolvido pelo CEPO e, através do empenho de seus associados na mobilização da comunidade, conseguiu conquistar o pavilhão da associação.

Na viabilização das três associações, destacam-se duas características que diferenciam a organização dos grupos: o apoio ou não do Poder Público Municipal e a integração com os movimentos sociais e a comunidade local. No período de 2001 a 2008, foi possível acompanhar a postura da administração municipal de Erechim, de não reconhecer a importância da atividade dos catadores/catadoras, pouco apoiando os grupos que se organizavam, além de repassar para a iniciativa privada a gestão dos resíduos sólidos do município sem discutir alternativas para o envolvimento dos catadores/catadoras neste processo. Com a eleição de outro governo municipal, gestão 2009 a 2012, houve maior abertura para o diálogo e maior sintonia com o trabalho desenvolvido pelo CEPO, de assessoria e acompanhamento aos grupos constituídos, assim como para fomentar a organização de novas associações.

Apesar do avanço, ainda há muito a progredir. O município de Erechim precisa reconhecer a “função pública” do catador/catadora, envolvendo as associações no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos, proporcionando a estes trabalhadores/trabalhadoras condições dignas de trabalho e remuneração para realizar sua atividade. No âmbito estadual e federal, há a criação de programas que *viabilizam políticas públicas para dar suporte aos grupos de reciclagem*, mas ainda limitados frente à grande problemática enfrentada pelos municípios brasileiros. Com a organização dos catadores/catadoras e a mobilização da sociedade civil através dos Movimentos Sociais está ocorrendo um avanço no debate e na formulação de políticas públicas.

As contribuições apresentadas, nesta pesquisa, apontam para a necessidade de novas investigações, frente ao desafio e à complexidade que comporta esta temática. Há muitos aspectos que esta investigação não abordou, por outro lado, permitiu a reflexão sobre o trabalho desenvolvido pelo CEPO e pelas Associações de Catadores/Catadoras que realizam uma ação repleta de significado, mostrando a força que o trabalho coletivo representa na construção de uma sociedade centrada em valores humanos e sustentável ecologicamente.

REFERÊNCIAS

A BUSCA por cidadania. *Diário da Manhã*, Erechim, 26 set. 2001, p.07.

ADAMS, Telmo. *Vivendo e Reciclando: Associação dos Recicladores de Dois Irmãos ajudando a preservar a natureza!* São Leopoldo/RS: Oikos, 2005.

ALVES, Marcio Moreira. *A força do povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ARRUDA, Marcos. Situando a economia solidária. Economia solidária: desafios para um novo tempo. *Cadernos da Fundação Luis Eduardo Magalhães*, Salvador, n. 5, 2003, p.19-31

ATLAS da Economia Solidária. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

AUMENTO da pobreza na região alto Uruguai. *Diário da Manhã*, Erechim, 29 jan.1992, p.5.

BARBARA, Maristela Miranda; MIRANDA, Shirley Aparecida de. *Caderno de apoio pedagógico projeto todas as letras*. São Paulo: Plano Editoração, 2004.

BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In KEMP, Valéria Heloisa.; CRIVELLAR, Helena Maria Tarchi. *Catadores na cena urbana: Construções de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 65 – 82.

BENINCÁ, Dirceu. *Reciclando a (des)ordem do progresso*. Arcan: uma alternativa sócio-ambiental. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *De angicos a ausentes: 40 anos de educação popular*. Porto Alegre: Mova/RS; CORAG, 2001.

_____. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Aprender a saber com e entre os outros. In ASSUMPÇÃO, Raiane (Org). *Educação popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Ed&L, 2009. p. 09 - 18.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em 12 jun. 2012.

_____. Presidência da República. Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003. *Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências*. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm>. Acesso em 12 jun. 2012.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004. *Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do ministério do trabalho e emprego, e dá outras providências*. Brasília 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5063.htm>. Acesso em 13 jun. 2012.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006. *Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES*. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm>. Acesso em 14 jun. 2012.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*. Brasília, 2006b. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/consea-2>>. Acesso em 15 jun. 2012.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. *Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em 10 de jun. 2012.

_____. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. *Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social*. Brasília, 2010a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas>. Acesso em: 10 mai. 2012.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010. *Institui o sistema nacional do comércio justo e solidário - SCJS, cria sua comissão gestora nacional, e dá outras providências*. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7358.htm>. Acesso em: 14 abr. 2012.

_____. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE nº 32 de 1º de julho de 2011. *Estabelece orientações, critérios e procedimentos relativos à transferência automática a estados, municípios e ao Distrito Federal dos recursos financeiros do programa Brasil alfabetizado no exercício de 2011, bem como ao pagamento de bolsas aos voluntários que atuam no programa*. Brasília, 2011. Disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br>> acesso em: 17 mai. 2012.

CEPO. *Ata nº 06 de 15 de março de 1990*. Livro nº 01. Erechim, p. 7-8, 1990.

_____. *Ata nº 09 de 14 de junho de 1992*. Livro nº 01. Erechim, p. 9-10, 1992.

_____. *Ata nº 12 de 19 de setembro de 1993*. Livro nº 01. Erechim, p. 12-13, 1993.

_____. *Ata nº 15 de 25 de março de 1995*. Livro nº 01. Erechim, p. 14-17, 1995.

_____. *Ata nº 19 de 28 de fevereiro de 1998*. Livro nº 01. Erechim, p. 27-29, 1998.

_____. *Ata nº 21 de 11 de março de 2000*. Livro nº 01. Erechim, p. 31-33, 2000.

_____. *Documento plano global*. Erechim, 1993.

_____. *Relatório sobre o planejamento estratégico das ações de cada eixo*. Erechim, 2005.

CRIANÇAS permanecem no lixão. *Diário da Manhã*, Erechim, 17 jan.2001, p.3.

CULTI, Maria Nezilda. *Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários*. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

ERECHIM (Município). Lei nº 2.599, de 04 de janeiro de 1994. *Institui o Código Administrativo e dá outras Providências*. Sancionada em 04 jan. 1994. Disponível em <<http://www.pmerechim.rs.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. Decreto nº. 3.161, de 11 de janeiro de 2007. *Regulamenta os artigos quarenta e quatro e quarenta e inço da Lei 2.599, de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de local específico para estocagem temporária dos resíduos sólidos urbanos no Município de Erechim.* Disponível em <<http://www.pmerechim.rs.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. Convênio nº 053, de 14 de outubro de 2009. *Convênio que celebram entre si o município de Erechim e o Centro de Educação Popular (CEPO), visando o repasse de recursos financeiros para a prestação de serviços de assessoria técnico-pedagógica e metodológica, para a Secretaria Municipal de Educação, e para a prestação de serviços de assessoria para as ações desenvolvidas no Projeto de Reestruturação da Gestão dos Resíduos Recicláveis e Orgânicos no município de Erechim.* Poder Executivo, Erechim, RS, 2009.

ERECHIM ganha nova associação de recicladores. *Bom Dia*, Erechim, 24 dez. 2009, p.13.

ESTIMATIVA de empregos com a cooperativa de lixo. *A Voz da Serra*, Erechim, 10 fev. 2000, p.10.

FIGUEIREDO, Daniel Augusto de. História da educação popular: uma leitura crítica. In ASSUMPÇÃO, Raiane (Org). *Educação Popular na Perspectiva Freiriana*. São Paulo: Ed,L, 2009. p. 55 – 74.

FORSTER, Mari Margarete dos Santos. Educadores/educandos. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). *Dicionário Paulo Freire*. 2 ed., ver. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 143-145.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 6 ed. São Paulo: Unesp, 2000.

_____; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. São Paulo: Vozes, 2001.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 49 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 42 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010b.

_____. *Paulo freire: educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 32ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010c.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. *Uma só escola para todos*. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Ed&L, 2009.

GIROTTI, Juliana Carla. *Educação Popular: uma alternativa na construção de processos emancipadores*. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Erechim, Erechim, 2006.

GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler, 1961-1964: uma escola democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GRIPPI, Sidney. *Lixo: Reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

GT, Grupo de trabalho de economia solidária para o lançamento do debate sobre economia solidária no FSM 2002. *Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora*. In: *Desafios da economia solidária*. Vários Autores. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. p. 107-127.

HURTADO, Carlos Nuñez. *Educar para transformar, transformar para educar*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

IBGE divulga dados da população da região. *Diário da Manhã*. Erechim, 04 mar.1994, p.3.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Pesquisa nacional de saneamento básico 2008. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em < www.ibge.gov.br >. Acesso em 10 jun. 2012.

JUNCÁ, Denise; GONÇALVES, Marilene Parente.; AZEVEDO, Verônica Gonçalves. *A mão que obra no lixo*. Niterói: EdUFF, 2000.

KEMP, Valéria Heloísa. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLAR, Helena Maria Tarchi.

Catadores na cena urbana: Construções de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LEI de separação do lixo deverá ser cumprida a partir de outubro. *Bom Dia*, Erechim, 27 set. 2007, p.07.

LIPSH, Verenice Teresinha. *A educação popular: contribuindo na recriação dos espaços escolares.* Erechim: Graffoluz, 2008.

LOFLAND, J. e LOFLAND, L. *Analysing social settings: Aguide to qualitative observation and analysis.* 2ª ed., Belmont, CA: Wadsworth, 1984.

LOUSADA, Vinícius Lima. *Ecos de processos educativos com recicladores: um estudo a partir de um projeto de educação popular ambiental.* 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.* 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza, *A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.* 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade.* 2 ed. São Paulo: Paulus, 2003.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos.* Trad. SOARES, Carlos Alberto Silveira Netto, 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, ALZIRA. *Programas e Ações de Apoio à Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal: Relatório Final do Convênio MTE / IPEA/ANPEC – 01/2003,* Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF05B29568CA/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf>. Acesso em 11abr. 2012.

NOGUEIRA, Adriano Salmar. *A fala do povo: a reprodução do conhecimento no saber popular.* Petrópolis: Vozes, 1985.

O FÓRUM brasileiro de economia solidária. Disponível em: <<http://www.fbcs.org.br>>. Acesso em 20 mai.2012.

O LIXO nosso de cada dia. *Diário da Manhã*, Erechim, 09 fev. 2001, p.12.

ONÇAY, Solange Todero Von. *Escola das classes populares: contribuindo para a construção de políticas públicas*. Ijuí: Unijuí, 2006.

OS EMPREENDIMIENTOS econômicos solidários. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp>. Acesso em 12 abr. 2012.

PAIVA, Vanilda Pereira. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 2003.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PAVILHÃO viabiliza trabalhos de recicladores no presidente Vargas. *Bom Dia*, Erechim, 12 mar. 2010, p.03.

PROGRAMA de desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária (PPA 2012/2015). Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2012a. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-em-desenvolvimento/>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

_____ de resíduos sólidos(PPA 2012/2015). Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2012b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-em-desenvolvimento/>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

PROGRAMA vai beneficiar mais de 50 pessoas. *Diário da Manhã*, Erechim, 28 set. 2001, p.06.

RECH, Daniel. Os direitos e a função pública dos catadores e das catadoras de material reciclável. In KEMP, Valéria Heloisa.; CRIVELLAR, Helena Maria Tarchi. *Catadores na cena urbana: Construções de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 265 – 298.

RELATÓRIO de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 - Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2009. Disponível em:<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A32B088220132D45C869D4F3C/Caderno_Setorial_MTE_38000.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

RIBEIRO, Marlene. Luta. In STRECK, Danilo R., REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). *Dicionário Paulo Freire*. 2ªed., ver. amp. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010. p. 248 – 251.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Lei n.º 13.601, de 01 de janeiro de 2011. *Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências*. Rio Grande do Sul, 2011a. Disponível em: < http://www.sarh.rs.gov.br/uploads/1313442944LEI_13.601.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. Lei n.º 13.839 de 5 de dezembro de 2011. *Institui a política estadual de fomento à economia da cooperação, cria o programa de cooperativismo, o programa de economia popular e solidária, o programa estadual de fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais, o programa gaúcho de microcrédito e o programa de redes de cooperação, e dá outras providências*. Rio Grande do Sul, 2011b. Disponível em: < http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20120314161251lei_13.839_2011_economia_da_cooperacao.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2012.

ROSSATO, Ricardo. Práxis. In STRECK, Danilo R., REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). *Dicionário Paulo Freire*. 2ªed., ver. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 325-327.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHÜTZ, Rosalvo. *Economia popular solidária: novos horizontes para a educação popular?* In Desafios da Economia Solidária. São Paulo: Ed&L, 2008. p. 19 - 52.

SCHENGBER, Ângela. *Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores*. Rio de Janeiro: ITCP COPPE UFR, 2004. Disponível em:< <http://www.itcp.coppe.ufjf.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SCHIOCHET, Valmor. *Políticas Públicas em Economia Solidária: Reflexões da Rede de Gestores*. Secretaria Nacional de Economia Solidária – MTE. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. SOUZA A. R. (Org). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Economia Contexto, 2000.

_____. A Economia Solidária no Governo Federal. In: *Mercado de Trabalho*. Brasília: Ipea, 2004.

_____. A Economia solidária como ato pedagógico. In KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>> Brasília: Inep/MEC, 2005, p. 15-20. Acesso em 30 abr. 2012.

_____. *Introdução à economia solidária*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

TORRES, Rosa Maria. *Um encontro com paulo freire*. São Paulo: Loyola, 1987.

ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no alto uruguai gaúcho (1937-2003)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

